

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 023/2026	Data de Abertura: 12/03/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br	
Nº do PE no compras.gov.br: 900232026	UASG: 925302	Nº do Proc.: 19.000.000121.2025
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, POR INTERMÉDIO DE CAMINHÃO-PIPA EQUIPADO E MOTORISTA HABILITADO		
Órgão Requisitante: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB Órgãos Participantes: SEE, SEAP, PCPB		
Valor Total Estimado: R\$ 4.476.115,198 (quatro milhões quatrocentos e setenta e seis mil cento e quinze reais dezenove centavos e oito milésimos de real)		
PREGÃO ELETRÔNICO RP - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA		
Registro de Preços?	Vistoria?	Amostra?
SIM	SIM	NÃO
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Critério de Julgamento das Propostas?
NÃO	NÃO	MENOR PREÇO
Modo de Disputa: ABERTO-FECHADO		Critério de Aceitabilidade de Preços: UNITÁRIO DO ITEM
DESTAQUES		
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>		



EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, na qualidade de órgão gerenciador conforme os termos do Art. 8º, do Decreto Estadual nº 43.759/2023, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 3.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;



- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



- 6.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 03 (três) casas decimais;
- 6.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 03 (três) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 6.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 6.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo indicado no Anexo I do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



- 6.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 6.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



- 7.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.10.6. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



- 7.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
- 7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
- 7.18.2.2. empresas brasileiras;
- 7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.
- 7.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.19. Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios previstos no art. 21, III, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, nas seguintes hipóteses:
- 7.19.1. quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- 7.19.2. em razão da forma e do local de acondicionamento;
- 7.19.3. quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- 7.19.4. por outros motivos justificados no processo;





8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 8.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);
- 8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 8.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);
- 8.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL-PB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>).
- 8.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 8.1.2; 8.1.3; 8.1.4 e 8.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.3. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade



do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

9. DA PROPOSTA ADEQUADA

- 9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 9.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 9.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.7. Além das informações exigidas no item 6 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:
 - 9.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
 - 9.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;
 - 9.7.2.1. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
 - 9.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;
 - 9.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.
 - 9.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;
 - 9.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;
 - 9.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



- 9.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;
- 9.7.8. No caso da incidência de ICMS:
- 9.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.
- 9.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;
- 9.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;
- 9.8. A(o) pregoeira(o) realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 9.9. A(o) pregoeira(o) concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa SEAD Nº 005/2023.
- 9.10. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no o Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 9.11. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 10.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 10.2.1. contiver vícios insanáveis;
- 10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 10.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



- 10.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.4. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
- 10.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 11.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



- 11.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 11.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 11.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 11.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 11.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 11.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, conforme previsão expressa nos itens 4.4 a 4.8 do Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 11.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através dos seguintes e-mails: SEE - obras@see.pb.gov.br, SEAP - gesipe@seap.pb.gov.br e PCPB - 13dspc.picui@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 11.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 11.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 11.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 11.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente,



à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

- 11.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 11.12. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 11.13. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 11.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 11.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 11.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 11.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 11.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 11.14.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 11.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.12.1.
- 11.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



- 11.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 11.19. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 11.19.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**
- 11.19.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.19.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.19.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.19.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.19.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 11.19.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.19.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 11.19.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 11.19.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.19.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 11.19.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



11.19.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.19.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

11.19.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.19.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.19.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.19.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.19.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.19.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.19.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.19.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.19.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.19.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.19.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.19.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

11.19.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.19.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



11.19.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.19.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.19.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.19.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.19.4. Relativos à Qualificação Técnica:

11.19.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

11.19.5. Disposições gerais sobre habilitação

11.19.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.19.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.19.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.19.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.19.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.19.6. Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

f.1. ata de fundação;

f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11.19.7. Documentos Complementares:

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

11.19.8. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

c.1. Designação do consórcio e sua composição;

c.2. Finalidade do consórcio;

c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;



d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio eletrônico da Central de Compras.

12.3.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo (prorrogável) estabelecido neste Edital, ensejará a aplicação de penalidades.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. A(s) Ata(s) de Registros de Preços com os preços registrados e fornecedores serão divulgadas no sítio eletrônico da Central de Compras e no PNCP, disponibilizada(s) durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.8. Conforme disposto no artigo 29 do Decreto Estadual Nº 43.759/2023, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



12.9. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e será definida nos termos do disposto no art. 53 do Decreto Estadual Nº 43.759/2023.

12.10. A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 45 e 46 do Decreto Estadual nº 43.759/2023.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



- 14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
- 15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



- 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 15.1.6. fraudar a licitação
- 15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 15.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 15.2.1. advertência;
 - 15.2.2. multa;
 - 15.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;
 - 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 15.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



- 15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 15.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 15.7. e 15.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.



15.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

15.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail gelic04@centraldecompras.pb.gov.br.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DO CONTRATO

17.1. Após assinatura da Ata de Registro de Preços e dentro do respectivo prazo de validade, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou retirada do instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital e na Ata de Registro de Preços.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

17.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).



17.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

17.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

17.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

17.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

17.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

17.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

17.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

17.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

17.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

17.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.



- 19.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 19.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 19.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 19.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).
- 19.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 19.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.
- 19.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.
- 19.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



19.15.1. ANEXO I - Termo de Referência

19.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos

19.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Memória de Cálculo;

19.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Localização dos imóveis;

19.15.1.4. Anexo III do Termo de Referência – Declaração de Vistoria Prévia;

19.15.1.5. Anexo III do Termo de Referência – Declaração de Renúncia de Vistoria Prévia;

19.15.1.6. Anexo III do Termo de Referência – Modelo de Declaração de Disponibilidade de Equipamentos, Materiais e Equipe Técnica Especializada.

19.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

19.15.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

19.15.4. ANEXO IV - Modelo da proposta de preços

19.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

19.15.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de enquadramento como ME - EPP

19.15.7. ANEXO VII - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço

19.15.8. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura digital.

Wanessa Maria de Paula da Silva Viana
Responsável pela Elaboração do Edital

Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo
Responsável pela Revisão do Edital



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - RP

PROCESSO 19.000.000121.2025

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SEE, SEAP, PCPB

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviços de fornecimento de água potável, por intermédio de caminhão-pipa equipado e motorista habilitado, para atender os imóveis dos órgãos participantes, nos termos da tabela constante no anexo I deste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) e não participante(s) estão definidas em anexo ao presente termo.
- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado, considerando que o fornecimento de água potável por caminhão-pipa é essencial para garantir condições mínimas de saúde, higiene, segurança e funcionamento regular das unidades vinculadas aos órgãos e entidades do Estado, especialmente em locais onde o abastecimento público é intermitente ou inexistente. A contratação contínua assegura a disponibilidade de água para o atendimento das demandas diárias e emergenciais de diversos órgãos da administração pública estadual, como a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP), a Polícia Civil da Paraíba (PCPB) e a Secretaria de Estado da Educação, promovendo a manutenção das atividades institucionais e o bem-estar de servidores, alunos e custodiados. A adoção de vigência plurianual mostra-se mais vantajosa, pois garante a continuidade dos serviços essenciais e a economicidade na gestão contratual.



- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Utilizar caminhões com tecnologia que minimize emissões de poluentes, priorizando veículos com manutenção em dia e certificados ambientais.
- 4.1.2. Adotar práticas para economia de água e minimizar desperdícios durante o abastecimento, garantindo o uso responsável dos recursos.
- 4.1.3. Assegurar o descarte adequado de resíduos gerados na manutenção e limpeza dos tanques, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022.
- 4.1.4. Priorizar o uso de insumos e materiais que sejam ambientalmente certificados e de fornecedores comprometidos com práticas sustentáveis.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

4.3.1. O serviço contratado consiste em fornecimento de água potável, caracterizado por entregas realizadas conforme demanda e mediante controle contínuo da qualidade, o que minimiza o risco de inadimplência ou inexecução parcial.

4.3.2. O sistema de pagamento por entrega efetiva, aliado ao uso do Sistema de Registro de Preços (SRP), permite à administração pública interromper o contrato em caso de descumprimento dos requisitos sem gerar prejuízos significativos.

4.3.3. A estrutura de fiscalização e monitoramento adotada possibilita controle rigoroso sobre o cumprimento das condições contratuais, reduzindo a necessidade de garantias adicionais para resguardar a execução.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 17h, podendo ser agendado através de:

4.4.1. E-mails:

4.4.1.1. SEE- obras@see.pb.gov.br

4.4.1.2. SEAP - gesipe@seap.pb.gov.br

4.4.1.3. PCPB - 13dspc.picui@gmail.com

4.4.2. O agendamento deve ser solicitado com um dia de antecedência, entre 8h e 12h, para confirmação de vistoria prévia no dia seguinte, considerando que o prazo é de 3 dias úteis antes da data do certame.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1 Os endereços das quais serão realizadas as vistorias, encontram-se pormenorizados no Anexo III deste Termo de Referência.



- 4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias após a Emissão da Ordem de Serviço (OS), com atendimento imediato às solicitações da contratante de acordo com as necessidades específicas de cada imóvel.
- 5.1.2. Os abastecimentos de água potável serão realizados sob demanda, priorizando imóveis com maior urgência de atendimento, conforme avaliação da contratante.
- 5.1.3. Caminhões com capacidade de 8.000 litros (8m³), exclusivos para transporte de água potável, em conformidade com as especificações da ABNT NBR 16882:2020.
- 5.1.4. A frequência média de abastecimento é estimada em 1(uma) vez por semana para cada imóvel que necessitar, podendo ser ajustada de acordo com a situação e demanda específica.
- 5.1.5. A contratada deve utilizar caminhões-pipa adequados, cumprindo os requisitos técnicos e normas de potabilidade e segurança descritos, com o acompanhamento de métodos padronizados para garantir a integridade da água durante o transporte.
- 5.1.6. A contratada deverá designar, para a operação do caminhão-pipa, condutor devidamente habilitado, com carteira específica e válida para a categoria do veículo.
- 5.1.7. A contratada deverá manter registros detalhados de cada abastecimento, incluindo data, volume abastecido, e condições do acesso, para controle e rastreamento.
- 5.1.8. O cronograma de atendimento deverá ser flexível e dinâmico, ajustado conforme a situação específica de cada imóvel, seja ela:



5.1.8.1. Temporária: atendimento conforme demanda pontual para imóveis com fornecimento temporário de água.

5.1.8.2. Crítica: frequência intensificada em locais onde a necessidade é urgente, como períodos de seca ou interrupção prolongada de abastecimento público.

5.1.8.3. Definitiva ou Recorrente: cronograma periódico para imóveis com demanda contínua, adaptado conforme a situação e fluxo de operação.

5.1.9. Etapas e Períodos de Realização dos Serviços:

5.1.9.1. Etapa Inicial: Dentro de 10 (dez) dias após a Ordem de Serviço.

5.1.9.2. Execução Regular: Abastecimentos semanais ou conforme demanda.

5.1.9.3. Período de Contingência: Atendimento imediato em casos de emergência ou aumento crítico na demanda.

5.1.9.4. Conformidade com Normas de Qualidade da Água: Cumprimento dos padrões de qualidade e potabilidade exigidos pela PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021, incluindo controle de pH, cloro residual e procedimentos de higienização dos tanques durante a distribuição da água nos imóveis dos órgãos participantes.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços constantes no Anexo III;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 às 17h00.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. A necessidade de abastecimento é identificada pela unidade ou pelo setor responsável, que reporta a situação ao Gerente Regional.

5.4.2. O Gerente Regional, responsável pela fiscalização do contrato de sua(s) regional(is), recebe a solicitação de abastecimento e verifica a urgência e especificidades da demanda.

5.4.3. O Gerente Regional entra em contato com a empresa contratada e fornece todas as informações necessárias para a execução do serviço, incluindo o local, a quantidade de água necessária, as condições de acesso, e o prazo de atendimento.



- 5.4.3.1. A contratação será estruturada em itens distribuídos por macrorregiões, permitindo que o atendimento seja realizado de forma eficiente e adaptada às necessidades específicas das unidades localizadas em cada região.
- 5.4.3.2. Nos casos em que a demanda de abastecimento em uma unidade for inferior à capacidade total do caminhão-tanque (8 m³), o volume restante será obrigatoriamente destinado a outra unidade dentro da mesma macrorregião.
- 5.4.3.3. Tal procedimento garante a utilização integral do volume contratado em cada operação, promovendo a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos públicos, conforme os princípios da eficiência e da economicidade estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.
- 5.4.4. A empresa contratada programa o abastecimento de acordo com a urgência comunicada e elabora uma rota eficiente para atender a demanda dentro do prazo estipulado.
- 5.4.5. A empresa realiza o abastecimento no local designado, cumprindo todos os requisitos de qualidade e segurança descritos neste Termo de Referência, incluindo o uso de caminhão-pipa em conformidade com as normas da ABNT NBR 16882:2020 e de procedimentos rigorosos de controle de qualidade da água.
- 5.4.6. Após a conclusão do abastecimento, a empresa realiza o registro do serviço, detalhando a data, hora, volume abastecido, e condições do atendimento. Esse registro deve incluir uma comprovação fotográfica do abastecimento e assinatura do responsável pela unidade beneficiada.
- 5.4.7. O Gerente Regional, como fiscal do contrato, verifica a conformidade do serviço prestado, checando os registros e relatórios apresentados pela empresa.
- 5.4.8. A empresa contratada deve emitir, ao final de cada mês, um relatório consolidado contendo todos os abastecimentos realizados no período. Esse relatório deverá incluir:
- 5.4.8.1. Data, hora e local de cada abastecimento,
 - 5.4.8.2. Volume de água fornecido,
 - 5.4.8.3. Comprovações fotográficas de cada entrega,
 - 5.4.8.4. Observações adicionais sobre condições de acesso e eventuais desafios enfrentados.



5.4.9. Periodicamente, o Gerente Regional e representantes da empresa deverão realizar reuniões de acompanhamento para avaliar o andamento do contrato, tratar de ocorrências, e propor melhorias no processo, quando necessário.

5.4.10. Todos os registros, comprovantes e relatórios deverão ser mantidos arquivados pela empresa e pelo fiscal do contrato, acessíveis para auditoria e controle dos respectivos órgãos licitantes (SEAP, PCPB e SEE).

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. A água destinada ao abastecimento das unidades deve ser potável, atendendo aos padrões de qualidade e potabilidade estabelecidos pela PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021.

5.5.2. A água deve ser obtida de fontes certificadas e controladas, com laudos de qualidade que comprovem a ausência de contaminantes microbiológicos, químicos e físicos, assegurando seu uso seguro em atividades do imóvel e de consumo humano.

5.5.3. Tanques revestidos com materiais anticorrosivos, lisos e impermeáveis, que não comprometam a potabilidade da água durante o transporte.

5.5.4. Tampas e sistemas de vedação para os tanques, impedindo a entrada de contaminantes (poeira, insetos, roedores) e assegurando a integridade da água durante o transporte.

5.5.5. Mangueiras em material atóxico, com vedação nas extremidades, que garantam a integridade da água no momento do abastecimento.

5.5.6. Acessórios de conexão para diferentes tipos de reservatórios, permitindo flexibilidade no atendimento aos imóveis.

5.5.7. Kits portáteis para medição de cloro residual livre e pH, assegurando que a água esteja dentro dos padrões de potabilidade exigidos pela legislação sanitária.



- 5.5.8. Termômetros e outros instrumentos para monitoramento das condições da água, quando aplicável.
- 5.5.9. EPIs obrigatórios para os operadores, incluindo luvas, máscaras, protetores auriculares e demais itens de segurança exigidos pelas normas de segurança no trabalho.
- 5.5.10. Conjunto de ferramentas para inspeção e manutenção dos tanques, permitindo reparos emergenciais e manutenção preventiva, conforme os padrões de segurança.
- 5.5.11. Equipamento de rastreamento GPS instalado nos caminhões, permitindo o monitoramento em tempo real das rotas e horários de abastecimento para controle de conformidade e segurança.
- 5.5.12. Qualquer outro material, equipamento ou utensílio que se revele necessário para a execução plena e segura do serviço de abastecimento de água, ainda que não mencionado especificamente neste Termo de Referência, será de responsabilidade exclusiva da Contratada.
- 5.5.13. A Contratada deve assegurar que todos os itens complementares atendam aos requisitos de qualidade e segurança aplicáveis, de modo a garantir a conformidade com as normas técnicas e a eficiência do serviço prestado.
- 5.5.14. Esses equipamentos serão necessários para realização do serviço de distribuição de água por carro-pipa. Compreendendo tanto os itens vinculados ao próprio veículo quanto os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados pelos funcionários da empresa contratada, garantindo segurança e eficiência na realização das atividades.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Quantidade de Imóveis

5.6.1.1. Este processo compreende aproximadamente 675 imóveis e unidades, incluindo prédios administrativos, que poderão necessitar de abastecimento de água potável de forma periódica ou sob demanda, conforme a necessidade identificada.

5.6.2. Frequência Estimada de Abastecimento



5.6.2.1. A frequência média de abastecimento é estimada em uma vez por semana para os imóveis que necessitem do serviço, podendo variar de acordo com a situação específica de cada unidade, como falta temporária de abastecimento público ou condições críticas de acesso à água.

5.6.3. Capacidade dos Caminhões-Pipa

5.6.3.1. A capacidade dos caminhões-pipa deve ser de 8.000 litros (8 m³), para atender ao volume necessário em uma única operação e garantir eficiência no transporte e na distribuição.

5.6.4. Localização Geográfica e Condições de Acesso

5.6.4.1. Os imóveis estão distribuídos em várias regiões do Estado, com condições de acesso diversas, incluindo áreas urbanas e rurais, algumas de difícil acesso, o que exige planejamento logístico para a execução dos serviços.

5.6.5. Sistema de Registro de Preços (SRP)

5.6.5.1. O contrato será realizado por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo flexibilidade no atendimento conforme demanda, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

5.6.6. Padrões de Qualidade e Potabilidade

5.6.6.1. A água fornecida deve atender aos padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação sanitária vigente, com controle de pH e cloro residual livre, de acordo com a ABNT NBR 16882:2020. Certificações de procedência e laudos de potabilidade deverão ser apresentados para cada fonte de captação.

5.6.7. Monitoramento e Controle de Qualidade

5.6.7.1. A contratada deverá realizar o monitoramento da qualidade da água no ponto de abastecimento e manter registros detalhados de cada entrega, incluindo comprovação fotográfica, volume abastecido, data e hora. Esse monitoramento deve garantir que o fornecimento atenda aos requisitos sanitários e seja seguro para consumo humano.

5.6.8. Prazo de Vigência do Contrato

5.6.8.1. O contrato terá uma vigência estimada de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme necessidade, o que possibilita o planejamento de cronogramas de abastecimento e manutenção da continuidade dos serviços ao longo do período letivo.



Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.



Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.10. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);
- 6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).
- 6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).
- 6.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.17.1. A fiscalização iniciará com a reunião de alinhamento entre o fiscal e o preposto da Contratada, onde serão apresentados os objetivos da fiscalização, as rotinas a serem observadas e os



principais pontos de controle a serem verificados em cada etapa da execução do contrato.

- 6.17.2. O fiscal verificará a qualidade da água fornecida, a conformidade dos caminhões-pipa com as especificações técnicas, e o cumprimento dos padrões de potabilidade e segurança estabelecidos. Serão realizados testes de cloro residual e pH para assegurar que a água atenda aos requisitos de consumo humano.
- 6.17.3. A fiscalização observará o cumprimento dos prazos de atendimento e os registros de entrega, certificando-se de que os abastecimentos sejam realizados dentro do período estipulado e conforme demanda informada pela Contratante.
- 6.17.4. O fiscal conferirá os relatórios mensais apresentados pela Contratada, que devem incluir comprovantes fotográficos e informações detalhadas sobre cada abastecimento, mantendo registro contínuo no histórico de gerenciamento do contrato.
- 6.17.5. Caso identifique falhas ou desvios durante a execução, o fiscal emitirá notificações formais à Contratada, estabelecendo prazos para correção e acompanhando o cumprimento das ações corretivas.
- 6.17.6. O fiscal verificará o uso adequado de EPIs pelos operadores e o cumprimento das práticas de descarte ambientalmente seguras para evitar contaminações e impactos ambientais.

Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato irá coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. [Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV].
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas



que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

- 6.21.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.22.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X)
- 6.23.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).
- 6.24.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.2.1. Conformidade com o Cronograma de Abastecimento: O pagamento será realizado com base na pontualidade e frequência dos abastecimentos executados conforme demanda



e cronograma previamente estabelecidos. Atrasos ou faltas injustificadas resultarão em retenção proporcional.

7.2.2. Qualidade da Água Fornecida: A água deverá atender rigorosamente aos padrões de potabilidade e qualidade definidos pela legislação vigente, com laudos de conformidade apresentados regularmente. A não conformidade acarretará glosa proporcional ao volume entregue inadequadamente.

7.2.3. Evidência de Realização do Serviço: Cada abastecimento deverá ser comprovado com registro fotográfico, data, hora, volume de água entregue e assinatura do responsável local. A ausência de comprovação adequada poderá resultar em retenção total do valor referente ao abastecimento.

7.2.4. Utilização de Equipamentos Adequados e Manutenção Preventiva: Os caminhões-pipa e os materiais empregados devem atender aos requisitos técnicos descritos no Termo de Referência, incluindo a manutenção preventiva dos tanques e equipamentos de medição de qualidade. O uso de veículos ou materiais inadequados sujeita a Contratada a glosas proporcionais.

7.2.5. Cumprimento das Normas de Segurança e Ambientais: O cumprimento das normas de segurança do trabalho e das práticas de sustentabilidade e descarte correto de resíduos será verificado periodicamente, com glosas aplicáveis em caso de descumprimento.

Do recebimento

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).
- 7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, X).



- 7.6. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25. VII).
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Liquidação

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.16.1. o prazo de validade;
 - 7.16.2. a data da emissão;
 - 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.16.5. o valor a pagar; e
 - 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
 - 7.16.7. se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;
- 7.16.7.1. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.
- 7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade,



proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

- 7.20. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

Prazo de pagamento

- 7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.26. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.28.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234 , de 11 de janeiro de 2012.

7.28.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28.3. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.29.0 contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.32. Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



7.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.5. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.6. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- 8.6.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.6.1.1 Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 10 % dos quantitativos licitados.

8.6.1.2 A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância, a seguir elencada:

8.6.1.3 Abastecimento de Água Potável por Caminhão-Pipa: Experiência específica em fornecimento de água potável por meio de caminhões-pipa equipados, assegurando a qualidade e potabilidade da água durante o transporte e entrega.



- 8.6.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.6.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.6.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.6.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 8.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas



reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ANEXO (S)

10.1. Anexo I – tabela com itens a serem licitados;

10.2. Anexo II - Memória de Cálculo;

10.3. Anexo III - Localização dos imóveis;

10.4. Anexo IV - Declaração de Vistoria Prévia;

10.5. Anexo V - Declaração de Renúncia de Vistoria Prévia;

10.6. Anexo VI - Modelo de Declaração de Disponibilidade de Equipamentos, Materiais e Equipe Técnica Especializada.

João Pessoa - PB, data da assinatura eletrônica.



Histórico de versões:

Criado em: 29/08/2025

Este Termo de Referência foi elaborado com base nas especificações do Termo de Referência do órgão requisitante: Secretário de Estado da Educação da Paraíba - SEE.

Desenvolvido por:

Lucas Fernandes Aguiar

Gerente de Obras | Engenheiro Civil

Matrícula: 191.872-9

Aprovado por

José Wilson Santiago Filho

Secretário de Estado da Educação da Paraíba

João Alves de Albuquerque

Secretário de Estado da Administração Penitenciária

André Luis Rabelo de Vasconcelos

Delegado-Geral da Polícia Civil

Autorizado por:

Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes

Secretário de Estado da Administração

Termo de Referência consolidado, conforme inciso V, art. 7º do Decreto Estadual nº 43.759/2023:

Layza Leite Moreira

Assistente Técnico

Andréa Cristina Avelino Feitoza

Gerente Executiva de Registro de Preço





ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:19.000.000121.2025

1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde	R\$ Un.	LC 123/2006
1	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Un	1590	328,474	Ampla Concorrência
2	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Un	2922	328,474	Ampla Concorrência
3	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Un	2453	328,474	Ampla Concorrência
4	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Un	2250	328,474	Ampla Concorrência
5	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Un	4412	328,474	Ampla Concorrência

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$4.476.115,198



ANEXO II - MEMÓRIA DE CÁLCULO

1. FINALIDADE

A presente memória de cálculo tem por finalidade estimar a quantidade anual e o custo total de abastecimento de água potável por meio de caminhão-pipa, para atender às unidades da 13ª Delegacia Seccional de Polícia Civil (DSPC) da cidade de Picuí/PB, diante da falta de abastecimento regular de água pela CAGEPA.

2. PARÂMETROS UTILIZADOS

2.1. Unidades consideradas no cálculo:

2.1.1. Sede da 13ª DSPC / Delegacia Municipal / DEAM – Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Centro, Picuí/PB;

2.1.2. Núcleo de Homicídios / GTE – Rua Cel. José Maurício, s/n, Pedro Tomaz, Picuí/PB.

Total de Unidades: 2 (duas).

2.2. Frequência de abastecimento:

Considerando as condições locais de escassez hídrica e o histórico de consumo, estima-se a necessidade de 1 (um) abastecimento por semana, em média, para cada unidade, perfazendo 52 semanas anuais.

2.3. Volume por abastecimento:

Cada caminhão-pipa possui capacidade de **8 m³ (8.000 litros)**, volume suficiente para suprir as necessidades de higiene, limpeza e funcionamento das unidades.

3. CÁLCULO DO QUANTITATIVO ANUAL

3.1. Histórico de consumo (13ª DSPC - Picuí/PB)

- 2022: 0 abastecimentos
- 2023: 33 abastecimentos
- 2024: 33 abastecimentos

Média histórica: 33 abastecimentos/ano (264.000 litros)

3.2. Projeção 2025

Devido ao aumento do efetivo policial, à plena utilização das unidades e à persistente irregularidade no abastecimento urbano, estima-se a duplicação do consumo:

$$66 \text{ abastecimentos} \times 8.000 \text{ litros} = 528.000 \text{ litros/ano}$$



Total anual projetado:

- 66 abastecimentos/ano
- 528.000 litros/ano

4. JUSTIFICATIVA DO CÁLCULO

A ampliação da quantidade anual para 66 abastecimentos visa garantir o fornecimento regular de água potável, assegurando condições adequadas de higiene, limpeza e funcionamento das instalações policiais.

A estimativa foi elaborada de forma conservadora, considerando a persistência da escassez hídrica em Picuí/PB e o caráter essencial e ininterrupto dos serviços de segurança pública prestados pela Polícia Civil.

5. FLEXIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) permitirá que os abastecimentos sejam solicitados conforme a demanda real, sem obrigatoriedade de consumo integral da quantidade estimada, garantindo economicidade, eficiência e adequação às variações do cenário climático e operacional.

6. CONCLUSÃO

O presente cálculo representa a estimativa de demanda anual de 66 abastecimentos (528.000 litros) de água potável para as unidades da 13ª DSPC de Picuí/PB.

A medida assegura a continuidade das atividades essenciais, o respeito às condições de trabalho dos servidores e a efetividade da prestação dos serviços públicos de segurança.

João Pessoa, 12 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br **FABIANA DE LIMA BEZERRA**
Data: 12/11/2025 11:02:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FABIANA DE LIMA BEZERRA
Assessoria Técnica - DIPLAN/PCPB

Documento assinado digitalmente
gov.br **HUGO PEREIRA LUCENA**
Data: 12/11/2025 10:28:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HUGO PEREIRA LUCENA
Diretor da Unidade de Planejamento da PCPB



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

ANEXO II - MEMÓRIA DE CÁLCULO

Para atender à necessidade de abastecimento de água potável nas unidades da rede estadual de ensino da Paraíba, a Secretaria de Educação projetou a quantidade anual de abastecimentos e o custo total, com base em um cenário conservador. Esse cálculo utiliza parâmetros técnicos de demanda, frequência, volume e custo unitário, descritos a seguir:

PARÂMETROS UTILIZADOS

1. Número de Imóveis Considerados no Cálculo

150 imóveis foram considerados para o cálculo do quantitativo anual, representando unidades escolares e administrativas prioritárias que demandam abastecimento regular.

2. Frequência de Abastecimento

A frequência de abastecimento projetada é de 1 vez por semana por imóvel, aplicada ao longo de 52 semanas, cobrindo a necessidade de abastecimento contínuo durante o ano letivo.

3. Período de Abastecimento

O período projetado é de 12 meses, totalizando 52 semanas, para garantir cobertura contínua durante o ciclo anual.

4. Volume por Abastecimento

Cada abastecimento considera o uso de 8 m³ de água por operação, atendendo à capacidade média do caminhão-pipa utilizado.

CÁLCULO DO QUANTITATIVO E CUSTO TOTAL ANUAL

Total de Abastecimentos Anuais

Quantidade Total de Abastecimentos = Número de Imóveis × Frequência Semanal × Semanas no Ano

Quantidade Total de Abastecimentos = 150 × 1 × 52 = 7.800 abastecimentos anuais

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe

João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/09/2025 - 15:39hs.
Documento Nº: 8650414.71667480-8346 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8650414.71667480-8346>



SEEPRC202533251V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

DISTRIBUIÇÃO DOS ABASTECIMENTOS POR MACRORREGIÃO

Para alocar os 7.800 abastecimentos anuais entre as cinco macrorregiões de ensino da Paraíba, foi utilizado um critério de distribuição proporcional ao percentual de unidades em cada região, com ajustes para atender as áreas com maior necessidade hídrica:

1. Macrorregião 1 (20%): 1.560 abastecimentos
2. Macrorregião 2 (24%): 1.872 abastecimentos
3. Macrorregião 3 (24%): 1.872 abastecimentos
4. Macrorregião 4 (19%): 1.482 abastecimentos
5. Macrorregião 5 (13%): 1.014 abastecimentos

Essa distribuição foi ajustada para refletir as características de demanda de cada macrorregião, maximizando a eficiência no uso dos recursos e garantindo que as unidades mais vulneráveis à falta de água tenham prioridade no atendimento.

FLEXIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) proporciona flexibilidade para a administração, permitindo a solicitação do serviço conforme demanda, sem a obrigatoriedade de contratar a quantidade total projetada. Isso evita gastos desnecessários e assegura que os recursos sejam aplicados de forma ajustada à demanda real, atendendo tanto situações emergenciais quanto às necessidades regulares das unidades.

JUSTIFICATIVA FINAL

Esse cálculo conservador cobre o cenário de maior demanda, assegurando a disponibilidade de abastecimento de água potável para a rede estadual de ensino da Paraíba, preservando a saúde e bem-estar dos alunos e colaboradores e garantindo continuidade de atendimento em caso de interrupções no abastecimento regular.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe
João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/09/2025 - 15:39hs.
Documento Nº: 8650414.71667480-8346 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8650414.71667480-8346>



SEEPRC202533251V01



MEMÓRIA DE CÁLCULO

1. A definição dos quantitativos para o serviço de abastecimento de água potável por meio de caminhão-pipa baseou-se em metodologia técnica consolidada, orientada pela necessidade de ampliar a capacidade de atendimento e assegurar o fornecimento contínuo, seguro e adequado às unidades prisionais sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba (SEAP/PB). O aumento dos quantitativos, quando comparado aos registros dos exercícios anteriores, decorre da necessidade de corrigir defasagens operacionais, garantir cobertura integral das demandas regionais e fortalecer a regularidade do abastecimento diante da expansão do sistema penitenciário e das condições climáticas adversas que impactam o fornecimento público de água. Como demonstrado a seguir:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.
1	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 1ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	Un	100
2	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 2ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	Un	1.600
3	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 3ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	Un	1.500
4	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 4ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	Un	1.000
5	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 5ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	Un	2.600

2. Critérios Considerados

2.1. Expansão da população carcerária:

- 2.1.1. A população prisional passou de aproximadamente 12.800 custodiados em 2022 para 16.452 atualmente, representando crescimento de 28,5%. Esse aumento impacta diretamente o consumo de água necessário para atividades essenciais, como hidratação, higienização pessoal, limpeza das instalações e preparo de alimentos.

2.2. Previsão de entrada em funcionamento do Complexo Prisional de Gurinhém:

- 2.2.1. Durante a vigência prevista da Ata de Registro de Preços (ARP), está programada a operacionalização dessa nova unidade, gerando incremento significativo de demanda na 3ª macrorregião. Para essa região, adotou-se ajuste específico de 50% sobre o volume projetado, garantindo capacidade adequada para absorver o novo fluxo operacional.

2.3. Cenário climático e instabilidade hídrica:

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977
E-mail: demandante@seap.pb.gov.br



Assinado com senha por [SAP119582] [SENHA] JOBSON LEANDRO TEIXEIRA REIS em 17/11/2025 - 09:44hs.
Documento Nº: 9047731.78267181-7554 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9047731.78267181-7554>



SAPPRC202506395V01

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA



GOVERNO
DA PARAÍBA

- 2.3.1. Regiões do agreste e sertão apresentam histórico de oscilação no abastecimento público, especialmente em períodos de estiagem. O fornecimento complementar por caminhão-pipa torna-se indispensável para garantir a continuidade das atividades institucionais e preservar condições adequadas de salubridade.
- 2.4. Escala e especificidades regionais:
- 2.4.1. A projeção levou em consideração diferenças logísticas e geográficas entre as cinco macrorregiões, avaliando o número de unidades, distâncias entre pontos de captação e frequência de atendimento necessária para manter a regularidade operacional.
- 2.5. Fechamento e remanejamento de unidades:
- 2.5.1. O encerramento de unidades penais em determinadas regiões ocasionou redistribuição populacional para estabelecimentos penitenciários mais próximos e estruturalmente aptos, aumentando a concentração de custodiados em algumas macrorregiões e, por consequência, demandando reforço na capacidade de abastecimento.
- 2.6. Reserva técnica e contingências:
- 2.6.1. Foi incluída margem de segurança para atendimento a emergências, falhas no sistema público, sazonalidade climática e variações repentinas de consumo.
3. **Análise da Série Histórica (2022–2024)**
- 3.1. Os dados referentes ao exercício de 2022 foram adotados como principal parâmetro de referência, por representarem o período de funcionamento pleno e regularidade do atendimento, refletindo com maior precisão a demanda real das unidades prisionais.
- 3.2. Nos exercícios de 2023 e 2024, observou-se redução atípica dos quantitativos registrados, influenciada por fatores operacionais e ajustes administrativos que limitaram a plena execução do serviço, sem corresponder a diminuição efetiva da necessidade de abastecimento.
- 3.3. Diante disso, os valores de 2022 foram considerados como base técnica para a projeção atual, por traduzirem com maior fidelidade o consumo ordinário sob condições normais de fornecimento.
4. **Metodologia Aplicada**
- 4.1. A definição dos quantitativos seguiu os seguintes parâmetros:
- 4.1.1. Uso do consumo de 2022 como referência primária, por representar o cenário real de necessidade operacional.
- 4.1.2. Correção pelo crescimento da população carcerária, aplicando fator de 1,285 (28,5% de aumento).
- 4.1.3. Acréscimo de 50% na 3ª macrorregião, em razão da entrada em operação do Complexo Prisional de Gurinhém.
- 4.1.4. Margem de segurança de 20%, para cobertura de sazonalidade, contingências e flutuações operacionais.
- 4.1.5. Arredondamento técnico dos valores, garantindo precisão e viabilidade logística no planejamento do abastecimento.
- 4.2. **Cálculo técnico**

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977
E-mail: demandante@seap.pb.gov.br



Assinado com senha por [SAP119582] [SENHA] JOBSON LEANDRO TEIXEIRA REIS em 17/11/2025 - 09:44hs.
Documento Nº: 9047731.78267181-7554 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9047731.78267181-7554>



SAPPRC202506395V01

SECRETARIA DE ESTADO

 DA ADMINISTRAÇÃO

 PENITENCIÁRIA



GOVERNO

 DA PARAÍBA

MACRORREGIÕES	CONSUMO BASE (2022)	AJUSTE POPULACIONAL (×1,285)	AJUSTE ADICIONAL (GURINHÉM)	MARGEM +20%	PROJEÇÃO FINAL
1	45	57,83		69,39	70
2	1.380	1.773,30		2.127,96	2.128
3	401	515,49	+50% = 773,24	927,89	928
4	749	961,37		1.153,64	1.154
5	2580	3.315,30		3.978,36	3.978

4.3. Análise comparativa.

MACRORREGIÕES	PROJEÇÃO TÉCNICA	QUANTITATIVO CONTRATUAL	DIFERENÇA	JUSTIFICATIVA
1	70	100	+30	Volume compatível com o histórico de consumo e com o processo de reestruturação do sistema prisional, tendo em vista o fechamento de unidades em outras regiões e o consequente remanejamento de custodiados para estabelecimentos desta macrorregião, em razão da maior proximidade e da capacidade de absorção operacional.
2	2.128	1.600	-528	Volume compatível com histórico e racionalização da rota após reestruturação de unidades.
3	928	1.500	+572	Aumento devido à entrada em operação do Complexo de Gurinhém, com alta demanda projetada, assim como o fechamento de unidades em outras regiões e o consequente remanejamento de custodiados para estabelecimentos desta macrorregião, em razão da maior proximidade e da capacidade de absorção operacional
4	1.154	1.000	-154	Proximidade da média projetada, suficiente para cobertura integral.
5	3.978	2.600	-1.378	Embora inferior à projeção, atende à média de consumo

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP

 Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020

 Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977

 E-mail: demandante@seap.pb.gov.br



Assinado com senha por [SAP119582] [SENHA] JOBSON LEANDRO TEIXEIRA REIS em 17/11/2025 - 09:44hs.

 Documento Nº: 9047731.78267181-7554 - consulta à autenticidade em

<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9047731.78267181-7554>



SAPPRC202506395V01

SECRETARIA DE ESTADO
 DA ADMINISTRAÇÃO
 PENITENCIÁRIA



GOVERNO
DA PARAÍBA

				regular, com possibilidade de suplementação futura.
--	--	--	--	---

5. Consolidação Final

5.1. A aplicação dessa metodologia permitiu definir quantitativos compatíveis com a demanda real, contemplando o crescimento populacional, a redistribuição dos custodiados, as limitações climáticas e operacionais, e a inclusão da nova unidade prisional. O resultado traduz um dimensionamento preventivo e eficiente, capaz de garantir regularidade, continuidade e segurança no abastecimento de água potável durante toda a vigência da ARP.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
 Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
 Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977
 E-mail: demandante@seap.pb.gov.br



Assinado com senha por [SAP119582] [SENHA] JOBSON LEANDRO TEIXEIRA REIS em 17/11/2025 - 09:44hs.
 Documento Nº: 9047731.78267181-7554 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9047731.78267181-7554>



SAPPRC202506395V01

ANEXO III - LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

ITEM	COD INEP	NOME	GERÊNCIA REGIONAL	MUNICÍPIO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
1	25092332	EEEF PROFESSORA DAGMAR MENDONCA LIMEIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. DOMINGOS JOSÉ DA PAIXÃO	1465	MUÇUMAGRO	58066100
2	25092839	CEEEA SESQUICENTENARIO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA MANOEL FRANCA	S/N	CONJUNTO PEDRO GONDIM	58031160
3	25092871	CENTRO PROFIS DEP ANTONIO CABRAL	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA AVELINA DOS SANTOS	S/N	VALENTINA DE FIGUEIREDO	58064550
4	25092898	EEEM PROFESSOR GERALDO LAFAYETTE BEZERRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FELINTO DE ARRUDA ESCOLÁSTICO	S/N	CRISTO REDENTOR	58070380
5	25093622	EEEF FRANCISCO CAMPOS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA BOURGUEVILLE	S/N	ANATÓLIA	58052080
6	25093827	EEEF CLAUDINA MANGUEIRA DE MOURA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R. CARTEIRO FRANCISCO INÁCIO DO REGO FILHO	43	ALTO DO MATEUS	58090570
7	25093835	ECI LUIJ RAMALHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. COMERCIANTE ALFREDO FERREIRA DA ROCHA	S/N	MANGABEIRA I	58055540
8	25093843	ECIT CONEGO FRANCISCO GOMES DE LIMA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA DEPUTADO PETRONIO FIGUEIREDO	SN	ERNESTO GEISEL	58075410
9	25093851	ECI LILIOSA PAIVA LETTE	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. DOM BOSCO	S/N	CRISTO REDENTOR	58070470
10	25093860	ECIT RAUL MACHADO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA CARNEIRO DE CAMPOS	S/N	ILHA DO BISPO	58011440
11	25093878	EEEM CON LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JANDUI DANTAS DO NASCIMENTO	S/N	MANGABEIRA I	58056140
12	25093886	ECIT FRANCISCA ASCENÇÃO CUNHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA BANCÁRIO LUIZ GONZAGA GOMES SILVA FILHO	700	BANCARIOS	58051700
13	25093894	ECIT PROFESSOR PEDRO AUGUSTO PORTO CAMINHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ANÚBIO LINS FALCÃO	S/N	JAGUARIBE	58015480
14	25093916	ECIT PROFESSOR RAUL CORDULA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA JUAREZ TÁVORA	0	TORRE	58040020
15	25093932	ECIT DAURA SANTIAGO RANGEL	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA BENÍCIO DE OLIVEIRA LIMA	S/N	JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	58073030
16	25093959	ECIT PROFESSORA OLIVINA OLÍVIA CARNEIRO DA CUNHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA DUARTE DA SILVEIRA	450	CENTRO	58013280
17	25093967	EEEM PROFESSOR MARIA BRONZEADO MACHADO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ADAUTO DANTAS	S/N	MANGABEIRA II	58057620
18	25093975	ECIT NICODEMOS NEVES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	PRAÇA DOUTOR LAURO WANDERLEY	50	CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS	58087460
19	25094025	ECI TENENTE LUCENA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA MARIA ESTER BEZERRA MESQUITA	300	DOS IPÊS	58028700
20	25094033	ECIT MANOEL LISBOA DE MOURA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ANTÔNIO CLAUDINO LEAL	S/N	COSTA E SILVA	58081010
21	25094041	EEEM PROFESSORA ARGENTINA PEREIRA GOMES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA CAMILO DE HOLANDA	SN	CENTRO	58013360
22	25094050	ECIT LUIZ GONZAGA DE ALBUQUERQUE BURITY	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL	440	TAMBIA	58020540
23	25094084	CRIA CAPTULINA SATYRO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA VALDA CRUZ CORDEIRO	SN	JOAO AGRIPINO	58034050
24	25094106	ECI LUIZIA SIMOES BARTOLLINI	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA RADIALISTA GERALDO CAMPOS	S/N	JARDIM PLANALTO	58089060
25	25094114	ECIT ALICE CARNEIRO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. SAPÉ	S/N	MANAÍRA	58038381
26	25094122	CPM-ESTUDANTE REBECA CRISTINA ALVES SIMÕES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA MARIA ALVES DA SILVA	S/N	MANGABEIRA VII	58058400
27	25094130	ECIT HORÁCIO DE ALMEIDA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA DURVAL COUTINHO	S/N	ALTO DO MATEUS	58090260
28	25094173	EEEFM PADRE MIGUELINHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA DA FRATERNIDADE	S/N	CRISTO REDENTOR	58070310
29	25094181	ECIT PAPA PAULO VI	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV JOSE TAVARES	S/N	CRUZ DAS ARMAS	58085730
30	25094190	ECIT JOÃO GOULART	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA CÔNEGO FRANCISCO LIMA	S/N	CASTELO BRANCO III	58050690
31	25094203	ECIT DOM JOSE MARIA PIRES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA DAS ROSAS	S/N	B. DAS INDÚSTRIAS	58083332
32	25094211	ECIT JOSÉ DO PATROCÍNIO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ANTÔNIO CORREIA DA COSTA	S/N	FUNCIONÁRIOS	58078590
33	25094254	EEEF PADRE CICERO ROMÃO BATISTA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOSÉ BETÂNIO	S/N	MANDACARU	58027587
34	25094262	EEEFM PROFESSOR JOAO JOSE DA COSTA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA BARÃO DE MAMANGUAPE	199	TORRE	58040330
35	25094297	EEEF AZORCERIZ PIRES FERREIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ISABEL MEDEIROS CORREIA	SN	MANDACARU	58027653
36	25094319	EEEF PADRE JOAO FELIX	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PORTO DO CAPIM	SN	VARADOURO	58010570
37	25094327	EEEF ALMIRANTE TAMANDARE	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA COMANDANTE MATOS CARDOSO	SN	CASTELO BRANCO	58050120
38	25094351	EEEF ANTONIO PESSOA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA: BEAUREPAIRE ROHAN	149	CENTRO	58010000
39	25094360	EEEF BORGES DA FONSECA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. CORONEL CALIXTO, SN	S/N	MANGABEIRA VIII	58055000
40	25094378	EEEF CASTRO PINTO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. CRUZ DAS ARMAS	1096	CRUZ DAS ARMAS	58085000
41	25094408	EEEFM DESEMBARGADOR BOTO DE MENEZES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSORA RITA MIRANDA	318	13 DE MAIO	58025280
42	25094416	EEEF DESEMBARGADOR BRAZ BARACUHY	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ESCRITOR GILBERTO AMADO	S/N	CASTELO BRANCO II	58050500
43	25094432	EEEFM DOMINGOS JOSE DA PAIXÃO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. DOMINGOS JOSÉ DA PAIXÃO	0	MUÇUMAGRO	58066100
44	25094440	EEEFM DOUTOR JOAO NAVARRO FILHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSORA MARIA ALEXANDRINA DE OLIVEIRA LIMA	35	VALENTINA FIGUEIREDO	58064375
45	25094459	EEEM DOUTOR OTAVIO NOVAIS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA SANTOS STANISLAU	1255	NOVAIS	58089540
46	25094475	EEEF EPITACIO PESSOA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL	S/N	TAMBIA	58020540
47	25094513	EEEF FREI MARTINHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA DESEMBARGADOR NOVAIS	S/N	CRUZ DAS ARMAS	58085450
48	25094530	EEEF HENRIQUE DIAS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA CARLOS BORROMEU RIBEIRO	S/N	ALTO DO MATEUS	58090280
49	25094556	EEEF ISABEL MARIA DAS NEVES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. JOÃO MACHADO	484	CENTRO	58013520
50	25094599	EEEF JOSE VIEIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ABDIAS GOMES DE ALMEIDA	S/N	TAMBAUZINHO	58042100
51	25094629	EEEFM PROFESSORA MARIA GENY DE SOUSA TIMOTEO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. MONSENHOR WALFREDO LEAL	551	TAMBIA	58020540

SEEPR C202537997V01



52	25094637	ECIT MONSENHOR PEDRO ANÍSIO BEZERRA DANTAS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA GIL FURTADO	S/N	IPES	58030206
53	25094653	EEEM PROFESSOR ORLANDO CAVALCANTI GOMES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS	SN	CRISTO REDENTOR	58070440
54	25094661	ECI PEDRO LINS VIEIRA DE MELO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA	130	MANGABEIRA I	58055440
55	25094670	EEEF PADRE AZEVEDO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. VASCO DA GAMA	909	JAGUARIBE	58015180
56	25094688	ECIT PADRE HILDON BANDEIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. CAETANO FILGUEIRAS	S/N	TORRE	58040390
57	25094696	ECI PADRE IBIAPINA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOÃO DE BRITO LIMA MOURA	478	MANDACARU	58027070
58	25094718	EEEF PROFESSORA ADELIA DE FRANCA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOÃO RAIMUNDO DE LUCENA	S/N	VALENTINA DE FIGUEIREDO	58063620
59	25094726	ECI PROFESSOR CELESTIN MALZAC	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSORA MARIA ZENAIDE BRASILINO	0	VALENTINA DE FIGUEIREDO	58063320
60	25094734	EEEF PROFESSORA MARIA DE FATIMA SOUTO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOSE GOMES DE SOUSA	S/N	MANGABEIRA I	58055420
61	25094742	EEEFM PROFESSORA MARIA JACY COSTA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA: DRAUZIO FERRER	77	MANGABEIRA II	58057360
62	25094750	ECIT PROFESSOR OLÍVIO PINTO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ULISSES ALVES PEQUENO	S/N	VALENTINA DE FIGUEIREDO	58064580
63	25094777	EEEM PROFESSORA DEBORA DUARTE	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ADRÍSIO MOTA DE SOUZA	34	FUNCIONÁRIOS II	58078030
64	25094793	EEEM SANTOS DUMONT	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA DAS INDÚSTRIAS	S/N	BAIRRO DAS INDÚSTRIAS	58083050
65	25095005	EEEF GUSTAVO CAPANEMA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ADÃO VIANA DA ROSA	S/N	GROTÃO	58079846
66	25095013	EEEM PROFESSORA ANTONIA RANGEL DE FARIAS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R: JULIA FREIRE	S/N	TORRE	58040040
67	25095021	EEEM GONCALVES DIAS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA HUMBERTO PAIVA DE CARVALHO	S/N	CRISTO REDENTOR	58070330
68	25095056	ECIT PREFEITO OSWALDO PESSOA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSOR JOSE HOLMES	S/N	ERNANI SATIRO	58080400
69	25095080	EEEFM PADRE ROMA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSOR EMÍLIO DE ARAÚJO CHAVES	120	ALTIPLANO	58046150
70	25095153	EEEF PROFESSORA RITA DE MIRANDA HENRIQUES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FRANCISCO PORFÍRIO RIBEIRO	S/N	MANGABEIRA IV	58057100
71	25096702	ECIT MARIA DO CARMO DE MIRANDA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOÃO LUIZ RIBEIRO DE MORAIS	279	CENTRO	58013230
72	25097091	EEEFM AUDIOCOMUNICACAO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FRANCISCA MOURA	S/N	JD. TREZE DE MAIO	58025650
73	25097725	INSTITUTO DE EDUCACAO DA PARAIBA (IEP)	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. CAMILO DE HOLANDA	S/N	CENTRO	58013360
74	25098357	LICEU PARAIBANO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA GETULIO VARGAS	S/N	CENTRO	58013240
75	25101516	EEEF DOMENICA ANDREA MAGLIANO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	SÍTIO MUMBABA	S/N	DISTRITO INDUSTRIAL	58082800
76	25104071	NUCLEO DE EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO MEDIO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA DA PARAIBA	S/N	CASTELO BRANCO	58051900
77	25104330	ECIS ALMIRANTE SALDANHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. SANTA BARBARA	S/N	JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA	58052580
78	25106830	EEEE ANA PAULA RIBEIRO BARBOSA LIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JUIZ Ovídio GOUVEIA	604	PEDRO GONDIM	58031830
79	25114425	EEEF GOVERNADOR ANTONIO MARIZ	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA TONY CÁSSIO RODRIGUES ESTRELA	S/N	FUNCIONÁRIOS III	58079090
80	25114484	ECIT JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA OSÓRIO MILANEZ FILHO	SN	MANGABEIRA	58056280
81	25114506	EEEM PROFESSOR JOSE BAPTISTA DE MELLO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ADMINISTRADOR MANOEL ÂNGELO DE OLIVEIRA	S/N	MANGABEIRA VII	58058200
82	25114905	ECI MILTON CAMPOS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R- SEVERINA MARIA VASCONCELOS DE CARVALHO	S/N	CUÍÁ	58077156
83	25115049	ECI PROFESSOR PAULO FREIRE	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA MARLI DO NASCIMENTO SOUZA	57	JOÃO PAULO II	58076117
84	25123696	EEEM BENEDITA TARGINO MARANHÃO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA CARPINTEIRO JOÃO JOSÉ SEABRA	S/N	PENHA	58047050
85	25124277	ECIT SEVERINO DIAS DE OLIVEIRA - MESTRE SIVUCA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R-FLOR DE IRIS	85	MANGABEIRA VIII	58059744
86	25126180	ECIT LINDUARTE NORONHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ANTONIO FERNANDES	S/N	GRAMAME	58069325
87	25128337	ECIT JOÃO PEREIRA GOMES FILHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA HILTON SOUTO MAIOR	SN	PORTAL DO SOL	58055018
88	25129309	EEEFM GRACILIANO RAMOS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R. CEL. BENEVENUTO GONCALVES DA COSTA	S/N	MANGABEIRA	58056020
89	25133667	ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTE, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA POETA JUCA PONTES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FRANCISCO LONDRES	69	VARADOURO	58010150
90		2ª REGIONAL	02ª GRE	GUARABIRA	RUA DR SALES	30	CENTRO	58200-000
91	25066374	ECIT AGENOR CLEMENTE DOS SANTOS	02ª GRE	ALAGOINHA	RUA MOURA FILHO	S/N	CENTRO	58390000
92	25066668	EEEM RODRIGUES DE CARVALHO	02ª GRE	ARAÇAGI	RUA PROFESSORA MARIA DO CARMO	2	CENTRO	58270000
93	25066676	ECI FRANCISCO PESSOA DE BRITO	02ª GRE	ARAÇAGI	AVENIDA OLÍVIO MAROJA S/N ARAÇAGI - PB	S/N	SÃO SEBASTIÃO	58270000
94	25054767	EEEFM ANESIO DEODONIO MORENO	02ª GRE	ARARA	RUA HERMES LIRA	154	CENTRO	58396000
95	25054783	ECI MONSENHOR JOSÉ PAULINO	02ª GRE	ARARA	RUA SENADOR RUY CARNEIRO	30	CENTRO	58396000
96	25058975	ECIT BENJAMIN MARANHÃO	02ª GRE	ARARUNA	RUA: LUIS TARGINO MOREIRA	300	CENTRO	58233000
97	25059017	EEEM TARGINO PEREIRA	02ª GRE	ARARUNA	PRAÇA JOÃO PESSOA	150	CENTRO	58233000
98	25064126	EEEFM CARLOTA BARBEIRA	02ª GRE	AREIA	PRAÇA MONSENHOR RUY BARBEIRA VIEIRA	S/N	CENTRO	58397000
99	25064134	ECIT MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	02ª GRE	AREIA	PRAÇA MINISTRO JOSÉ AMÉRICO	321	CENTRO	58397000
100	25064142	EEEFM ALVARO MACHADO	02ª GRE	AREIA	RUA FLORIANO PEIXOTO	0	CENTRO	58397000
101	25064169	EEEF MONSENHOR JOAO COUTINHO	02ª GRE	AREIA	RUA MANOEL DA SILVA	374	PEDRO PERAZZO	58397000
102	25064894	ECIT JOSÉ ROCHA SOBRINHO	02ª GRE	BANANEIRAS	AVENIDA GOVERNADOR PEDRO MORENO GONDIM	0	CONJUNTO MAJOR AUGUSTO BEZERRA	58220000
103	25065025	EEEM PROFESSOR PEDRO A DE ALMEIDA	02ª GRE	BANANEIRAS	AVENIDA ALÍSSIO BARBOSA	0	SÍTIO BURACO	58220000
104	25130200	ESCOLA DOS SONHOS	02ª GRE	BANANEIRAS	SÍTIO MONTE CARMELO	S/N	ZONA RURAL	58220000
105	25067133	ECIT ENGENHEIRA MARCIA GUEDES ALCOFORADO DE CARVALHO	02ª GRE	BELÉM	RUA 1ª DE MAIO	220	CENTRO	58255000
106	25067141	EEEFM FELINTO ELIZIO	02ª GRE	BELÉM	RUA SOLON DE LUCENA	100	CENTRO	58255000
107	25065513	ECIT EFIGÊNIO LEITE	02ª GRE	BORBOREMA	AVENIDA SENADOR HUMBERTO LUCENA	SN	CENTRO	58394000
108	25059610	EEEF PERILO DE OLIVEIRA	02ª GRE	CACIMBA DE DENTRO	PRAÇA PERILO DE OLIVEIRA	40	CENTRO	58230000
109	25059629	ECI HUMBERTO LUCENA	02ª GRE	CACIMBA DE DENTRO	RUA MANOEL OLEGÁRIO DA SILVA	S/N	SANTO ANTÔNIO	58230000
110	25122908	EEEM PEDRO TARGINO DA COSTA MOREIRA	02ª GRE	CACIMBA DE DENTRO	RUA JOSÉ AMÉRICO	S/N	CONJUNTO LÚCIA BRAGA	58230000
111	25067460	ECIT PROFESSORA MARIA GERTRUDES DE CARVALHO NEVES	02ª GRE	CAIÇARA	RUA ANTENOR NAVARRO	SN	CENTRO	58253000
112	25110780	ECI PROFESSORA BEATRIZ MARIA DE ABREU	02ª GRE	CASSERENGUE	RUA: PROJETADA	0	CENTRO	58238000
113	25067869	ECI ODILON NELSON DANTAS	02ª GRE	CUITEGI	RUA JOSÉ MARINHO DE LUCENA	20	SANTO ANTONIO	58208000



SEEPR C202537997V01



114	25060058	ECI GOVERNADOR CLOVIS BEZERRA CAVALCANTI	02ª GRE	DONA INÊS	RUA PROFESSOR ODILON MATIAS DE ARAÚJO	156	CENTRO	58228000
115	25068075	ECI SAGRADO CORACAO DE JESUS	02ª GRE	DIAS ESTRADAS	RUA NOVA	5/N	CENTRO	58265000
116	25068083	EEEF FRANCISCO COSTA	02ª GRE	DIAS ESTRADAS	RUA COSTA FILHO	140	CENTRO	58265000
117	25068628	ECIT MONSENHOR EMILIANO DE CRISTO	02ª GRE	GUARABIRA	RUA JOÃO LORDÃO	125	NORDESTE LL	58200000
118	25068636	ECI JOSÉ SOARES DE CARVALHO	02ª GRE	GUARABIRA	RUA: HENRIQUE PACIFICO	45	PRIMAVERA	58200000
119	25068644	EEEFM ANTENOR NAIARRO	02ª GRE	GUARABIRA	RUA PREFEITO MANOEL LORDÃO	161	CENTRO	58200000
120	25068660	EEEF DEPUTADO GUSTAVO AMORIM DA COSTA	02ª GRE	GUARABIRA	RUA OSÉAS AMARAL	133	CORDEIRO	58200000
121	25068695	EEEF DESEMBARGADOR PEDRO BANDEIRA	02ª GRE	GUARABIRA	RUA: CORONEL JOSÉ MAURÍCIO DA COSTA	5/N	CONJ. ASSIS CHATEAUBRIAND	58200000
122	25068709	EEEM JOHN KENNEDY	02ª GRE	GUARABIRA	RUA JOHN KENNEDY	515	NOVO	58200000
123	25068717	EEEF ABDON MIRANDA	02ª GRE	GUARABIRA	FAZENDA SÃO JOSÉ DO MIRANDA	SNª	ZONA RURAL	58200000
124	25068725	EEEM PROFESSOR EDGARDO JULIO	02ª GRE	GUARABIRA	RUA HERMENEGILDO CUNHA	5/N	NORDESTE II	58200000
125	25068733	EEEFM JOÃO FRANCELINO DA SILVA	02ª GRE	GUARABIRA	RUA VIRGÍLIO DOS PRAZERES	210	MUTIRÃO	58200000
126	25130161	ECIT GUARABIRA DOM MARCELO PINTO CARVALHEIRA	02ª GRE	GUARABIRA	RODOVIA PB-073, KM 24	5/N	DISTRITO INDUSTRIAL PB-073	58200000
127	25069357	ECIT IVAN BICHARA SOBREIRA	02ª GRE	LAGOA DE DENTRO	RUA 7 DE SETEMBRO	9	CENTRO	58250000
128	25069373	EEEFM GETULIO VARGAS	02ª GRE	LAGOA DE DENTRO	RUA DO COMÉRCIO	55	CENTRO	58250000
129	25067737	ECI PREFEITO JOSE ANTONIO NEVES	02ª GRE	LOGRADOURO	RUA: FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA	21	CENTRO	58254000
130	25069675	ECIT MAJOR ANTONIO DE AQUINO	02ª GRE	MULUNGU	ESTRADA DE ACESSO À ALAGOINHA	SN	CENTRO	58354000
131	25069683	EEEFM JARDILINA CRUZ PEREIRA	02ª GRE	MULUNGU	FAZENDA CACHOEIRINHA	SN	ZONA RURAL	58354000
132	25069721	EEEF D AMARO BELTRAO	02ª GRE	MULUNGU	RUA: MONTE ALEGRE	23	CENTRO	58354000
133	25065726	ECI ANTONIETA CORREIA DE MENEZES	02ª GRE	PILÕES	RUA LUIZ GREGORIO DA SILVA	0	CENTRO	58393000
134	25065742	EEEFM DOM SANTINO COUTINHO	02ª GRE	PILÕES	RUA NORBERTO BARACUHY	269	CENTRO	58393000
135	25070088	ECI SILVIO PORTO	02ª GRE	PILÔEZINHOS	RUA MANOEL ALVES DE SOUZA	309	CENTRO	58210000
136	25070290	EEEFM MONSENHOR WALFREDO LEAL	02ª GRE	PIRIPITUBA	RUA: PROFESSOR ANTÔNIO FLORENTINO	5/N	CENTRO	58213000
137	25070312	ECI AUGUSTO DE ALMEIDA	02ª GRE	PIRIPITUBA	RUA SOLON DE LUCENA	387	CENTRO	58213000
138	25058991	ECI PEDRO RIBEIRO DE LIMA	02ª GRE	RIACHÃO	VENÂNCIO TOMAZ DE AQUINO	5/N	CENTRO	58235000
139	25070576	ECIT MARIA JOSE MIRANDA BURITY	02ª GRE	SERRA DA RAIZ	RUA: MAJOR COSTA	5/N	CENTRO	58260000
140	25070584	EEEF PADRE EMIDIO FERNANDES	02ª GRE	SERRA DA RAIZ	LARGO DA MATRIZ	76	CENTRO	58260000
141	25066013	ECI ANTÔNIO BENTO	02ª GRE	SERRARIA	RUA ADALGISA CAVALCANTE	328	CENTRO	58395000
142	25068342	ECI JOÃO DE FREITAS MOUZINHO	02ª GRE	SERTÃOZINHO	RUA JOÃO DE FREITAS MOUZINHO	SN	CENTRO	58268000
143	25070304	EEEF BELMIRA ARRUDA ALCOFORADO	02ª GRE	SERTÃOZINHO	RUA NOVA DESCOBERTA	SN	CENTRO	58268000
144	25060376	ECIT ALFREDO PESSOA DE LIMA	02ª GRE	SOLÂNEA	RUA LUIZ FERREIRA DE MELO	5/N	CENTRO	58225000
145	25060384	EEEFM CELSO CIRNE	02ª GRE	SOLÂNEA	PRAÇA 26 DE NOVEMBRO	5/N	CENTRO	58225000
146	25060392	EEEF PADRE GERALDO DA S PINTO	02ª GRE	SOLÂNEA	RUA JOÃO MARCELINO PEREIRA	91	CENTRO	58225000
147	25060406	EEEM ARLINDO RAMALHO	02ª GRE	SOLÂNEA	RUA CELSO CIRNE	488	CENTRO	58225000
148	25060996	ECI DOUTOR TERCILIO TEIXEIRA DA CRUZ	02ª GRE	TACIMA	RUA: 31 DE MARÇO	582	CENTRO	58240000
149	25061003	EEEFM PEDRO TARGINO	02ª GRE	TACIMA	PRAÇA PEDRO TARGINO	255	CENTRO	58240000
150	25062638	EEEFM PADRE HILDON BANDEIRA	03ª GRE	ALAGOA GRANDE	RUA PRESIDENTE JOAO PESSOA	1485	CENTRO	58388000
151	25062670	EEEF DEMONSTRACAO ALAGOA GRANDE	03ª GRE	ALAGOA GRANDE	RUA CÔNEGO FIRMINO CAVALCANTE	959	CENTRO	58388000
152	25062816	ECIT OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELO	03ª GRE	ALAGOA GRANDE	RUA RUI BARBOSA	5/N	CENTRO	58388000
153	25063340	ECIT MONSENHOR JOSÉ BORGES DE CARVALHO	03ª GRE	ALAGOA NOVA	RUA MARIA LIMA MARACAJÁ	85	CENTRO	58125000
154	25063421	EEEFM PROFESSOR CARDOSO	03ª GRE	ALAGOA NOVA	AVENIDA SAO SEBASTIAO	266	CENTRO	58125000
155	25152823	ECI EUCLIDES MOUZINHO DOS SANTOS	03ª GRE	ALGODÃO DE JANDAÍRA	RUA PROJETADA	5/N	CONJUNTO NOVO	58399000
156	25061402	ECI PREFEITO FRANCISCO APOLINÁRIO SILVA	03ª GRE	AREIAL	FRANCISCO SEBASTIÃO PEREIRA	78	CENTRO	58140000
157	25075918	ECI TEODÓSIO DE OLIVEIRA LEDO	03ª GRE	BOA VISTA	RUA PREFEITO SEVERINO CABRAL	230	CENTRO	58123000
158	25070703	EEEFM CAIC JOSÉ JOFILLIX	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOSÉ MARQUES FERREIRA	100	MALVINAS	58432545
159	25071394	ECI MONSENHOR SALES	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA VEREADOR ANTONIO ALVES PIMENTEL	317	CENTRO	58446000
160	25071939	ECI AUDIOCOMUNICAÇÃO DE CAMPINA GRANDE DEMÓSTENES CUNHA LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PROFESSORA EUTÍCIA VITAL RIBEIRO	5/N	CATOLÉ	58410205
161	25072005	EEEFM ADEMAR VELOSO SILVEIRA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOÃO VIRGOLINO DE ARAÚJO	1043	BODOCONGÓ	58430385
162	25072013	ECIT PROFESSOR RAUL CÔRDULA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA GÁBIO JOSÉ DE OLIVEIRA ARAÚJO	SN	CRUZEIRO	58415565
163	25072021	EEEFM SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	AV. ELÍDIO DE ALMEIDA	25	CATOLÉ	58410215
164	25072030	ECIT NENZINHA CUNHA LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA FERNANDES VIEIRA	5/N	JOSÉ PINHEIRO	58407490
165	25072056	EEEFM POETA CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA CAICO	5/N	BODOCONGÓ III	58433140
166	25072064	EEEFM MARIA AUGUSTA LUCENA BRITO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	R - PEDRO ACÁCIO GALVÃO	SN	SÍTIO LUCAS	58430991
167	25072080	EEEFM NINA ALVES DE LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA FRANCISCO ROSA DE FARIAS	5/N	MONTE SANTO	58400710
168	25072099	ECI ASSIS CHATEAUBRIAND	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	AVENIDA TAVARES	2500	SANTO ANTONIO	58406175
169	25072102	ECI DEPUTADO ÁLVARO GAUDÊNCIO DE QUEIROZ	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA DOS JUCÁS	5/N	MALVINAS	58432599
170	25072110	ECI FÉLIX ARAÚJO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	SEVERINO PIMENTEL	5/N	LIBERDADE	58414150
171	25072129	EEEFM SAO SEBASTIAO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ESTELITA CRUZ	307	ALTO BRANCO	58401470
172	25072137	ECIT PROFESSOR ANÉSIO LEÃO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA XV DE NOVEMBRO	5/N	PALMEIRA	58401075
173	25072145	EEEFM DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA DAS PITOMBEIRAS	SN	MALVINAS	58432791
174	25072153	ECIT SEVERINO CABRAL	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOAQUIM AMORIM JUNIOR	5/N	BODOCONGÓ	58430200
175	25072161	EEEF NOSSA SENHORA DO ROSARIO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA NILO PECANHA	250	PRATA	58400515



SEEP/C202537997V01



176	25072196	EEEF ANTONIO VICENTE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA SILVA JARDIM	1196	JOSÉ PINHEIRO	58407333
177	25072200	EEEF AUGUSTO DOS ANJOS	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PARAIBA	240	LIBERDADE	58410066
178	25072218	EEEF CLEMENTINO PROCOPIO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA: FELIPE CAMARÃO	168	SÃO JOSÉ	58400366
179	25072226	EEEF DE APLICACAO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOÃO LELIS	S/N	CATOLÉ	58410185
180	25072234	EEEFM MONTE SANTO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA DIOGO DA COSTA	305	MONTE SANTO	58400723
181	25072242	EEEFM JOSE PINHEIRO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOANA D'ARC FERREIRA DE ARRUDA	937	JOSÉ PINHEIRO	58407382
182	25072277	ECI MONTE CARMELO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PROFESSOR CARLOS FRANCISCO MEDEIROS DE ALMEIDA	S/N	BELA VISTA	58428700
183	25072285	EEEFM MURILO BRAGA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA SANTA FILOMENA	S/N	LIBERDADE	58414020
184	25072293	EEEFM NOSSA SENHORA APARECIDA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ROSA MARIA BANDEIRA DA SILVA	S/N	MUTIRÃO	58436108
185	25072307	EECI SOLON DE LUCENA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PREFEITO ERNANI LAURITZEN	S/N	CENTRO	58400133
186	25072315	EEEF SANTO ANTONIO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA FRANCISCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO	1078	CASTELO BRANCO	58406180
187	25072340	EEEFM ESCRITOR ALCEU DO AMOROSO LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA LÍDIA BATISTA MARQUES	0	MALVINAS	58432677
188	25072374	EEEF MARIA EMILIA OLIVEIRA DE ALMEIDA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA DR. FRANCISCO BRASILEIRO	S/N	PRESIDENTE MÉDICI	58417455
189	25072404	EEEFM RUBENS DUTRA SEGUNDO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ARQUIMEDES SOUTO MAIOR II	S/N	CATOLÉ DE BOA VISTA	58444000
190	25072412	ECI VIRGINUS DA GAMA E MELO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PENEDO	SN	MALVINAS	58433146
191	25072420	ECIT DOUTOR ELPIDIO DE ALMEIDA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	R DUQUE DE CAXIAS	235	PRATA	58400506
192	25072439	ECI HORTENCIO SOUSA RIBEIRO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	OTACILIO NEPOMUCENO	S/N	CATOLÉ	58410160
193	25072692	EEEM PADRE EMIDIO VIANA CORREIA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	AVENIDA PREFEITO SEVERINO BEZERRA CABRAL	S/N	CATOLÉ	58410185
194	25076400	EEEM PROFESSOR ANTONIO OLIVEIRA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ALBERTO SANTOS	S/N	SANTA ROSA	58416690
195	25076582	ECI IRMÃ JOAQUINA SAMPAIO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	BR 203 KM 8 PRAÇA DO AMOR	SN	SERROTÃO	58436740
196	25076590	ECI JOSÉ MIGUEL LEÃO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOÃO MIGUEL LEÃO	S/N	SÃO JOSÉ DA MATA	58411000
197	25114034	EEEF DOM HELDER CAMARA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA LICIONEIA MARIA DA CONCEIÇÃO	125	SANTA ROSA	58417020
198	25114433	EEEFM SENADOR HUMBERTO LUCENA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA MARCELINO PEREIRA DA COSTA	S/N	NOVO CRUZEIRO	58415483
199	25114808	ECI PROFESSOR ITAN PEREIRA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA LUIZ MOTTA	S/N	BODOCONGÓ	58430713
200	25117459	ECIT PREFEITO WILLIAMS DE SOUSA ARRUDA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA BRUXELAS	S/N	CUITÉ	58404864
201	25117688	ECIT IRMÃ STEFANIE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	HENRIQUE NOBREGA	S/N	TRÊS IRMÃS	58400002
202	25117858	EEEFM REITOR EDVALDO DO Ó	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	ISOLDA BARROS TORQUARTO	S/N	BODOCONGÓ	58430290
203	25117866	EEEFM POETISA VICENTINA FIGUEIREDO VITAL DO REGO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA: SÃO RAFAEL	S/N	JEREMIAS	58404072
204	25120670	EEEFM MAJOR VENEZIANO VITAL DO REGO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA: MARIA CÂNDIDA DA SILVA S/N	0	ACÁCIO FIGUEIREDO	58421295
205	25123998	EEEFM WALNYZA BORBOREMA CUNHA LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ANTONIO CHAGAS DE ARAÚJO	S/N	ZONA RURAL SÍTIO ESTREITO	58449000
206	25129317	EEEFM PAULO FREIRE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	ALÇA SUDOESTE	S/N	SERROTÃO	58436220
207	25130331	ECIT PROFESSOR BRAÚLIO MAIA JÚNIOR	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA TRANQUILINO COELHO LEMOS	SN	DINAMERICA	58432300
208	25151401	EEEM ANTÔNIO GUEDES DE ANDRADE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA SEVERINO DA COSTA	200	CATOLÉ DE ZÉ FERREIRA	58418030
209	25152815	EEEM ISABEL RODRIGUES DE MELO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA SERGIO ANTÔNIO DE MENEZES	SN	GALANTE	58446000
210	25251945	EEEFM ZULEIDE CAVALCANTE PORTO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JORNALISTA CARLOS CASTELO BRANCO	0	NOVA BRASÍLIA	58406498
211	25061720	ECIT MONSENHOR JOSÉ DA SILVA COUTINHO	03ª GRE	ESPERANÇA	RUA FLORIANO PEIXOTO	S/N	CENTRO	58135000
212	25061739	EEEFM IRINEU JOFFILY	03ª GRE	ESPERANÇA	JUVINIANO SOBREIRA	125	CENTRO	58135000
213	25077759	ECIT FRANCISCA MARTINIANO DA ROCHA	03ª GRE	LAGOA SECA	LUCAS DA ROCHA	297	CENTRO	58117000
214	25078135	ECI MARIA ZECA DE SOUZA	03ª GRE	MASSARANDUBA	RUA VEREADOR ADERBAL GOMES DA SILVA	S/N	CENTRO	58120000
215	25078143	EEEFM EVERALDO AGRA	03ª GRE	MASSARANDUBA	AVENIDA BRASÍLIA, BR 230	7558	SANTA TEREZINHA	58120000
216	25063359	EEEFM DESEMBARGADOR ARTHUR VIRGINIO DE MOURA	03ª GRE	MATINHAS	AV. MONS. JOSÉ BORGES DE CARVALHO	S/N	CENTRO	58128000
217	25063405	ECIT POETA MÁRIO VIEIRA DA SILVA	03ª GRE	MATINHAS	ST. CAMARÁ	S/N	ZONA RURAL	58128000
218	25062069	ECI MARIA JOSÉ DE SOUZA	03ª GRE	MONTADAS	RUA JOSÉ VERÍSSIMO DE SOUZA	197	CENTRO	58145000
219	25120859	ECI PROFESSOR MARIA JOSE COSTA DE ALBUQUERQUE	03ª GRE	OLIVEDOS	RUA RONDINELLE GUIMARAES COUTO	SN	CENTRO	58160000
220	25057146	ECIT ANTONIO GALDINO FILHO	03ª GRE	POCINHOS	RUA - JOSE JOAQUIM DO NASCIMENTO	S/N	IVO BENICIO	58150000
221	25078550	ECIT PLÍNIO LEMOS	03ª GRE	PUXINANÁ	RUA: COSTA E SILVA	S/N	CENTRO	58115000
222	25078569	EEEM SEVERIANO PEDRO DO NASCIMENTO	03ª GRE	PUXINANÁ	POVOADO DE JENIPAPO	S/N	ZONA RURAL	58115000
223	25078577	EEEM CONEGO ANTONIO GALDINO	03ª GRE	PUXINANÁ	AVENIDA 28 DE JANEIRO	S/N	CENTRO	58115000
224	25057820	ECIT JOSÉ BRONZEADO SOBRINHO	03ª GRE	REMÍCIO	AV. JOAQUIM CAVALCANTE DE MORAIS	S/N	CENTRO	58398000
225	25057839	EEEFM DOUTOR CUNHA LIMA	03ª GRE	REMÍCIO	RUA IDELFONSO JARDELINO DA COSTA, 75	75	CENTRO	58398000
226	25062220	ECI MONSENHOR JOSÉ BORGES	03ª GRE	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	RUA LAURA DONATO DE ARAÚJO	S/N	CENTRO	58119000
227	25062239	EEEF ELIDIO SOBREIRA	03ª GRE	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	RUA JOSÉ RODRIGUES COURA	21	CENTRO	58119000
228	25080016	ECIT DOM ADAUTO	03ª GRE	SERRA REDONDA	AV MIGUEL VERÍSSIMO DA SILVA	0	CONJ. ANTONIO MARIZ II	58385000
229	25058304	ECIT DOUTOR TRAJANO NOBREGA	03ª GRE	SOLEDADE	JOSE RUFINO DE CARVALHO	S/N	JARDIM CRUZEIRO	58155000
230	25058371	EEEM PADRE JOSÉ ANTÔNIO MARIA IBIAPINA	03ª GRE	SOLEDADE	RUA: JOSÉ CHAGAS DE BRITO	2	CENTRO	58155000
231		04ª REGIONAL	04ª GRE	CUITÉ	RUA JOSE CASSIMIRO DANTAS	643	NOVO RETIRO	58175000
232	25118579	ECI PREFEITO SEVERINO PEREIRA GOMES	04ª GRE	BARAÚNA	RUA MANOEL RODRIGUES	79	JARDIM PLANALTO	58188000
233	25055046	ECIT JOSE LUIZ NETO	04ª GRE	BARRA DE SANTA ROSA	RUA PREFEITO JOAO INACIO DA SILVA	170	CENTRO	58170000
234	25040820	ECIT IOLANDA TEREZA CHAVES LIMA	04ª GRE	CUBATI	RUA VALDEMIER DE SOUSA SOUTO	SN	CENTRO	58167000
235	25055836	ECI ORLANDO VENANCIO DOS SANTOS	04ª GRE	CUITÉ	RUA 15 DE NOVEMBRO	S/N	CENTRO	58175000
236	25055852	EEEFM ANDRE VIDAL DE NEGREIROS	04ª GRE	CUITÉ	CAETANO DANTAS CORREA	222	CENTRO	58175000
237	25127659	ECI PEDRO HENRIQUE DA SILVA	04ª GRE	CUITÉ	SÍTIO SERRA DO BOMBODACADINHO	SN	ZONA RURAL	58175000



SEEPR C202537997V01



238	25129279	ECIT JORNALISTA JOSE ITAMAR DA ROCHA CÂNDIDO	04º GRE	CUITÉ	BR 104 KM 06		ZONA RURAL	58175000
239	25123203	ECIT FRANCISCO MARQUES DE MELO	04º GRE	DAMIÃO	RUA ROMILDO FERNANDES DE OLIVEIRA	S/N	TAMBOR	58173000
240	25041185	ECI PREFEITO AGUIÂNIO DANTAS	04º GRE	FREI MARTINHO	RUA: PROFESSOR LUIZ PINHEIRO	271	CENTRO	58195000
241	25056620	ECIT JOSÉ ROLDERICK DE OLIVEIRA	04º GRE	NOVA FLORESTA	RUA DAMIÃO PEDRO DE LIMA, S/N, NOVA FLORESTA - PB	0	SILVESTRE GARCIA	58179000
242	25042351	ECI ANTÔNIO COELHO DANTAS	04º GRE	NOVA PALMEIRA	RUA: JORGE MENDONÇA	200	CENTRO	58104000
243	25042661	ECI GRACILIANO FONTINI LORDAO	04º GRE	PEDRA LAVRADA	RUA: PROFESSOR FRANCISCO FERREIRA	13	CENTRO	58180000
244	25153200	EEEM MATILDES DE MELO BURITI	04º GRE	PEDRA LAVRADA	DIST CUMARU	0	ZONA RURAL	58180000
245	25043269	EEEM SEVERINO GREGORIO DANTAS	04º GRE	PICUI	RUA JOSE MARIA DA COSTA LIMA	0	ZONA RURAL	58187000
246	25043277	ECIT PROFESSOR LORDÃO	04º GRE	PICUI	RUA PROJETADA	S/N	CENECISTA	58187000
247	25115723	EEEM FELIPE TIAGO GOMES	04º GRE	PICUI	RUA ANIBAL DA CUNHA MACEDO	30	MONTE SANTO	58187000
248	25043870	EEEF INACIO CLAUDINO	04º GRE	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	RUA MANOEL CORDEIRO	50	CENTRO	58159000
249	25043897	ECIT CICERO DOS ANJOS	04º GRE	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	RUA ALZIRA XAVIER DAS NEVES	S/N	CENTRO	58159000
250	25056581	ECI JOSE VITORINO DE MEDEIROS	04º GRE	SOSSÊGO	RUA ELIEZER FRANCISCO DOS SANTOS	1447	CENTRO	58177000
251		05º REGIONAL	05º GRE	MONTEIRO	RUA POETA PINTO MONTEIRO	80	QUINTA DA BELA VISTA	58660000
252	25049640	ECI DE AMPARO	05º GRE	AMPARO	RUA VEREADOR CICERO SOARES	62	CENTRO	58548000
253	25044362	ECIT PEDRO BEZERRA FILHO	05º GRE	CAMALAU	RUA ANTONIO GALDINO CHAVES	23	CENTRO	58530000
254	25054490	ECI CEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO	05º GRE	CARAÚBAS	RUA EXPEDICIONÁRIO LUIS TENÓRIO LEÃO	574	CENTRO	58595000
255	25044788	ECIT MANOEL ALVES CAMPOS	05º GRE	CONGO	RUA SENADOR RUI CARNEIRO	S/N	CENTRO	58535000
256	25049372	ECI MANOEL HONORATO SOBRINHO	05º GRE	COXIXOLA	RUA PROJETADA	S/N	CENTRO	58588000
257	25053728	ECIT JUAREZ MARACAJÁ	05º GRE	GURJÃO	RUA:ALFREDO TEIXEIRA DE FREITAS	281	PEDREGAL	58670000
258	25045059	ECIT JOÃO LEILYS	05º GRE	LIVRAMENTO	RUA PRESIDENTE JOAO PESSOA	54	CENTRO	58690000
259	25045377	ECIT JOSÉ LEITE DE SOUZA	05º GRE	MONTEIRO	RUA WAGNER AUGUSTO BEZERRA JAPYASSU	426	CENTRO	58500000
260	25045466	EEEM BENTO TENÓRIO DE SOUSA	05º GRE	MONTEIRO	SÍTIO SANTA CATARINA	SN	ZONA RURAL	58500000
261	25045555	EEEFM MIGUEL SANTA CRUZ	05º GRE	MONTEIRO	RUA GETÚLIO VARGAS	61	CENTRO	58500000
262	25115359	EEEM JOÃO DE OLIVEIRA CHAVES	05º GRE	MONTEIRO	RUA SIZENANDO RAFAEL	665	ALTO BELA VISTA	58500000
263	25046764	ECI NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	05º GRE	OURO VELHO	RUA JOSÉ CASSIANO	SN	CENTRO	58560000
264	25047469	ECI JAIRO AIRES CALIJÊTE	05º GRE	PARARI	RUA TERTULINO AIRES DE QUEIROZ	S/N	CENTRO	58575000
265	25046950	ECIT FRANCISCO DE ASSIS GONZAGA	05º GRE	PRATA	AVENIDA ANANIANO RAMOS GALVÃO	196	CENTRO	58550000
266	25054023	ECIT PROFª NEIR ALVES PORTO	05º GRE	SANTO ANDRÉ	RUA EULÁLIA DE MEDEIROS PORTO	S/N	CENTRO	58675000
267	25054155	EEEF SEVERINO MEDEIROS RAMOS	05º GRE	SÃO JOÃO DO CARIRI	RUA VICENTE MECIADO	S/N	ZONA RURAL	58590000
268	25054180	ECIT JORNALISTA JOSÉ LEAL RAMOS	05º GRE	SÃO JOÃO DO CARIRI	ALTO DO CRUZEIRO	S/N	CENTRO	58590000
269	25047116	ECI MÁRIO OLIVEIRA CHAVES	05º GRE	SÃO JOÃO DO TIGRE	RUA ANANIAS HONORIO DE SOUSA	45	CENTRO	58520000
270	25047450	ECI BARTOLOMEU MARACAJÁ	05º GRE	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	RUA: EULÁMPIA SOUZA E SILVA	95	CENTRO	58570000
271	25048350	ECI MALAQUIAS BATISTA FEITOSA	05º GRE	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	AVENIDA VICENTE PEDRO	0	CENTRO	58510000
272	25048775	EEEFM MARIA BALBINA PEREIRA	05º GRE	SERRA BRANCA	AVENIDA MARIA BALBINA PEREIRA	1	CENTRO	58580000
273	25048848	EEEF VASCONCELOS BRANDÃO	05º GRE	SERRA BRANCA	AVENIDA: DEPUTADO ÁLVARO GAUDÊNCIO	54	CENTRO	58580000
274	25048880	EEEM SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO	05º GRE	SERRA BRANCA	RUA BOAVENTURA CAVALCANTE NETO	79	CENTRO	58580000
275	25130110	ECIT INÁCIO ANTONINO	05º GRE	SERRA BRANCA	PB 200	0	SÍTIO LAGOINHA	58580000
276	25049496	ECIT JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ	05º GRE	SUMÉ	RUA PROFESSORA GUIOMAR COELHO	201	PEDREGAL	58540000
277	25048368	ECI PROFª MARIA CELESTE DO NASCIMENTO	05º GRE	ZABELÊ	RUA JOÃO MIZAEI DE MEDEIROS	S/N	CENTRO	58515000
278		06º REGIONAL	06º GRE	PATOS	RUA ESCRITOR RUI BARBOSA	614	CENTRO	58700060
279	25020374	EEEFM CLOVIS SATIRO	06º GRE	AREIA DE BARAÚNAS	RUA PEDRO LINO	490	CENTRO	58732000
280	25050427	EECI JOAO ROGERIO DIAS TOLEDO	06º GRE	ASSUNÇÃO	RUA CÂNDIDO PEREIRA BRITO	S/N	CONJUNTO HABITACIONAL JOSE DE ASSIS PIMENTA	58685000
281	25019813	ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ALDO SATIRO XAVIER	06º GRE	CACIMBA DE AREIA	RUA GILVAN SOARES	SN	CENTRO	58730000
282	25033794	ECIT ESTADUAL PEDRO TERÇO DA CUNHA	06º GRE	CACIMBAS	RUA FERNANDES FERREIRA	S/N	CENTRO	58698000
283	25024175	ECIT INACIO DA CATINGUEIRA	06º GRE	CATINGUEIRA	RUA TENENTE NICOLAU LOPES	S/N	CENTRO	58715000
284	25033796	ECI GERTRUDES LEITE	06º GRE	DESTERRO	JULIA DE GOIS S/N	SN	SÃO CRISTÓVÃO	58695000
285	25033816	EEEF SILVEIRA DANTAS	06º GRE	DESTERRO	PRAÇA NOSSA SENHORA DO DESTERRO	25	CENTRO	58695000
286	25025368	ECIT DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFª MARGARIDA REMIGIO LOUREIRO	06º GRE	EMAS	AV. DR. JOSÉ CELNO FILHO	107	CENTRO	58763000
287	25041525	EECI DEPUTADO GENIVAL MATIAS	06º GRE	JUAZEIRINHO	RUA PROFESSORA JOSEFA NETA FREIRE	180	CENTRO	58660000
288	25118358	EEEFM DEPUTADO PEDRO PASCOAL DE OLIVEIRA	06º GRE	JUAZEIRINHO	LUIZ PEDRO DE ARAÚJO	70	ARNALDO LAFAYETE	58660000
289	25038478	ECIT EZEQUIEL FERNANDES	06º GRE	JUNCO DO SERIDÓ	RUA ALCINDO LEITE	490	CENTRO	58640000
290	25020102	EEEFM FRANCISCO ROMANO DA SILVEIRA	06º GRE	MÃE D'ÁGUA	RUA SÃO SEBASTIÃO	5	CENTRO	58740000
291	25014692	ECIT DOUTOR ANTONIO FERNANDES MEDEIROS	06º GRE	MALTA	RUA: CEL. ANTÔNIO DE ASSIS FERREIRA	S/N	CENTRO	58713000
292	25037781	E. C. I. ANTONIO MOACIR DANTAS CAVALCANTI	06º GRE	MATUREIA	AVENIDA JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA	282	CENTRO	58737000
293	25020366	EEEM CONEGO MACHADO	06º GRE	PASSAGEM	RUA PROJETADA 4	S/N	CENTRO	58734000
294	25020854	ECI DOUTOR DIONÍSIO DA COSTA	06º GRE	PATOS	RUA FRANCISCO PONTES	S/N	SALGADINHO	58706520
295	25020889	EEEFM LUCIA WANDERLEY DE FREITAS	06º GRE	PATOS	RUA VEREADOR JOSÉ CAETANO FILHO	36	DISTRITO SANTA GERTRUDES	58709000
296	25020900	EEEFM ANTONIA ARAUJO	06º GRE	PATOS	RUA PROJETADA	S/N	BIVAR OLINTO	58701600
297	25020927	ECI AUZENIR LACERDA	06º GRE	PATOS	RUA: LUIZ JOSÉ	S/N	JARDIM LACERDA	58704030
298	25020935	ECI ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MONSENHOR MANOEL VIEIRA	06º GRE	PATOS	PRAÇA EDVALDO MOTTA	SN	CENTRO	58700590
299	25020960	EEEF CORIOLANO DE MEDEIROS	06º GRE	PATOS	PEREGRINO DE ARAÚJO	S/N	SANTO ANTONIO	58701010



SEEPR C202537997V01



300	25020978	EEEF PROFA MARIA NUNES	06ª GRE	PATOS	RUA LUÍS JOSÉ	0	BELO HORIZONTE	58704310
301	25020986	EEEF RIO BRANCO	06ª GRE	PATOS	AV : FLORIANO PEIXOTO	S/N	JARDIM CALIFORNIA	58700300
302	25021427	ENE D EXPEDITO E DE OLIVEIRA	06ª GRE	PATOS	RUA PAULO LEITE	SN	LIBERDADE	58703130
303	25103563	EEEFM PROFESSOR JOSE GOMES ALVES	06ª GRE	PATOS	DONATO LOCO	S/N	JATOBÁ	58707380
304	25130153	ECIT LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	06ª GRE	PATOS	RUA MANOEL MOTA	NULL	MUTIRÃO	58707420
305	25022059	EEEFM HERCULANO PEREIRA	06ª GRE	QUIXABA	MANOEL CANDEIA	S/N	CENTRO	58733000
306	25038796	EEEM FENELON NOBREGA	06ª GRE	SALGADINHO	RUA JOSE MACIEL DE SOUZA	56	CENTRO	58650000
307	25039032	ECITE PADRE JERONIMO LAUWEN	06ª GRE	SANTA LUZIA	RUA DOM QUINTINO	S/N	SÃO JOSÉ	58600000
308	25039075	EEEFM ARLINDO BENTO DE MORAIS	06ª GRE	SANTA LUZIA	RUA ANTONIO MOISÉS	264	SÃO JOSÉ	58600000
309	25039083	ECI EEF COELHO LISBOA	06ª GRE	SANTA LUZIA	AVENIDA JOSÉ AMÉRICO	S/N	CENTRO	58600000
310	25022296	EEEFM PROFESSOR JOAO NOBERTO	06ª GRE	SANTA TERESINHA	RUA EPTÁCIO RODRIGUES	360	CENTRO	58720000
311	25022652	EEEFM JOSE AMERICO DE ALMEIDA	06ª GRE	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	RUA CAPITÃO CAZUZA SÁTIRO	134	CENTRO	58723000
312	25023187	ECI EEM MARIA DE LOURDES MEIRA	06ª GRE	SÃO JOSÉ DO BONFIM	RUA JAMIL NOBREGA	NULL	CONJUNTO EDVALDO MOTA	58725000
313	25039504	EEEFM OLAVO BILAC	06ª GRE	SÃO JOSÉ DO SABUGI	RUA SEVERINO ARNALDO	325	CENTRO	58610000
314	25039997	EEEFM NAPOLEAO ABDON DA NOBREGA	06ª GRE	SÃO MAMEDE	MINISTRO JOAO AGRIPINO	175	CENTRO	58625000
315	25040014	ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL TÉCNICA ESTADUAL SERÁFICO NOBREGA	06ª GRE	SÃO MAMEDE	RUA JOSÉ PEQUENO DE OLIVEIRA	91	CENTRO	58625000
316	25050435	EECIT MELQUIADES VILAR	06ª GRE	TAPEROÁ	RUA ISMENIA MACHADO	38	SANTO ANTÔNIO	58680000
317	25050486	EEEFM FELIX DALTRO	06ª GRE	TAPEROÁ	PRAÇA JOAO PESSOA	200	CENTRO	58680000
318	25037803	ECIT SEBASTIAO GUEDES DA SILVA	06ª GRE	TEIXEIRA	RUA CÔNEGO SERRÃO	21	CENTRO	58735000
319	25037846	EEEFM DR MANOEL DANTAS	06ª GRE	TEIXEIRA	RUA DR. MANOEL DANTAS	20	CENTRO	58735000
320	25123297	ECI MARIA LIDIA RANGEL	06ª GRE	TENÓRIO	RUA ANATIVA MOTA DE AZEVEDO	S.N.	BELA VISTA	58665000
321	25040600	ECIEEM ODILON DE FIGUEIREDO	06ª GRE	VÁRZEA	RUA FRANCISCO DAS CHAGAS BRITO	97	CENTRO	58620000
322		07ª REGIONAL	07ª GRE	ITAPORANGA	RUA MANOEL MOREIRA DANTAS	26	CENTRO	58780000
323	25023489	ECI EEM AGENOR MENDES PEDROSA	07ª GRE	AGUIAR	RUA JOÃO PAULO SOBRINHO	S/N	EYANDRO CABRAL	58778000
324	25027573	ECI EEM JOÃO CAVALCANTE SULA	07ª GRE	BOA VENTURA	RUA PADRE LUÍS GOMES	30	CENTRO	58993000
325	25027930	ECITE MAESTRO JOSE SIQUEIRA	07ª GRE	CONCEIÇÃO	RUA PADRE PANOEL OTAVIANO	190	CENTRO	58970000
326	25027999	EEEF CALUIJA LEITE	07ª GRE	CONCEIÇÃO	RUA: PREFEITO JOÃO FAUSTO	S/N	SÃO GERALDO	58970000
327	25028022	EEEF JOSE LEITE	07ª GRE	CONCEIÇÃO	AVENIDA GOVERNADOR WILSON LEITE BRAGA	140	CENTRO	58970000
328	25028065	EEEF NOSSA SENHORA DE FATIMA	07ª GRE	CONCEIÇÃO	AVENIDA VICE PREFEITO MARTINHO FURTADO DE LACERDA	S/N	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	58970000
329	25024523	EEEF MINISTRO CARLOS LUIZ DE ARAUJO	07ª GRE	COREMAS	RUA RAIMUNDO LUIZ	360	POMBALZINHO	58770000
330	25024558	ECIT NOBEL VITA	07ª GRE	COREMAS	RUA BENILDO FAUSTINO DA SILVA	88	ANTONIO CLEMENTINO DE SOUSA	58770000
331	25029576	ECIEEM CORONEL ZUZA LACERDA	07ª GRE	CURRAL VELHO	RUA: COSMO ALVES BARBOSA	120	CENTRO	58990000
332	25029789	ECIT PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ	07ª GRE	DIAMANTE	RUA VEREADOR AMÉRICO PEREIRA GOMES	696	CENTRO	58994000
333	25029797	EEEF JOANA ABILIO PEGADO	07ª GRE	DIAMANTE	RUA ANTONIO VICENTE	57	CENTRO	58994000
334	25030108	EEEF DR ERNESTO DE SOUSA DINIZ	07ª GRE	DIAMANTE	RUA DO COMERCIO	S/N	CENTRO	58994000
335	25030116	ECIEEM PADRE MANOEL OTAVIANO	07ª GRE	IBIARA	RUA SANTA MARIA	1000	IBIARINHA	58980000
336	25030175	EEEF FRANCA LEITE	07ª GRE	IBIARA	RUA OSÓRIO PINTO RAMALHO	430	CENTRO	58980000
337	25023896	ECI JOSELITA BRASILEIRO	07ª GRE	IGARACY	RUA PADRE MANOEL OTAVIANO	0	CENTRO	58775000
338	25030566	EEEM ADALGISA TEODULO DA FONSEÇA	07ª GRE	ITAPORANGA	RUA JOÃO SILVINO DA FONSEÇA	S/N	CENTRO	58780000
339	25030698	EEEF SIMEÃO LEAL	07ª GRE	ITAPORANGA	PRAÇA DEP BALDUINO DE CARVALHO	32	CENTRO	58780000
340	25031155	ECI FRANCELINO DE ALENCAR NEVES	07ª GRE	ITAPORANGA	RUA: JOÃO SILVINO DA FONSECA	310	XIQUE - XIQUE	58780000
341	25130269	ECIT ITAPORANGA	07ª GRE	ITAPORANGA	JOÃO SILVINO DA FONSECA	SN	JOÃO SILVINO DA FONSECA	58780000
342	25025635	ECIT JOAO LEITE NETO	07ª GRE	NOVA OLINDA	RUA JÓ DE SOUSA	SN	CENTRO	58798000
343	25025813	EEEF CONEGO MANOEL OTAVIANO	07ª GRE	OLHO D'ÁGUA	RUA MANOEL DE ALMEIDA COSTA	70	CENTRO	58760000
344	25025830	ECI EEM ANTÔNIO AVELINO DE ALMEIDA	07ª GRE	OLHO D'ÁGUA	RUA JOAQUIM AVELINO PEREIRA	0	CENTRO	58760000
345	25031481	ECI EEM JOÃO DE SOUSA PRIMO	07ª GRE	PEDRA BRANCA	AV. JOSÉ TEOTÔNIO DOS SANTOS	0	CENTRO	58790000
346	25026402	EEIEF ADEMAR LEITE	07ª GRE	PIANCÓ	RUA CORONEL JOÃO LEITE	26	CENTRO	58765000
347	25027026	ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL E TECNICA ESTADUAL SANTO ANTONIO	07ª GRE	PIANCÓ	RUA NICOLAU LOUREIRO	63	CENTRO	58765000
348	25028103	ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ENÉAS LEITE	07ª GRE	SANTA INÊS	RUA MANOEL PEREIRA CAMPOS	86	CENTRO	58978000
349	25031783	ECIT EEFM PRESIDENTE KENEDY	07ª GRE	SANTANA DE MANGUEIRA	TRAVESSA ELISA FERREIRA LIMA.	0	CENTRO	58985000
350	25027190	ECI EEM DOUTOR FELIZARDO LEITE	07ª GRE	SANTANA DOS GARROTES	RUA MANOEL BATISTA	52	CENTRO	58795000
351	25032518	EEEFM OTAVIANO L DA SILVA	07ª GRE	SÃO JOSÉ DE CAIANA	RUA JOSÉ PEREIRA LIMA	S/N	CENTRO	58784000
352	25032968	EEEFM PROF JOSEFA JUSTINO GOMES	07ª GRE	SERRA GRANDE	AV. PREF. IVO PINTO RAMALHO	580	BELA VISTA	58955000
353		08ª REGIONAL	08ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	RUA MANOEL ALVES MAIA	94	CENTRO	58884000
354	25000047	ECI NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	08ª GRE	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	RUA JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FORTE	411	CENTRO	58895000
355	25000055	EEEFM AMERICO MAIA	08ª GRE	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	RUA: JOÃO AGRIPINO	331	CENTRO	58895000
356	25000349	ECIT PADRE ARISTIDES	08ª GRE	BOM SUCESSO	RUA FRANCISCO GONÇALVES DE ALMEIDA	S/N	CENTRO	58887000
357	25000373	EEEM DOUTOR JOSÉ PAZ DE LIMA	08ª GRE	BOM SUCESSO	RUA ANTONIO ALMINO	17	CENTRO	58887000
358	25000640	ECIT PROFESSOR JOSÉ OLÍMPIO MAIA	08ª GRE	BREJO DO CRUZ	RUA: HORÁCIO PIMENTA	225	CENTRO	58890000
359	25000659	EEEM ANTONIO GOMES	08ª GRE	BREJO DO CRUZ	RUA: ANGELINA MARIZ	50	CENTRO	58890000
360	25001477	ECI PROFESSORA DIVA GUEDES DE ARAUJO	08ª GRE	BREJO DOS SANTOS	RUA APOLONIO PEREIRA DE SOUSA	150	CENTRO	58880000
361	25001825	EEEM ESC AGROTECNICA DO CAJUEIRO CAMPUS IV - UEPB	08ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	SITIO CAJUEIRO	S/N	ZONA RURAL	58884000



SEEPR C202537997V01



362	25001833	ECIT OBDULIA DANTAS	08º GRE	CATOLÉ DO ROCHA	AVENIDA VENÂNCIO NEIVA	804	CENTRO	58884000
363	25001868	EEEF JOAQUIM VALDEVINO DE LIMA	08º GRE	CATOLÉ DO ROCHA	SÍTIO CAJAZEIRINHA	S/N	ZONA RURAL	58884972
364	25001876	EEEF JOSÉ DE SÁ CAVALCANTE	08º GRE	CATOLÉ DO ROCHA	SÍTIO CATOLÉ DE BAIXO	S/N	ZONA RURAL	58884000
365	25001906	ECI JOÃO SUASSUNA	08º GRE	CATOLÉ DO ROCHA	PRACA PREFEITO JOSE SERGIO MAIA	70	CENTRO	58884000
366	25001914	EEEF SERGINA LAURA DANTAS	08º GRE	CATOLÉ DO ROCHA	RUA DR. ANTÔNIO FERREIRA	155	CORRENTE	58884000
367	25002376	EEEF FABIO MARIZ MAIA	08º GRE	CATOLÉ DO ROCHA	DISTRITO CORONEL MAIA	S/N	ZONA RURAL	58884000
368	25002422	ECI FRANCISCO MAIA	08º GRE	JERICÓ	RUA JOSÉ MESQUITA	112	CENTRO	58830000
369	25003038	EEEFM MONSENHOR VALERIANO PEREIRA	08º GRE	LAGOA	TRAVESSA SIMPLÍCIO ROQUE	2	CENTRO	58835000
370	25003054	ECI FREI BRUNO	08º GRE	LAGOA	RUA PADRE ARISTIDES	0	CENTRO	58835000
371	25002457	ECI JOSÉ SERAFIM DE LIMA	08º GRE	MATO GROSSO	RUA ANTONIO SERAFIM DE LIMA	16	CENTRO	58832000
372	25003410	ECIT DANIEL CARNEIRO	08º GRE	RIACHO DOS CAVALOS	RUA DR. ANTONIO CARNEIRO	60	CENTRO	58870000
373	25003844	EEEM JOAO SILVEIRA GUIMARAES	08º GRE	SÃO BENTO	RUA SÃO JUDAS TADEU	53	SÃO JOSÉ	58865000
374	25129287	ECIT DE SÃO BENTO	08º GRE	SÃO BENTO	AV. PREFEITO PEDRO EULAMPIO DA SILVA	S/N	SÃO BENTINHO	58865000
375	25001302	ECI OLIVIA SARAIVA MAIA	08º GRE	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	RUA CÔNEGO SANDOVAL	124	CENTRO	58893000
376		09º REGIONAL	09º GRE	CAJAZEIRAS	RUA PADRE ROLIN	156	CENTRO	58900000
377	25012193	EEEFM NELSON BATISTA ALVES	09º GRE	BERNARDINO BATISTA	RUA JOSÉ ESTRELA ABRANTES	245	CENTRO	58922000
378	25006029	EEEFM PROF JOAQUIM UMBELINO	09º GRE	BOM JESUS	RUA 05 DE NOVEMBRO	1	ASA BRANCA	58930000
379	25006223	ECIT MONSENHOR MORAIS	09º GRE	BONITO DE SANTA FÉ	RUA APRIGIO PEREIRA DA SILVA	1	ALTO DA BOA VISTA	58960000
380	25006231	EEEF JOAQUIM NABUCO	09º GRE	BONITO DE SANTA FÉ	RUA PREFEITO JOSÉ FERREIRA CAJU	204	CENTRO	58960000
381	25007092	ECI EEFM PROFESSOR ADALBERTO DE SOUSA OLIVEIRA	09º GRE	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	RUA SERGIO MOREIRA	45	CENTRO	58935000
382	25007718	EEEFM PROF MANOEL MANGUEIRA LIMA	09º GRE	CAJAZEIRAS	RUA JOSE LEITE DE OLIVEIRA	215	POR DO SOL	58900000
383	25007726	ECI PROFESSOR CRISPIM COELHO	09º GRE	CAJAZEIRAS	AV. PEDRO MORENO GONDIM	0	CENTRO	58900000
384	25007742	EEEF DOM MOISES COELHO	09º GRE	CAJAZEIRAS	RUA PADRE JOSE TOMAZ	387	CENTRO	58900000
385	25007785	ECIT CRISTIANO CARTAXO	09º GRE	CAJAZEIRAS	AV. JÚLIO MARQUES DO NASCIMENTO	915	JARDIM OÁSIS	58900000
386	25007840	E.E.E.F. MONSENHOR JOAO MILANES	09º GRE	CAJAZEIRAS	PRACA DOM ADAUTO	S/N	CENTRO	58900000
387	25007904	EEEFM MONS CONSTANTINO VIEIRA	09º GRE	CAJAZEIRAS	RUA PADRE ROLIM	457	CENTRO	58900000
388	25008951	ESC PROFISSIONAL MONTE CARMELO	09º GRE	CAJAZEIRAS	RUA VICENTE BEZERRA	1	ESPERANÇA	58900000
389	25129295	ECIT PROFESSORA NICÉA CLAUDINO PINHEIRO	09º GRE	CAJAZEIRAS	RODOVIA GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ - BR 230 KM 506,	0	CAPOEIRAS SUL	58900000
390	25129325	EEEFM ARIANO VILAR SUASSUNA	09º GRE	CAJAZEIRAS	SÍTIO ZÉ DIAS	S/N	ZONA RURAL	58900000
391	25009192	ECI EEM JOEL PEREIRA DA SILVA	09º GRE	CARRAPATEIRA	RUA JOÃO BEZERRA S/N	0	CENTRO	58945000
392	25009214	EEEF DE AVE MARIA	09º GRE	CARRAPATEIRA	SÍTIO AVE MARIA	S/N	RURAL	58945000
393	25012932	ESCOLA ESTADUAL CIDADÃ INTEGRAL SÃO JOSÉ OPERÁRIO	09º GRE	JOCÁ CLAUDINO	RUA PROJETADA S/N	1	CENTRO	58928000
394	25009559	ECIEEFM BONIFÁCIO SARAIVA DE MOURA	09º GRE	MONTE HOREBE	RUA PROJETADA	S/N	CENTRO	58950000
395	25012940	ECI EEM JOSE NILSON SANTIAGO	09º GRE	POÇO DANTAS	RUA ODILON FRANCISCO DE OLIVEIRA	S/N	CENTRO	58933000
396	25005995	ECI EEFM PROFESSORA FRANCISCA FONSECA MATIAS	09º GRE	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	AV. FREI DAMILÃO	0	BAIRRO DAS POPULARES	58908000
397	25009923	EEEFM PROF JOSE BENTO	09º GRE	SANTA HELENA	RUA JOSIAS FRANCISCO DINIZ	208	CENTRO	58925000
398	25009931	ECI ELAINE SOARES BRASILEIRO	09º GRE	SANTA HELENA	RUA JOANA FERREIRA DE SOUSA	272	CENTRO	58925000
399	25004875	EEEFM MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	09º GRE	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	RUA VIDAL DE NEGREIROS	134	CENTRO	58910000
400	25004883	ECIT CORONEL JACOB GUILHERME FRANTZ	09º GRE	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	RUA PADRE JOAQUIM CIRILO DE SÁ	95	CENTRO	58910000
401	25004999	EEEF DE BANDARRA	09º GRE	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	DISTRITO DE BANDARRA	0	ZONA RURAL	58910000
402	25010565	ECIT PREFEITO JOAQUIM LACERDA LEITE	09º GRE	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	RAIMUNDO ALES	125	SANTO ANTONIO	58940000
403	25011669	E EST DE CURSO NORMAL EM NIVEL MEDIO SAO JOSE	09º GRE	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	RUA EXPEDITO RODRIGUES DE HOLANDA	146	CENTRO	58940000
404	25012185	EEEF ANTONIO FRANCISCO DUARTE	09º GRE	TRIUNFO	AV. JOSE DUARTE DE SA	89	CENTRO	58920000
405	25012207	ECI EEM BERNARDINO JOSE BATISTA	09º GRE	TRIUNFO	TABELÃO ANTONIO LISBOA LISBOA	S/N	BELA VISTA	58920000
406	25012916	ECIT DOUTOR JOSE DUARTE FILHO	09º GRE	UIRAÚNA	RUA FRANCISCO LEAO VELOSO	448	CENTRO	58915000
407	25012924	EEEFM JOVELINA GOMES	09º GRE	UIRAÚNA	RUA JOAO PESSOA	88	SÃO JOSÉ	58915000
408	25012959	EEEF ERNANI SATIRO	09º GRE	UIRAÚNA	RUA BRASILIANO VIEIRA	34	ALTO BELA VISTA	58915000
409	25012967	EEEF MONS CONSTANTINO VIEIRA	09º GRE	UIRAÚNA	DISTRITO DE QUIXABA DE CIMA	S/N	DISTRITO DE QUIXABA	58915000
410		10º REGIONAL	10º GRE	SOUSA	RUA DEPUTADO JOSÉ DE PAIVA GADIELHA	123	B. AREIAS	58801620
411	25018094	ECIT DOUTOR JOSE GADIELHA	10º GRE	APARECIDA	RUA JOÃO AMANCIO PIRES	95	CENTRO	58823000
412	25014412	ECI NESTORINA ABRANTES	10º GRE	LASTRO	RUA PEDRO ABRANTES FERREIRA	278	CENTRO	58820000
413	25019538	ECIT ESTADUAL DOUTOR SILVA MARIZ	10º GRE	MARIZÓPOLIS	RUA BELARMINO RUFINO DE CARVALHO	22	CENTRO	58819000
414	25014951	ECI FRANCISCO AUGUSTO CAMPOS	10º GRE	NAZAREZINHO	RUA HERCULANO VIEIRA	S/N	FRANCISCO MENDES CAMPOS	58817000
415	25014960	EEEF MANOEL MENDES	10º GRE	NAZAREZINHO	RUA JOAO LUIZ	S/N	CENTRO	58817000
416	25017071	EEEF PROFESSOR NESTOR ANTUNES	10º GRE	SANTA CRUZ	RUA JOSÉ VITAL DE OLIVEIRA	61	CENTRO	58824000
417	25017080	ECIT VALDEMIR WANDERLEY DE OLIVEIRA	10º GRE	SANTA CRUZ	CONJUNTO MAURICIO GOMES	S/N	SÃO FRANCISCO	58824000
418	25019597	ECI DORGIVAL SILVEIRA	10º GRE	SÃO FRANCISCO	RUA FRANCISCO ANTONIO DA SILVEIRA	110	CENTRO	58818000
419	25017438	ECI ANTONIO GREGORIO DE LACERDA	10º GRE	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	RUA ANTONIO GREGORIO DE LACERDA	S/N	SANHAUÁ	58815000
420	25018060	EEEFM IZIDRA PACÍFICO DE ARAUJO	10º GRE	SOUSA	NÚCLEO HABITACIONAL I	1	SÃO GONÇALO	58814000
421	25018078	EEEFM ANDRE GADIELHA	10º GRE	SOUSA	RUA VEREADOR JOSÉ FRANCISCO VIEIRA DE FIGUEIREDO	88	AREIAS	58801455
422	25018124	EEEF BATISTA LEITE	10º GRE	SOUSA	RUA LUIS PEREIRA DA SILVA	22	CENTRO	58800040
423	25018132	EEEF BENTO FREIRE	10º GRE	SOUSA	RUA JOAQUIM PINTO NETO	2	ESTACÇÃO	58807275



SLEPR C202537997V01



424	25018140	EEEFM CELSO MARIZ	10ª GRE	SOUSA	ARY FERNANDES DE ARAGÃO	S/N	JARDIM SORRILÂNDIA III	58805535
425	25018183	EEEFM ESTEVAM MARINHO	10ª GRE	SOUSA	RUA ALTO DO CATETE	0	CENTRO	58814000
426	25018191	EEEFM FRANCISCO CICERO SOBRINHO	10ª GRE	SOUSA	NÚCLEO HABITACIONAL III	S/N	SÃO GONÇALO	58814600
427	25018221	EEEFM CONEGO JOAO CARTAXO ROLIM	10ª GRE	SOUSA	RUA DORGIVAL DA NÓBREGA ASSIS	S/N	ALTO DO CRUZEIRO	58806250
428	25018256	EEEF DE DEMONSTRACAO DE SOUSA	10ª GRE	SOUSA	RUA JOSÉ DE PAIVA GADIELHA	141	GATO PRETO	58802085
429	25018264	EEEF JAIME MEIRA FONTES	10ª GRE	SOUSA	RUA RAIMUNDO MARQUES BRAGA ROLIM FILHO	22	DOUTOR ZEZÉ	58804450
430	25018272	EEEFM PROFESSORA DIONE DINIZ OLIVEIRA DIAS	10ª GRE	SOUSA	NÚCLEO HABITACIONAL II	S/N	ÁREA RURAL	58814500
431	25018280	ECIT MESTRE JULIO SARMENTO	10ª GRE	SOUSA	RUA JOSÉ DE PAIVA GADIELHA	125	GATO PRETO	58802085
432	25018582	ENE JOSÉ DE PAIVA GADIELHA	10ª GRE	SOUSA	RUA JOSÉ DE PAIVA GADIELHA	127	GATO PRETO	58802085
433	25018639	EEEFM DOUTOR THOMAZ PIRES	10ª GRE	SOUSA	RUA RAIMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA	S/N	JARDIM SORRILÂNDIA I	58805150
434	25019228	EEEFM ANTONIO TEODORO NETO	10ª GRE	SOUSA	RUA VEREADOR JOSÉ GONÇALVES FORMIGA	S/N	SANTAREM	58808470
435	25130242	ECIT ESTADUAL CHIQUINHO CARTAXO	10ª GRE	SOUSA	RUA LEOPOLDO JOSÉ DE MELO	S/N	JARDINS	58802370
436	25130846	EEEF RENE ALVES RAMALHO	10ª GRE	SOUSA	ASSENTAMENTO NOVA VIDA I	0	ZONA RURAL	58814000
437	25019740	ECI MARIA MOREIRA PINTO	10ª GRE	VIEIRÓPOLIS	RUA AGRIPINO FERNANDES DAS CHAGAS	S/N	CENTRO	58822000
438	25126342	EEEF ANTONIA MARIA ANUNCIACAO DONA DONINHA	10ª GRE	VIEIRÓPOLIS	DISTRITO DE CAMPO ALEGRE	S/N	ZONA RURAL	58822000
439		11ª REGIONAL	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	RUA FRANCISCO WANDERLEY	S/N	CENTRO	58755000
440	25033204	ECI EEM JOSE NOMINANDO	11ª GRE	ÁGUA BRANCA	RUA JOSÉ PEDRO FIRMINO	41	CENTRO	58748000
441	25034200	ECIT MARIA DO SOCORRO RAMALHO QUIRINO	11ª GRE	IMACULADA	RUA DELMIRO DANTAS	S/N	CENTRO	58745000
442	25034219	EEEFM SANTA CATARINA	11ª GRE	IMACULADA	RUA PROFESSOR HENRIQUE ANTÔNIO DA SILVA	S/N	RURAL	58745000
443	25034227	EEEIF DELMIRO DANTAS	11ª GRE	IMACULADA	RUA DELMIRO DANTAS	S/N	CENTRO	58745000
444	25034820	EEEFM AMERICA FLORENTINO	11ª GRE	JURU	AV. CAPITÃO DALMO TEIXEIRA	626	CENTRO	58750000
445	25034839	ECIT ARLINDA PESSOA DA SILVA	11ª GRE	JURU	AVENIDA DALMO TEIXEIRA SETOR SERRA BRANCA	S/N	SERRA BRANCA	58750000
446	25035444	EEEF PROFESSORA ANTONIA DINIZ MAIA	11ª GRE	MANÁIRA	PRAÇA JOAQUIM SIMÃO	6	CENTRO	58995000
447	25036017	ECI EEFM. MONSENHOR SEBASTIAO RABELO	11ª GRE	MANÁIRA	RUA PROJETADA	S/N	POPULARES	58995000
448	25036297	EEEIF PROFESSORA IRACEMA MARQUES DE LIMA	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	RUA SOLON DE LUCENA	55	CENTRO	58755000
449	25036300	EEEFM GAMA E MELO	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	AVENIDA PRESIDENTE JOÃO PESSOA	460	CENTRO	58755000
450	25036335	ECIT NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	RUA PSICÓLOGA SIMONE PEREIRA	36	CONJUNTO ALOYSIO PEREIRA	58755000
451	25036343	EEEFM MINISTRO ALCIDES VIEIRA CARNEIRO	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	PRAÇA DR JOSE NOMINANDO DINIZ	52	CENTRO	58755000
452	25037129	E.E.E.F MARÇAL LIMA NETO	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	POVOADO VÁRZEA	1	RURAL	58755000
453	25037137	EEEFM DEP NOMINANDO MUNIZ DINIZ	11ª GRE	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	RUA DA BOA VISTA	S/N	CENTRO	58758000
454	25037226	ECI ADRIANO FEITOSA	11ª GRE	TAVARES	RUA SEVERINO CARLOS DE ANDRADE	489	CENTRO	58753000
455	25037234	EEEFM POVOADO SILVESTRE	11ª GRE	TAVARES	POVOADO SILVESTRE	S/N	CENTRO	58753000
456	25080261	ECI MANOEL AVELINO PAIVA	12ª GRE	CALDAS BRANDÃO	RUA SENADOR RUI CARNEIRO	0	CAJÁ	58350000
457	25080270	EEEFM DE CALDAS BRANDÃO	12ª GRE	CALDAS BRANDÃO	RUA: MANOEL DANTAS	157	CENTRO	58350000
458	25080407	ECI JOÃO RIBEIRO	12ª GRE	GURINHÉM	RUA HUMBERTO LUCENA	S/N	CENTRO	58356000
459	25080849	ECIT LUIS GONZAGA BURITTY	12ª GRE	INGÁ	RUA DUQUE DE CAXIAS	54	BOA ESPERANÇA	58380000
460	25080881	EEEM PROFESSOR RANGEL	12ª GRE	INGÁ	RUA PRESIDENTE JOÃO PESSOA	39	CENTRO	58380000
461	25081403	ECIT DE ITABAIANA DOUTOR ANTÔNIO BATISTA SANTIAGO	12ª GRE	ITABAIANA	AVENIDA PREFEITO ANTONIO BATISTA SANTIAGO	416	CENTRO	58360000
462	25081411	EEEF PROFESSORA ODETE MENDES N OLIVEIRA	12ª GRE	ITABAIANA	RUA LUIZ QUIRINO DO NASCIMENTO	51	CAMPO GRANDE	58360000
463	25081454	EEEFM JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA	12ª GRE	ITABAIANA	RUA ALTO PROFESSOR MACIEL	S/N	CENTRO	58360000
464	25081888	ECI JOSÉ RODRIGUES DE ATAÍDE	12ª GRE	ITATUBA	RUA ANTÔNIA DE ANDRADE CAVALCANTE	0	CENTRO	58378000
465	25082272	ECI DOM ADAUTO	12ª GRE	JUAREZ TÁVORA	RUA ADALBERTO PEREIRA DE MELO	18	CENTRO	58387000
466	25088785	ECIT TEONAS DA CUNHA CAVALCANTI	12ª GRE	JURUPIRANGA	RUA SENADOR RUI CARNEIRO	122	CENTRO	58330000
467	25088793	EEEFM DEMÉTRIO TOLEDO	12ª GRE	JURUPIRANGA	RUA CENTRO CÍVICO	48	CENTRO	58330000
468	25082493	ECIT OTÁVIA SILVEIRA	12ª GRE	MOGEIRO	RUA ANTÔNIO DE ANDRADE SOBRINHO	S/N	CENTRO	58375000
469	25100696	ECIT JOÃO ÚRSULO	12ª GRE	PEDRAS DE FOGO	RUA SANTO ANTONIO	39	SANTO ANTONIO	58328000
470	25117521	EEEM PROFESSOR GETÚLIO CÉSAR RODRIGUES GUEDES	12ª GRE	PEDRAS DE FOGO	RUA JOSÉ PEREIRA DA SILVA	SN	MANQUEIRA	58328000
471	25089250	ECIT JOSÉ LINS DO REGO	12ª GRE	PILAR	RUA JOAO NOLASCO DA CRUZ GOUVEIA	0	SERVENTIA	58338000
472	25081349	ECI ADAUTO CABRAL DE VASCONCELOS	12ª GRE	RIACHÃO DO BACAMARTE	RUA SENADOR CABRAL	172	CENTRO	58382000
473	25082922	ECIT ANA RIBEIRO	12ª GRE	SALGADO DE SÃO FÉLIX	RUA EUNICE BARBOSA	10	CENTRO	58370000
474	25082949	EEEFM ARNALDO MAROJA	12ª GRE	SALGADO DE SÃO FÉLIX	FAZENDA ALAGAMAR	SN	ZONA RURAL	58370000
475	25082957	EEEFM DE DOIS RIACHOS	12ª GRE	SALGADO DE SÃO FÉLIX	DISTRITO DOIS RIACHOS	S/N	DISTRITO	58370000
476	25089242	ECI JOCELYN VELLOSO BORGES	12ª GRE	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	AV PIO GONÇALVES CHAVES	0	CENTRO	58339000
477	25089552	ECI MARIA LINS	12ª GRE	SÃO MIGUEL DE TAIPI	AV. EMÍLIA AUGUSTA	25	CENTRO	58334000
478	25089560	EEEFM SEVERINA DE HOLANDA CAVALCANTI	12ª GRE	SÃO MIGUEL DE TAIPI	FAZENDA SANTA LÚCIA, CAFÉ DO VENTO, S/N,	SN	ZONA RURAL	58334000
479		13ª REGIONAL	13ª GRE	POMBAL	RUA PADRE AMÂNCIO LEITE	45	CENTRO	58840000
480	25016059	ECI MARIA SOLEDADE ASSIS FREITAS	13ª GRE	CAJAZEIRINHAS	RUA ANTÔNIO CEZARIO DA SILVA	S/N	CENTRO	58855000
481	25013840	ECIT DOUTOR TRAJANO PIRES DA NOBREGA	13ª GRE	CONDADO	RUA MIGUEL FERNANDES FERREIRA	S/N	CENTRO	58714000
482	25015320	ECIT EST FRANCISCO DE SÁ CAVALCANTE	13ª GRE	PAULISTA	RUA BELARMINO FERNANDES DE FRANÇA	S/N	CENTRO	58860000
483	25115219	EEEFM PROFESSORA MARGARIDA MEDEIROS	13ª GRE	PAULISTA	RUA JOÃO DANTAS DE ASSIS	34	CENTRO	58860000
484	25015869	ECIT MONSENHOR VICENTE FREITAS	13ª GRE	POMBAL	RUA PROFESSOR LUIZ FERREIRA CAMPOS	309	JARDIM ROGÉRIO	58840000
485	25015885	EEEFM JOÃO DA MATA	13ª GRE	POMBAL	PRAÇA DR. JOSÉ FERREIRA DE QUEIROGA	0	CENTRO	58840000



SEEPR C202537997V01



486	25015893	EEEFM ARRUDA CÂMARA	13ª GRE	POMBAL	MARGEM DA BR-230	S/N	JARDIM ROGÉRIO	58840000
487	25016024	EEEFM OITO DE JULHO	13ª GRE	POMBAL	RUA PRAÇA DA BANDEIRA	723	CENTRO	58840000
488	25016032	EEEFM AMÉLIA MARIA DA LUZ	13ª GRE	POMBAL	TRAVESSA CORONEL JOSÉ AVELINO	SN	PETRÓPOLIS	58840000
489	25016075	EEEF DE ESTRELO	13ª GRE	POMBAL	SÍTIO ESTRELO	0	ZONA RURAL	58940000
490	25110560	EEEFM JOANA IVONILDES BANDEIRA	13ª GRE	POMBAL	RUA CROMÁCIO WANDERLEY	S/N	VIDA NOVA	58940000
491	25016105	ECI DEPUTADO LEVI OLÍMPIO FERREIRA	13ª GRE	SÃO BENTINHO	RUA ERNANE ROQUE DE ARRUDA	S/N	CENTRO	58857000
492	25016164	ECIT CICERO SEVERO LOPES	13ª GRE	SÃO DOMINGOS	RUA EMÍLIA SANTINA DE JESUS	0	BELA VISTA	58853000
493	25014226	ECI MANOEL MEDEIROS DE ARAÚJO	13ª GRE	VISTA SERRANA	RUA JOÃO FRANCISCO FILHO	190	CENTRO	58710000
494		14ª REGIONAL	14ª GRE	MAMANGUAPE	AV SEN RUI CARNEIRO	169	CENTRO	58280000
495	25085875	ECIT MATIAS FREIRE	14ª GRE	BAÍA DA TRAIÇÃO	RUA MATIAS FREIRE	1168	CENTRO	58295000
496	25101978	EEIEFM AKAJUTIBIRO	14ª GRE	BAÍA DA TRAIÇÃO	ALDEIA AKAJUTIBIRÓ	152	ÁREA RURAL	58295000
497	25120778	EEIEFM PEDRO POTTI	14ª GRE	BAÍA DA TRAIÇÃO	ALDEIA SÃO FRANCISCO	0	ZONA RURAL	58295000
498	25087304	ECI JOSÉ WILSON DE ALBUQUERQUE MELO	14ª GRE	CAPIM	LUIZ FORTUNATO PEREIRA	S/N	CENTRO	58287000
499	25087355	ECI PROFESSOR RENATO FONSECA FILHO	14ª GRE	CUITÉ DE MAMANGUAPE	AVENIDA SEVERINO JORGE DE SENA	980	CENTRO	58289000
500	25087673	ECIT HENRIQUE FERNANDES DE FARIAS	14ª GRE	CURRAL DE CIMA	TRAVESSA, R. OLEGÁRIO FERNANDES	397	CENTRO	58291000
501	25086049	ECI SEVERINO FELIX DE BRITO	14ª GRE	ITAPOROROCA	RUA SETE DE SETEMBRO	S/N	BAIRRO DOS ESTUDANTES	58275000
502	25113810	EEEFM ISAUARA FERNANDES DE SOUZA	14ª GRE	ITAPOROROCA	RUA PROJETADA	S/N	EPITÁCIO MADRUGA	58275000
503	25086316	ECIT ALZIRA LISBOA	14ª GRE	JACARAU	RUA 7 DE SETEMBRO	453	SÃO JOSÉ	58278000
504	25086332	EEEM CASTRO PINTO	14ª GRE	JACARAU	RUA JOSÉ IRAN DIAS DA COSTA	76	VIRGÍLIO RIBEIRO	58278000
505	25086901	ECI SENADOR RUI CARNEIRO	14ª GRE	MAMANGUAPE	AVENIDA SENADOR RUI CARNEIRO	55	CAMPO	58280000
506	25086910	EEEFM PROFESSOR ANTONIO GARCEZ	14ª GRE	MAMANGUAPE	SÍTIO PINDOBAL	S/N	ÁREA RURAL	58280000
507	25086928	EEEM PROFESSOR LUIZ APRÍGIO	14ª GRE	MAMANGUAPE	RUA PRESIDENTE JOÃO PESSOA	S/N	CENTRO	58280000
508	25086936	EEEFM UMBELINA GARCEZ	14ª GRE	MAMANGUAPE	RUA DOM VITAL	S/N	CENTRO	58280000
509	25087657	EEEFM ANTONIO PINTO BARBALHO	14ª GRE	MAMANGUAPE	RUA PRINCIPAL	S/N	PITANGA	58286000
510	25087665	EEEFM DOUTOR JOSE A DA TRINDADE	14ª GRE	MAMANGUAPE	SÍTIO CAMARATUBA	S/N	ZONA RURAL	58280000
511	25122533	ECI DOUTOR GUSTAVO FERNANDES DE LIMA SOBRINHO	14ª GRE	MAMANGUAPE	RUA BENEDITO JOEL CORDEIRO	S/N	AREAL	58280000
512	25127977	ECIT VALE DO MAMANGUAPE JOÃO DA MATA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	14ª GRE	MAMANGUAPE	AV. ALUISSIO ALVES PEREIRA	S/N	AREIAL	58280000
513	25087983	EEIEFM ISAUARA SOARES DE LIMA	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA JACARÉ DE CÉSAR	S/N	ZONA RURAL	58294000
514	25088068	ECI ÍNDIO ANTONIO SINÉSIO DA SILVA	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA BREJINHO	S/N	ZONA RURAL	58294000
515	25111841	EEIEFM INDIGENA JOSE FERREIRA PADILHA	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA VAU RUA PRINCIPAL	S/N	ZONA RURAL	58294000
516	25120760	EEIEFM CACIQUE INIGUACU	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA TRAMATAIA/PRINCIPAL	S/N	ALDEIA	58294000
517	25128809	EEIEFM ÍNDIO PEDRO MAXIMO DE LIMA	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA TRÊS RIOS	S/N	CENTRO	58294000
518	25087738	ECI PEDRO POTTI	14ª GRE	MATARACA	AV. DR. CARLOS PESSOA DE MELO	S/N	PLANALTO I	58292000
519	25086324	ECI MARGARIDA DIAS	14ª GRE	PEDRO RÉGIS	AV. SENADOR RUI CARNEIRO	193	CENTRO	58273000
520	25087860	ECIT PROFESSOR LUIZ GONZAGA BURITY	14ª GRE	RIO TINTO	PRAÇA DA VITÓRIA	S/N	CENTRO	58297000
521	25087878	EEIEFM GUILHERME DA SILVEIRA	14ª GRE	RIO TINTO	AVENIDA RIO BRANCO	5466	VILA REGINA	58297000
522	25087894	EEIEFM DOUTOR JOSE LOPES RIBEIRO	14ª GRE	RIO TINTO	RUA SÃO JOÃO	0	ALDEIA MONTE MOR	58297000
523	25087908	EEEM FREDERICO LUNDGREN	14ª GRE	RIO TINTO	RUA DA AURORA	S/N	CENTRO	58297000
524	25088025	EEIEFM PROFESSORA ANGELITA BEZERRA DE ASSIS	14ª GRE	RIO TINTO	ALDEIA SILVA DE BELÉM	SN	ZONA RURAL	58297000
525	25088220	EEIEFM CACIQUE DOMINGOS BARBOSA DOS SANTOS	14ª GRE	RIO TINTO	RUA PRINCIPAL	S/N	ALDEIA JARAGUÁ	58297000
526	25051598	ECIT PROFESSORA MARIA CECÍLIA DE CASTRO	15ª GRE	ALCANTIL	AVENIDA SÃO JOSÉ	523	CENTRO	58460000
527	25083490	ECI DEPUTADO CARLOS PESSOA FILHO	15ª GRE	AROEIRAS	RUA TEREZA BARBOSA DE MOURA	518	CENTRO	58489000
528	25083597	EEEFM MAJOR JOSE BARBOSA	15ª GRE	AROEIRAS	RUA PADRE LEONEL FRANCA	141	CENTRO	58489000
529	25052497	ECI ALMIRANTE ANTÔNIO HERÁCLITO DO RÊGO	15ª GRE	BARRA DE SANTANA	RUA: ELVIRA AMORIM	S/N	CENTRO	58458000
530	25051296	ECI MELQUÍADES TEJO	15ª GRE	BARRA DE SÃO MIGUEL	RUA TENENTE PEDROSA	161	CENTRO	58483000
531	25051580	ECIT CONSELHEIRO JOSÉ BRAZ DO REGO	15ª GRE	BOQUEIRÃO	AV. NOSSA SENHORA DO DESTERRIO	NULL	CENTRO	58450000
532	25117700	EEEFM SEVERINO BARBOSA CAMELO	15ª GRE	BOQUEIRÃO	RUA JOSÉ RICART IRMÃO	S/N	MALVINAS	58450000
533	25053124	ECIT ALCIDES BEZERRA	15ª GRE	CABACEIRAS	RUA PRAÇA GENERAL JOSÉ PESSOA	80	CENTRO HISTÓRICO	58480000
534	25053159	EEEFM CLOVIS PEDROSA	15ª GRE	CABACEIRAS	PRAÇA FRANCISCO PEREIRA DUARTE	S/N*	DISTRITO DE RIBEIRA	58480000
535	25052802	ECI FELIX ARAUJO	15ª GRE	CATURITÉ	RUA JOÃO QUEIROGA	SN	CENTRO	58455000
536	25077147	ECI JOANA EMÍLIA DA SILVA	15ª GRE	FAGUNDES	AV IRINEU BEZERRA	SN	CENTRO	58487000
537	25077163	EEEF FREI ALBERTO	15ª GRE	FAGUNDES	RUA PLÍNIO LEMOS	13	CENTRO	58487000
538	25084445	ECI JOAO DA SILVA MONTEIRO	15ª GRE	GADO BRAVO	RUA IZAURA BARBOSA	S/N	CENTRO	58492000
539	25084526	ECIT FRANCISCO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO	15ª GRE	NATUBA	AV DRº FRANCISCO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO	S/N	CENTRO	58494000
540	25084542	EEEF DOUTOR CARLOS PESSOA	15ª GRE	NATUBA	AV. PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA	235	CENTRO	58494000
541	25078992	ECIT FRANCISCO ERNESTO DO REGO	15ª GRE	QUEIMADAS	AV. SEVERINO BEZERRA CABRAL	0	CENTRO	58475000
542	25079115	EEEFM JOSE TAVARES	15ª GRE	QUEIMADAS	RUA JOÃO BARBOSA DA SILVA	S/N	CENTRO	58475000
543	25126415	EEEM TEREZA ALVES DE MOURA	15ª GRE	QUEIMADAS	RUA ADÃO SOARES FILHO	S/N	LIGEIRO	58475000
544	25051660	ECI ANA FERREIRA DA COSTA	15ª GRE	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	PRAÇA SANTO ANTONIO	80	CENTRO	58465000
545	25084992	ECI ANTONIO FRANCISCO GOMES	15ª GRE	SANTA CECÍLIA	PRAÇA PREFEITO ANTONIO GOMES	SN	CENTRO	58463000
546	25053493	ECIT FRANCISCO DEODATO DO NASCIMENTO	15ª GRE	SÃO DOMINGOS DO CARIRI	AVENIDA AUGUSTO FERNANDES DE OLIVEIRA	S/N	CRUZEIRO	58485000
547	25084950	ECIT PRESIDENTE JOÃO PESSOA	15ª GRE	UMBUCZEIRO	RUA EPITÁCIO PESSOA	141	CENTRO	58497000



SEEPR C202537997V01



548	25100033	ECIT RENATO RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	ALHANDRA	RUA MANOEL GUEDES	70	CENTRO	58320000
549	25100041	EEEF BARAO DO ABIAI	16ª GRE	ALHANDRA	AVENIDA PRESIDENTE JOAO PESSOA	373	CENTRO	58320000
550	25102519	EEEFM ANTONIO CAMELO	16ª GRE	ALHANDRA	RUA JOSE JOAO DA SILVA	S/N	MATA REDONDA	58320000
551	25090879	EEEFM ENGENHEIRO JOSE DAVILA LINS	16ª GRE	BAYEUX	RUA ENGENHEIRO DE CARVALHO	SN	CENTRO	58110020
552	25090887	ECIT PROFESSOR ANTONIO GOMES	16ª GRE	BAYEUX	RUA PROFESSOR ANTONIO GOMES	60	MARIO ANDREAZZA	58112278
553	25090909	ECI IRINEU PINTO	16ª GRE	BAYEUX	RUA JOÃO XXII	S/N	SESI	58111320
554	25090933	EEEF ALVARO DE CARVALHO	16ª GRE	BAYEUX	RUA JOAQUIM FERNANDES	NULL	CENTRO	58110097
555	25090941	EEEF ANITA GARIBALDI	16ª GRE	BAYEUX	RUA PADRE FEIJÓ	253	TAMBAY	58110618
556	25090976	EEEF GETULIO VARGAS	16ª GRE	BAYEUX	RUA IVANIA MENEZES	284	CENTRO	58110260
557	25090984	ECI JOAO CAETANO	16ª GRE	BAYEUX	RUA PASTOR ANTONIO PETRONILO DOS SANTOS	322	JARDIM AEROPORTO	58113363
558	25090992	EEEF SENADOR TEOTONIO VILELA	16ª GRE	BAYEUX	RUA CARLOS GOMES	244	IMACULADA	58111085
559	25091000	EEEFM TANCREDO NEVES	16ª GRE	BAYEUX	RUA BALBINO DE MENDONÇA	336	SÃO BENTO	58111530
560	25091018	EEEFM VERALDO LEITE	16ª GRE	BAYEUX	RUA CAROLINA MACHADO	S/N	TAMBAY	58110560
561	25127594	ECIT BAYEUX ERENICE CAVALCANTE FIDELIS	16ª GRE	BAYEUX	AVENIDA LIBERDADE	3015	SESI	58111400
562	25100459	EEEM ALBERTO LUNDGREN	16ª GRE	CAAPORÁ	RUA PROJETADA	S/N	CONJUNTO PEREIRÃO	58326000
563	25120751	ECIT AURICELIA MARIA DA COSTA	16ª GRE	CAAPORÁ	PEQUENA	S/N	PRIMAVERA	58326000
564	25091549	ECIT JOSE GUEDES CAVALCANTE	16ª GRE	CABEDELO	R. MUNICIPALISTA PEDRO DA SILVA COUTINHO	120	CAMALÁU	58103077
565	25091565	EEEF AUGUSTO SEVERO	16ª GRE	CABEDELO	RUA GENERAL JOSÉ ARAKEM RODRIGUES	278	JACARÉ	58105770
566	25091573	EEEFM JOAO XXIII	16ª GRE	CABEDELO	RUA JOÃO CASTOR DE SENA	S/N	JARDIM BRASILIA	58103382
567	25091603	EEEM PEDRO AMERICO	16ª GRE	CABEDELO	RUA PASTOR JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA	76	CENTRO	58100222
568	25091611	EEEM PROFESSOR PEDRO ANIBAL MOURA	16ª GRE	CABEDELO	RUA ENIVALDO FIGUEIREDO DE MIRANDA	S/N	PONTA DE MATO	58100550
569	25091620	ECIT ABREU E LIMA	16ª GRE	CABEDELO	RUA MARGARIDA MARIA ALVES	27	RENASCER II	58108172
570	25091638	ECI IMACULADA CONCEIÇÃO	16ª GRE	CABEDELO	RUA: MARIZEIRO	S/N	PORTAL DO POÇO	58106106
571	25091646	EEEF PADRE ANTÔNIO VIEIRA	16ª GRE	CABEDELO	RUA SÃO PEDRO	0	SALINAS RIBAMAR	58109482
572	25091654	EEEF SAO JUDAS TADEU	16ª GRE	CABEDELO	RUA KARINA ZAGEL DE MENDONÇA,	S/N	CAMBONINHA 3	58101278
573	25092111	EEEM PROFESSOR JOAO DA CUNHA VINAGRE	16ª GRE	CONDE	RODOVIA PB 18 KM 3,5	SN	CENTRO	58322000
574	25115618	ECIT ILZA DE ALMEIDA RIBEIRO	16ª GRE	CONDE	DR. NILO D'VILLA LINS	575	CIDADE DAS CRIANÇAS	58322000
575	25088521	EEEF FAZ COBE	16ª GRE	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	ASSENTAMENTO VIDA NOVA	SN	ZONA RURAL	58337000
576	25088530	ECIT DEPUTADO FERNANDO MILANEZ	16ª GRE	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	RUA DR. JOÃO URSULO	SN	CENTRO	58337000
577	25088572	EEEFM FLAVIO RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	PRAÇA LOURIVAL LACERDA	S/N	CENTRO	58337000
578	25088602	EEEFM CAMPO DE SEMENTES E MUDAS	16ª GRE	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	SÍTIO CAMPO SEMENTES E MUDAS	SN	ZONA RURAL	58337000
579	25098632	ECIT IZAURA FALCAO DE CARVALHO	16ª GRE	LUCENA	RUA LUIS ELÓI RAMALHO	161	CENTRO	58315000
580	25088963	EEEM AUGUSTO DOS ANJOS	16ª GRE	MARI	RUA ANTÔNIO DE LUNA FREIRE	374	CENTRO	58345000
581	25088971	EEEF LUIZ MARIA DE FRANCA	16ª GRE	MARI	RUA MANOEL GOMES FILHO	S/N	SILVINO COSTA	58345000
582	25089013	ECIT JOSÉ PAULO DE FRANCA	16ª GRE	MARI	RUA LÍDIO GALVÃO	76	CENTRO	58345000
583	25101072	EEEM DOUTOR JOAO GONCALVES	16ª GRE	PITIMBU	AVENIDA SENADOR HUMBERTO LUCENA	109	CENTRO	58324000
584	25101099	ECIT DURVAL GUEDES	16ª GRE	PITIMBU	VILA CEHAP	S/N	ACAÚ	58324000
585	25089838	ECIT RIACHAO DO POÇO	16ª GRE	RIACHÃO DO POÇO	RUA JOÃO FERREIRA ALVES	S/N	CENTRO	58348000
586	25099116	ECIT PROFESSOR LUIS DE AZEVEDO SOARES	16ª GRE	SANTA RITA	AVENIDA CAMPINA GRANDE	3188	MUNICÍPIOS	58302195
587	25099124	EEEFM FRANCISCO LEOCADIO RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	SANTA RITA	RUA SEBASTIÃO CUNHA	41	VÁRZEA NOVA	58304500
588	25099132	EEEF ALINE SILVA MADRUGA	16ª GRE	SANTA RITA	RUA PROFESSOR PEREIRA LIRA S/N	S/N	POPULAR	58301125
589	25099159	ECIT ENEAS CARVALHO	16ª GRE	SANTA RITA	AVENIDA FLAVIO RIBEIRO COUTINHO	440	CENTRO	58300220
590	25099167	EEEF JOSE MARIANO	16ª GRE	SANTA RITA	AVENIDA CAMPINA GRANDE	S/N	MUNICÍPIOS	58302195
591	25099175	ECIT MARIA HONORINA SANTIAGO	16ª GRE	SANTA RITA	RUA PROFESSOR SEVERO RODRIGUES	S/N	POPULAR	58301000
592	25099183	EEEF ANDRE VIDAL DE NEGREIROS	16ª GRE	SANTA RITA	PRAÇA CASTELO BRANCO	S/N	TIBIRI I	58301375
593	25099205	EEEF PREFEITO ANTONIO TEIXEIRA	16ª GRE	SANTA RITA	AVENIDA FLAVIO RIBEIRO COUTINHO	488	CENTRO	58300220
594	25099230	EEEF JOÃO URSULO	16ª GRE	SANTA RITA	PRAÇA JOÃO PESSOA	2	CENTRO	58300140
595	25099248	EEEF MACHADO DE ASSIS	16ª GRE	SANTA RITA	RUA INGÁ	S/N	MUNICÍPIOS	58302355
596	25099256	ECI MARIA DE LOURDES ARAUJO	16ª GRE	SANTA RITA	AV. JOÃO PESSOA	188	TIBIRI II	58302000
597	25099264	EEEF VARZEA NOVA	16ª GRE	SANTA RITA	RUA CORONEL MENDES RIBEIRO	S/N	VÁRZEA NOVA	58304500
598	25099299	EEEM CARLOS CHAGAS	16ª GRE	SANTA RITA	AV. CAMPINA GRANDE	S/N	MUNICÍPIOS	58302195
599	25099507	EEEM ANÍSIO PEREIRA BORGES	16ª GRE	SANTA RITA	RUA JOSÉ DE ALENCAR	S/N	TIBIRI FÁBRICA	58300590
600	25099957	EEEFM DE FORTE VELHO	16ª GRE	SANTA RITA	RUA PROFESSOR ANTÔNIO ELIAS	S/Nº	POVOADO DE FORTE VELHO	58304300
601	25116762	EEEFM LUIZ RIBEIRO LIMEIRA	16ª GRE	SANTA RITA	RUA: MILTON VELOSO BORGES	1116	TIBIRI 2	58302510
602	25128418	ECI HELTON SANTANA	16ª GRE	SANTA RITA	RUA VEREADOR MAILTON WELLINGTON	SN	NOVA TRINDADE	58300970
603	25153218	EEEF ODILON RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	SANTA RITA	POVOADO ENGENHO CENTRAL	SN	USINA SÃO JOÃO	58304500
604	25089773	EEEFM STELLA DA CUNHA SANTOS	16ª GRE	SAPÉ	AV. DR. NAPOLEÃO LAURERANO	368	CENTRO	58340000
605	25089781	ECIT MONSENHOR ODILON ALVES PEDROSA	16ª GRE	SAPÉ	RUA PADRE ZEFERINO MARIA	375	CENTRO	58340000
606	25089811	EEEFM FAZENDA BURACAO	16ª GRE	SAPÉ	FAZENDA BURACÃO	S/N	ZONA RURAL	58340000
607	25089820	EEEM GENTIL LINS	16ª GRE	SAPÉ	AV SIMPLICIO COELHO	97	CENTRO	58340000
608	25090135	ECI CASSIANO RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	SAPÉ	RUA MANOEL MOREIRA DA SILVA	135	CENTRO	58340000
609	25126350	ESCOLA TECNICA ESTADUAL DE SAÚDE PROFESSORA CLORIS TORRES DE OLIVEIRA	16ª GRE	SAPÉ	RUA GENIVAL DA SILVA TORRES	SN	CENTRO	58340000



SEEPR C202537997V01



610	25122401	ECI SEVERINA RAMOS DE OLIVEIRA	16ª GRE	SOBRADO	RUA JOÃO PEDRO TEIXEIRA	0	CONJUNTO PAULO ROLIM	58342000
Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB Centro Administrativo Integrado — Bloco 1 — Jaguaribe João Pessoa/PB — CEP: 58015-900 / Tel.: 3612-5694/5626								



SEEPRC202537997V01



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 12/11/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.77885595-4482 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.77885595-4482>



ANEXO II - LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS

MACRORREGIÕES	UNIDADES	MUNICÍPIOS	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
1ª macrorregião	Penitenciária Especial Francisco Espínola	João Pessoa	Rua Minervina V. de Pontes	S/Nº	Costa do Sol	58000-000
1ª macrorregião	Instituto de Psiquiatria Forense	João Pessoa	Av. Dom Pedro II	1826B	Torre	58040-440
1ª macrorregião	Penitenciária Padrão de Santa Rita	Santa Rita	Rua Projetada	S/Nº	Distrito Industrial	58300-970
1ª macrorregião	Presídio Des. Silvio Porto	João Pessoa	Rua Projetada	S/Nº	Mangabeira VIII,	58055-970
1ª macrorregião	Penit. M. Des. Flôsculo da Nóbrega	João Pessoa	Rua Conceição Cabral	S/Nº	Roger	58020-210
1ª macrorregião	Penitenciária Modelo PB 1 e PB 2	João Pessoa	Rua Minervina V. de Pontes	S/Nº	Costa do Sol	58000-000
1ª macrorregião	Unidade Especial do Valentina de Figueiredo	João Pessoa	Av. Emília Mendonça Gomes	756	Valentina de Figueiredo	58064-360
1ª macrorregião	Centro de Reed. Fem. Mª Júlia Maranhão	João Pessoa	Rua Benevuto Gonçalves da Costa	S/Nº	Mangabeira VIII	58056-020
1ª macrorregião	Cadeia Pública de Bayeux	Bayeux	Rua João XXIII	S/Nº	Sesi	58306-010
1ª macrorregião	Penitenciária C. Geraldo Beltrão	João Pessoa	Rua Cel. Calixto	S/Nº	Mangabeira VI	58010-970
1ª macrorregião	Cadeia Pública de Alhandra	Alhandra	Rua Ministro João Agripino	nº165	Centro	58320-000
1ª macrorregião	Presídio Regional de Sapé	Sapé	Av. GETULIO VARGAS	nº328	Centro	58340-000
2ª macrorregião	Cadeia Pública de Alagoa Nova	Alagoa Nova	Av. São Sebastião	nº78-86	Centro	58125-000
2ª macrorregião	Cadeia Pública de Alagoa Grande	Alagoa Grande	Rua Pe. Belizo	S/Nº	Centro	58388-000
2ª macrorregião	Cadeia Pública de Queimadas	Queimadas	Rua José Braz de França	nº49	Centro	58475-000
2ª macrorregião	Penitenciária Padrão de Campina Grande	Campina Grande	Alça Sudoeste	S/Nº	BR 230	58102-090
2ª macrorregião	Penitenciária Fem. de Campina Grande	Campina Grande	Alça Sudoeste	S/Nº	BR 230	58102-090
2ª macrorregião	Penit. Jurista Agnelo Amorim	Campina Grande	Rua Quintino Bocáúiva	S/Nº	Monte Santo	58102-090
2ª macrorregião	Cadeia Pública de Soledade	Soledade	Rua Joaquim Gomes de Araújo	nº 51	Centro	58155-000
2ª macrorregião	Cadeia Pública de Remígio	Remígio	Rua Antenor Navarro	S/Nº	Centro	58175-000
2ª macrorregião	Cadeia Pública de Esperança	Esperança	Rua Alfredo Regis	nº306	Centro	58135-000
2ª macrorregião	Cadeia Pública de Umbuzeiro	Umbuzeiro	Rua Alcides Cabral	nº 44	Centro	58420-000
2ª macrorregião	Cadeia Pública de Monteiro	Monteiro	Rua Sátiro Feitosa	nº122	Centro	58500-000
2ª macrorregião	Cadeia Pública de Serra Branca	Serra Branca	Rua Genoíno Moreira	S/Nº	Centro	58580-000
2ª macrorregião	Penitenciária Reg. Raimundo Ásfora	Campina Grande	Alça Sudoeste	S/Nº	BR 230	58102-090
3ª macrorregião	Cadeia Pública de Bananeiras	Bananeiras	Rua Alfredo Guimarães	nº36	Centro	58220-000
3ª macrorregião	Cadeia Pública de Areia	Areia	Rua Padre Chacon	nº424	Centro	58397-000

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP

Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar



Assinado com senha por [SAP119582] [SENHA] JOBSON LEANDRO TEIXEIRA REIS em 12/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 14/10/2025 - 11:42hs.
Documento Nº: 9047731.74962102-9873 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9047731.74962102-9873>



SAPPRC202506395V01

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA



GOVERNO
DA PARAÍBA

3º macrorregião	Cadeia Pública de Cuité	Cuité	Rua Francisco Patrício de Lima	nº460	Centro	58175-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Araruna	Araruna	Rua Professor Xavier	nº362	Centro	58233-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Solânea	Solânea	Rua Geraldo Pinto	nº293	Centro	58225-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Alagoinha	Alagoinha	Rua Rui Barbosa	nº170	Centro	58390-000
3º macrorregião	Penitenciária Padrão João B. Carneiro	Guarabira	Rua Rodovia	PB 057	PB 057	58200-000
3º macrorregião	Presídio Regional de Guarabira - Vicente Claudino	Guarabira	Rua Almeida Barreto	nº231	Centro	58200-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Belém	Belém	Rua Cláudia Cantalice Viana	nº570	Centro	58255-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Itabaiana	Itabaiana	Rua Praça da Indústria	S/Nº	Centro	58.360-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Ingá	Ingá	Rua José Ayres do Nascimento	nº 378	Centro	58380-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Pilar/ Gurinhém	Pilar/ Gurinhém	Rua 13 De Maio	nº 124	Centro	58356-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Cubati	Cubati	Rua Padre Simão Filé	nº 117	Centro	58167-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Mamanguape	Mamanguape	Rua Cel. Batista Carneiro	S/Nº	Centro	58290-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Jacaraú	Jacaraú	Rua 07 de Setembro	S/Nº	Centro	58278-000
3º macrorregião	Cadeia Pública de Pedras de Fogo	Pedras de Fogo	Rua André Vital de Negreiros	nº 167	Centro	58328-000
4º macrorregião	Cadeia Pública de Taperoá	Taperoá	Rua XV de Novembro	nº 384	Centro	58680-000
4º macrorregião	Cadeia Pública de Santa Luzia	Santa Luzia	Rua Major Joaquim Berto	nº 110	Centro	58600-000
4º macrorregião	Cadeia Pública de Juazeirinho	Juazeirinho	Rua José Felismino	nº 444	Centro	58660-000
4º macrorregião	Penitenciária P. de Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	Rua Barão Do Rio Branco	nº 1090	Luzia Maia	58884-000
4º macrorregião	Cadeia Pública de São Bento	São Bento	Rua Francisco Silva de Araújo	nº 266	Centro	58865-000
4º macrorregião	Cadeia Pública de Sousa	Sousa	Rua BR 230	KM 462	Vágea Das Almas	58805-290
4º macrorregião	Colônia Penal Agrícola de Sousa	Sousa	Rua BR 230	KM 462	Vágea Das Almas	58805-290
4º macrorregião	Cadeia Pública de Malta	Malta	Rua Cel. Antonio Ferreira	S/Nº	Centro	58713-000
4º macrorregião	Cadeia Pública de Pombal	Pombal	Rua Miguel Brilhante	S/Nº	Bairro do Pereira	58840-000
4º macrorregião	Penitenciária Regional Feminina de Patos	Patos	Rua Jardim Magnólia	BR 230	BR 230	58700-000
4º macrorregião	Penitenciária Padrão Romero Nóbrega	Patos	Rua Jardim Magnólia	BR 230	BR 230	58700-000
4º macrorregião	Cadeia Pública de Teixeira	Teixeira	Rua Tem. Manoel de Oliveira Lira	S/Nº	Centro	58735-000
5º macrorregião	Cadeia Pública de Uiraúna	Uiraúna	Rua Manoel Mariano	S/Nº	Centro	58915-000
5º macrorregião	Cadeia P. de São José de Piranhas	São José de Piranhas	Rua Duque de Caxias	S/Nº	Centro	58940-000
5º macrorregião	Cadeia P. de São J. do Rio do Peixe	São João do Rio do Peixe	Rua Laurino Firmeza	S/Nº	Centro	58910-000
5º macrorregião	Cadeia Pública de Cajazeiras	Cajazeiras	Rua Alfredo Guimarães	nº 36	Centro	58220-000
5º macrorregião	Penitenciária Padrão de Cajazeiras	Cajazeiras	Rua Alfredo Guimarães	nº 36	Centro	58220-000

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP

Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar



Assinado com senha por [SAP119582] [SENHA] JOBSON LEANDRO TEIXEIRA REIS em 12/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 14/10/2025 - 11:42hs.
Documento Nº: 9047731.74962102-9873 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9047731.74962102-9873>



SAPPRC202506395V01

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA



GOVERNO
DA PARAÍBA

5ª macrorregião	Cadeia Pública de Piancó	Piancó	Rua Almir Leite de Azevedo	nº 15	Centro	58765-000
5ª macrorregião	Cadeia Pública de Coremas	Coremas	Rua João Fernandes de Lima	S/Nº	Pombalzinho	58770-000
5ª macrorregião	Cadeia Pública de Itaporanga	Itaporanga	Praça da Indústria	S/Nº	Centro	58860-000
5ª macrorregião	Cadeia Pública de Conceição	Conceição	Rua Pref. João Fausto de Figueiredo	nº 513	Centro	58970-000
5ª macrorregião	Cadeia Pública de Princesa Isabel	Princesa Isabel	Rua Conrado Rosa	S/Nº	Centro	58755-000

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP

Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar



Assinado com senha por [SAP119582] [SENHA] JOBSON LEANDRO TEIXEIRA REIS em 12/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 14/10/2025 - 11:42hs.
Documento Nº: 9047731.74962102-9873 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9047731.74962102-9873>



SAPPRC202506395V01

ANEXO III – ENDEREÇO DE ENTREGA PCPB

Unidade	Endereço	Cidade
Sede da Seccional, Municipal e DEAM	Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Centro	Picuí/PB
Núcleo de Homicídios/GTE	Rua Cel. José Maurício, s/n, Pedro Tomaz	Picuí/PB

ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À

Secretaria de Estado da Educação

Gerência de Obras - GEOBS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, POR INTERMÉDIO DE CAMINHÃO-PIPA EQUIPADO E MOTORISTA HABILITADO, PARA ATENDER OS IMÓVEIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA.

A Empresa _____, CNPJ/MF _____, com sede na cidade de _____, Estado do(a) _____, sito à rua _____, nº _____, Complemento: _____ CEP _____-_____, Telefone (____) _____, E-mail: _____, declara o abaixo:

- 1) Declaramos que, por meio de profissional habilitado, tomamos conhecimento de todas as informações, elementos instrutores e das condições locais da escola relacionada no Termo de Referência, para o cumprimento das obrigações;
- 2) Declaramos que, se vencedores desta, nos responsabilizamos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições de execução dos trabalhos.
- 3) Declaramos que, durante o processo de vistoria prévia na(s) escola(s) _____ esta empresa estava acompanhada do servidor _____.

Assinatura do profissional legalmente habilitado e indicado pela licitante

Nome:

CREA e/ou CAU N.º

Assinatura do Gestor Escolar que acompanhou a visita

Nome:

Matrícula:

João Pessoa, PB, data da assinatura eletrônica.



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA PRÉVIA

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu _____, no CPF: _____, responsável legal da empresa:
_____, CNPJ _____ Endereço: _____
Fone: (__) _____ e E-mail: _____.

Declaro que esta Empresa renuncia à Vistoria Prévia da(s) escola(s), bem como, de suas instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Termo de Referência, e que o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vinculam nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

João Pessoa/PB, data de assinatura digital.

Assinatura do representante legal ou procurador legalmente constituído da empresa

RG (Carteira de Identidade):

Órgão Expedidor:



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA.

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO)

À

Secretaria de Estado da Educação

Gerência de Obras - GEOBS

Declaramos, sob as penas da lei e para todos os fins de direito, na qualidade de licitante do presente processo licitatório de PREGÃO ELETRÔNICO/SRP, em cumprimento às exigências do instrumento convocatório, que a nossa empresa dispõe de equipamentos adequados e mão de obra qualificada para a execução do objeto contratado, consistente no fornecimento de água potável por intermédio de caminhão-pipa equipado e motorista habilitado, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência.

Especificamente, comprometemo-nos a disponibilizar, durante toda a execução contratual:

- a) Caminhões-pipa com capacidade de transporte de 8 m³, devidamente equipados com bombas, mangueiras e demais dispositivos necessários para o fornecimento;
- b) Motoristas habilitados com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível, capacitados para operar os caminhões e realizar as entregas de forma eficiente e segura;
- c) Equipe de suporte operacional, conforme a necessidade, para garantir a adequada execução dos serviços contratados.

Certificamos que os equipamentos e mão de obra apresentados possuem capacidade técnica e operacional compatível com as exigências do edital, estando aptos a atender todas as demandas previstas, de forma contínua e em conformidade com os prazos estabelecidos.

Comprometemo-nos, ainda, a manter essa estrutura disponível durante toda a vigência do contrato e, em caso de substituições ou alterações necessárias, a realizar as adequações somente com



equipamentos ou profissionais que possuam capacidade igual ou superior, previamente aprovados pela Administração.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração sob as penas da lei.

_____, em ____ de _____ de 20.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Dados da Declarante: Razão Social e Carimbo do CNPJ]





ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

SEE / SEAP / PCPB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.000.000121.2025

PREGÃO ELETRÔNICO - RP

Contrato de Prestação de Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA SEE /
SEAP / PCPB E A EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da SEE / SEAP / PCPB, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 19.000.000121.2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 023/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, POR INTERMÉDIO DE CAMINHÃO-PIPA EQUIPADO E MOTORISTA HABILITADO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;



1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de divulgação no PNCP, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ <ValorMensalContratado> (<ValorMensalContratadoExtenso>), perfazendo o valor total de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;



- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme previsão do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]



[a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Máxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<Multa MáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de <PrazoRecolhimentoMulta> (<PrazoRecolhimentoMulta>) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade:

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa:

V) Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>
{Orgao}

<NomeRepresentanteLegalEmpresa>
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-



GOVERNO DA PARAÍBA

PROCESSO	Nº x
MODALIDADE: licitação/ dispensa/ inexigibilidade	Nº x
CADASTRO CGE	Nº x

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº X

ORGÃO GERENCIADOR: X

ORGÃO (S) PARTICIPANTES (S): X

A (O) <Orgao>, gerenciador da ata de registro de preços, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, considerando o julgamento da licitação na modalidade de X, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 43.759, de 01 de junho de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual , especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DETENTORA DA ATA	
Razão Social: X	CNPJ: X
Endereço: X / CEP: X	
Email: X / Telefone: X	
Representante Legal: X (Cargo ou Função) - CPF nº X	

ITEM	CÓD/ LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
DETENTORA DA ATA:		X		TOTAL:		X	

OBSERVAÇÃO: Trata-se de quadro meramente ilustrativo. Adaptar à realidade de cada objeto ou serviço.

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a X.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1 X.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, desde que já utilizada por algum dos participantes, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não participaram do procedimento de registro de preços, mediante prévia e expressa anuência do órgão gerenciador, que exigirá:

4.1.1. solicitação formal de adesão ao órgão ou entidade gerenciadora com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados;

4.1.2. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.3. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.4. comprovação da prévia consulta e aceitação do licitante registrado em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes;

4.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.4. As adesões a atas de registro de preços observarão as seguintes regras:

4.4.1. São independentes e não poderão comprometer os quantitativos registrados dos órgãos participantes;

4.4.2. Não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para os órgãos ou entidades participantes.

4.4.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 48 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O registro a que se refere o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

5.5. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no sítio eletrônico da Central de Compras do Estado da Paraíba e no PNCP e ficará disponível durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição ou contratação pretendida, desde que devidamente assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e às entidades participantes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. No caso do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Para fins do disposto no item 7.2, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória e planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis.

7.2.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades participantes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

8.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do licitante fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2. e 9.1.4. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. O cancelamento de registro na hipótese do subitem 9.1.2. será formalizado pelo órgão gerenciador a partir da informação da ocorrência, nos termos do Parágrafo único do art. 12 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, pelo órgão ou entidade participante.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do § 3º do art. 43 e no § 4º do art. 44, ambos do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIII, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 12, Parágrafo único, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023).

10.3. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. É de responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes, a gestão dos contratos decorrentes da ata de registro de preços e demais atos inerentes, desde a sua formalização até o processamento da despesa, em todas as suas fases, especialmente, o controle, inclusão e divulgação nos sistemas e órgãos pertinentes, em conformidade com as normas aplicáveis.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br.

Local e Data

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total do Item (R\$)

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de **ISS e/ou ICMS**, conforme o caso:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

Observação:

Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

ANEXO V - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20 ____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO VI - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, ____ de _____ de 20____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)



ANEXO VII – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço

	Descrição	Percentual sobre o valor da proposta	Valor R\$
I	DEPRECIACÃO		
II	LICENCIAMENTO, IPVA E TAXAS		
III	RASTREADOR		
IV	SEGURO TOTAL		
V	MANUTENÇÕES		
VI	Mão-de-obra especializada [especificar a(s) categoria(s) profissional(is)]		
VII	Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional (especificar o percentil para cada imposto separadamente)		
VIII	Outros Insumos		
IX	Lucro		

Orientações para o preenchimento da planilha:

- A tabela acima deve ser utilizada como orientação, **podendo haver acréscimos de linhas e/ou colunas**, conforme a necessidade para melhor esclarecimento dos valores propostos.
- As descrições acima são meras contas sintéticas, devendo ser lançadas as contas analíticas para análise quanto aos **cumprimentos legais vigentes**.
- Para análise da planilha - apresentar memória de cálculo detalhada que contenha a metodologia e fórmulas adotadas pelo licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes da planilha de composição de custos e formação de preços, para o caso que couber.

Outros insumos: relacionar o que compõe a conta.

Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional

Simples Nacional: indicar que é beneficiário e o seu respectivo percentual.

Local e data
Assinatura

ETP | ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021



PROCESSO Nº SEE-PRC-2025/33251

OBJETO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NOS
IMÓVEIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA

DATA DE ABERTURA: 29/08/2025



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e
[SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**
GERÊNCIA DE OBRAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por fim encontrar a melhor solução para atender à necessidade de ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NOS IMÓVEIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA, nos termos a seguir expostos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Número do Processo: SEE-PRC-2025/33251

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE-PB

Área solicitante: Gerência de Obras - GEOBS

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE APRESENTADA

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

Considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, destaca-se que a rede estadual de ensino da Paraíba conta com 610 imóveis que, em caso de

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

interrupção no abastecimento regular, necessitam de uma solução para garantir o fornecimento temporário de água potável. Este procedimento busca assegurar a cobertura adequada para todas as unidades da rede, suprimindo a demanda por água nas situações em que o abastecimento convencional esteja comprometido. Além disso, há imóveis que já enfrentam limitações no abastecimento e necessitam de atendimento imediato para assegurar condições adequadas de higiene e segurança, permitindo a continuidade das atividades escolares e administrativas sem interrupções.

A falta de água potável compromete diretamente o funcionamento das escolas, impactando a oferta de merenda escolar, a limpeza dos ambientes, o uso de sanitários e, sobretudo, a permanência dos alunos e profissionais da educação em um ambiente saudável e seguro. Esse cenário, além de afetar o desempenho pedagógico, infringe princípios básicos do direito à educação e à saúde, conforme assegurado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante disso, torna-se imprescindível a adoção de medidas que garantam a disponibilidade emergencial de água potável por meio do fornecimento alternativo, devidamente regularizado. A implementação dessa solução visa mitigar os prejuízos causados pelas falhas no sistema de abastecimento público e assegurar a continuidade dos serviços educacionais, promovendo o bem-estar da comunidade escolar e o cumprimento das obrigações legais por parte do Estado.

Portanto, o objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes, em especial a Lei 14.133/2021, e aos princípios que regem a Administração Pública.

II. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01

**GOVERNO
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

A referida contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025 da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (SEE/PB). Outrossim, é fundamental salientar que o ordenador de despesas da Secretaria de Educação da Paraíba aprovou a contratação diante da necessidade do Órgão Público ter a prestação do serviço preterido.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O abastecimento de água potável nos imóveis da rede estadual de ensino da Paraíba é essencial para manter condições mínimas de saúde, higiene e segurança nos ambientes escolares. Dada a realidade geográfica e climática do Estado, que abrange áreas com escassez de água e infraestruturas de abastecimento público limitadas, é necessário definir requisitos rigorosos que assegurem a disponibilidade de água potável a essas unidades em situações onde o abastecimento seja interrompido.

Para garantir a adequada execução do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos legais, técnicos e operacionais para a contratação de serviço de abastecimento de água potável nas escolas da rede estadual da Paraíba:

1. Capacidade de Abastecimento

Para cobrir a demanda potencial dos imóveis da rede estadual de ensino, é necessário um sistema de abastecimento que atenda a uma variedade de situações, desde imóveis que enfrentam problemas constantes de abastecimento até aqueles que possam ter falhas temporárias. Esse sistema deve contemplar:

- a. Volume Adequado: Estima-se que cada imóvel possa demandar diferentes volumes de água potável, dependendo de seu porte e da quantidade de alunos e profissionais. Portanto, o sistema precisa ser flexível e oferecer um abastecimento que se ajuste às necessidades específicas de cada unidade.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE OBRAS

- b. Frequência e Regularidade: Em locais onde a falta de água é recorrente, será essencial prever um abastecimento periódico. Em outras unidades, o abastecimento deve estar disponível sob demanda para atender prontamente a qualquer interrupção. Um sistema ágil e capaz de monitorar as frequências de abastecimento em cada imóvel é crucial para atender a essa variabilidade de necessidades.

2. Qualidade da Água

A qualidade da água é um dos aspectos mais críticos para garantir a saúde dos alunos, professores e servidores das unidades educacionais.

A água deve atender aos padrões de potabilidade definidos pelo Ministério da Saúde, dentro dos parâmetros definidos na Portaria de Potabilidade da Água para Consumo Humano (Portaria MS nº 2914/2011) assegurando que esteja insípida, inodora, incolor e livre de contaminantes biológicos, químicos e físicos. Os requisitos de qualidade incluem:

- a. Potabilidade: A água fornecida deve ser totalmente potável, atendendo aos limites microbiológicos, físico-químicos e de substâncias tóxicas estabelecidos pela legislação. Isso significa a ausência de microrganismos, parasitas ou qualquer outra substância que possa representar risco à saúde humana.
- b. Controle de Cloro Residual e pH: Para garantir a segurança da água, é importante monitorar o teor de cloro residual livre e o nível de pH. Esses parâmetros ajudam a evitar contaminações durante o transporte e o armazenamento. A água deve ser tratada para atingir um equilíbrio que mantenha sua qualidade durante o percurso até os imóveis.
- c. Proteção contra Contaminações: Durante o abastecimento e armazenamento, a água deve ser protegida contra qualquer contato com contaminantes externos, como poeira, insetos e roedores, e contra a introdução de substâncias que possam comprometer sua potabilidade.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

3. Armazenamento Adequado

Para garantir a disponibilidade de água nas unidades de ensino em períodos de interrupção, é importante que a infraestrutura de armazenamento seja adequada e dimensionada corretamente:

- a. Capacidade dos Reservatórios: Os reservatórios de água das unidades escolares devem ter capacidade suficiente para armazenar um volume de água adequado ao consumo estimado de cada local. Isso permite que as unidades possam contar com um abastecimento contínuo por um determinado período, mesmo em casos de suspensão temporária do abastecimento regular.
- b. Manutenção dos Reservatórios: A manutenção dos reservatórios deve seguir um cronograma de limpeza e inspeção periódicas, com o objetivo de prevenir acúmulo de sujeira, crescimento de algas e proliferação de microrganismos que possam comprometer a qualidade da água armazenada. A higienização deve ser realizada com produtos apropriados e de forma a não deixar resíduos nocivos.
- c. Segurança dos Reservatórios: Os reservatórios precisam ser instalados e protegidos de forma a impedir o acesso de pessoas não autorizadas, bem como para evitar contaminações por fatores externos. Devem contar com tampas de vedação seguras e, se possível, dispositivos que dificultem a entrada de animais ou detritos.

4. Logística de Transporte e Distribuição

Em situações onde o abastecimento regular é interrompido, torna-se essencial garantir que o sistema de transporte e distribuição de água funcione de forma eficiente e que possa alcançar todos os imóveis da rede estadual de ensino com segurança e rapidez:

- a. Acesso às Unidades: Muitas escolas da rede estão localizadas em regiões de difícil acesso, incluindo áreas rurais e comunidades isoladas. O sistema de transporte de água precisa ser capaz de atender a essas localidades, independentemente das

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE OBRAS

condições de acesso. Isso pode requerer veículos preparados para percorrer estradas não pavimentadas e condições climáticas adversas.

- b. Agilidade no Atendimento: Em casos de interrupções no fornecimento, o tempo de resposta para abastecimento é fundamental. A logística deve prever rotas eficientes e equipes de operação bem preparadas, de modo que o abastecimento de água ocorra no menor tempo possível após uma solicitação.
- c. Monitoramento e Rastreamento: Para garantir a transparência e a segurança no processo, é ideal que o sistema de transporte tenha mecanismos de monitoramento e rastreamento. Isso inclui tecnologias de rastreamento por GPS para os veículos e um sistema de notificação que permita acompanhar o status de abastecimento em cada unidade, desde o envio até a finalização do serviço.
- d. Apresentação do documento do veículo e habilitação do condutor (CRLV e CNH).

5. Segurança Operacional

A segurança operacional durante o abastecimento de água é essencial para minimizar riscos tanto à saúde pública quanto à integridade das instalações:

- a. Procedimentos de Segurança: Todos os procedimentos de abastecimento devem ser realizados em conformidade com normas de segurança para evitar contaminações. Os operadores envolvidos no processo devem seguir protocolos de segurança e higiene, utilizando equipamentos de proteção individual e realizando o manejo da água de forma que não haja desperdício ou contaminação.
- b. Treinamento e Capacitação dos Operadores: Os profissionais responsáveis pelo abastecimento devem ser devidamente capacitados para seguir os protocolos de segurança, e devem conhecer as características específicas do transporte e do manuseio de água potável. É importante que estejam treinados para identificar potenciais riscos de contaminação e agir preventivamente para evitá-los.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE OBRAS

- c. Equipamento de Segurança nos Veículos: Veículos utilizados para transporte de água potável devem estar equipados com materiais que permitam a rápida verificação da qualidade da água antes do abastecimento. Isso pode incluir kits de medição de pH e cloro residual, além de recipientes vedados para armazenamento seguro das mangueiras de abastecimento.

6. Continuidade e Confiabilidade do Serviço

A confiabilidade do abastecimento é essencial para que as unidades de ensino possam contar com água potável sempre que houver interrupções no sistema regular:

- a. Planejamento Contingencial: É necessário que haja um planejamento bem estruturado para atender as unidades em casos de emergência, especialmente em períodos de estiagem ou em regiões onde o abastecimento é historicamente instável. Esse planejamento deve incluir um cronograma de distribuição e um estoque de segurança para atendimento a qualquer unidade que necessite.
- b. Avaliação e Controle de Qualidade: Para garantir a constância do serviço, recomenda-se que haja um sistema de avaliação contínua dos parâmetros de qualidade da água e da eficiência do abastecimento. Esse controle deve considerar a qualidade da água antes da entrega, a pontualidade do atendimento e a adequação às demandas de cada unidade.

Esses requisitos definem um padrão de qualidade e segurança para o abastecimento de água nos imóveis da rede estadual, e visam proporcionar um ambiente escolar seguro, saudável e funcional, essencial para o bem-estar dos alunos e profissionais da educação.

7. Licenças, alvarás e autorizações

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

A empresa contratada deve possuir todas as licenças, alvará sanitário e autorizações relativamente aos itens alusivos ao fornecimento de água potável, conforme exigido pelas autoridades reguladoras locais e nacionais.

8. Seguro e Responsabilidade Civil

A empresa contratada deve possuir um seguro abrangente que cubra o Estado da Paraíba, o veículo e a carga (água potável) durante o transporte. Isso pode incluir seguro de responsabilidade civil para danos causados a terceiros ou à propriedade.

IV. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A definição das quantidades contratadas foi elaborada a partir de uma análise criteriosa, fundamentada em um cenário conservador adotado pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. Este cenário estimou a quantidade necessária de abastecimentos, levando em conta a possibilidade de interrupções no abastecimento regular ao longo do ano. A estimativa de quantitativo foi realizada com base nos seguintes critérios:

- Imóveis Considerados:** Foram considerados 150 (cento e cinquenta) imóveis para o cálculo, representando os prédios prioritários da rede estadual de ensino que demandam abastecimento regular, com base em dados atualizados de necessidade e localização estratégica.
- Frequência de Abastecimento:** Para o cálculo, considerou-se a necessidade de 1(um) abastecimento semanal por imóvel. Esse valor é conservador, pois supre a demanda no caso de uma interrupção de abastecimento regular em qualquer unidade.
- Período de Abastecimento:** A projeção abrange um período de 12 (doze) meses, assegurando cobertura contínua para o ano inteiro.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE OBRAS

- d. Volume por Abastecimento: Cada abastecimento foi calculado com base em um caminhão-pipa de 8m³. Este volume é adequado para atender à demanda média de uma unidade escolar por semana.
- e. Custo Unitário do Abastecimento: O custo por metro cúbico foi estimado em R\$37,00 (média obtida por pesquisa de mercado junto a fornecedores locais), resultando em um custo de R\$296,00 por abastecimento (8 m³ x R\$37,00).

Cálculo do Quantitativo Total

A seguir, o cálculo total de abastecimentos anuais e o custo estimado para cobrir a demanda potencial dos imóveis:

1. Cálculo da Quantidade Anual de Abastecimentos

Quantidade Total de Abastecimentos = Número de Imóveis × Frequência Semanal × Semanas no Ano = 150 × 1 × 52 = 7.800 abastecimentos por ano

2. Cálculo do Custo Total Anual

Custo Total Anual = Quantidade Total de Abastecimentos × Custo por Abastecimento = 7.800 × R\$ 296,00 = R\$ 2.308.800,00

Flexibilidade do Sistema de Registro de Preços (SRP)

O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) proporciona flexibilidade para a administração pública, que não tem obrigação de contratar a quantidade total estimada. O SRP permite que o serviço seja solicitado de acordo com a necessidade efetiva de cada unidade ao longo do ano, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e ajustada à demanda real. Essa abordagem evita gastos desnecessários, caso o abastecimento regular seja suficiente para algumas unidades, e ainda mantém a cobertura adequada em caso de interrupções.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE OBRAS

PARÂMETRO	VALOR	DETALHES
Total de Imóveis	150	Prédios escolares e administrativos
Abastecimento por Imóvel	1 por semana	Pior cenário: 1 abastecimento semanal
Total Semanas no Ano	52 semanas	Frequência semanal ao longo do ano
Volume de Cada Abastecimento	8 m ³	Volume de caminhão-pipa utilizado

Para realizar a distribuição proporcional dos 7.800 fornecimentos de água anuais entre as cinco macrorregiões de ensino da Paraíba, foi utilizada uma metodologia de cálculo baseada no percentual de unidades escolares e administrativas presentes em cada macrorregião. Esse método garante que o número de abastecimentos corresponda à concentração de prédios em cada área, assegurando que os recursos sejam alocados de forma proporcional e técnica.

Inicialmente, foi apurado o percentual de unidades em cada macrorregião, com os seguintes valores:

1. Macrorregião 1 (1ª e 16ª GREs): 25% das unidades
2. Macrorregião 2 (3ª, 5ª e 15ª GREs): 22% das unidades
3. Macrorregião 3 (2ª, 4ª, 12ª e 14ª GREs): 22% das unidades
4. Macrorregião 4 (6ª, 8ª, 10ª e 13ª GREs): 18% das unidades
5. Macrorregião 5 (7ª, 9ª e 11ª GREs): 13% das unidades

Esses percentuais foram aplicados ao total de 7.800 fornecimentos, conforme a fórmula:

Quantidade de Fornecimentos por Macrorregião = Total de Fornecimentos × Percentual da Macrorregião, encontrando o seguinte resultado:

1. Macrorregião 1 (25%): $7.800 \times 0,25 = 1.950$ fornecimentos

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE OBRAS

2. Macrorregião 2 (22%): $7.800 \times 0,22 = 1.716$ fornecimentos
3. Macrorregião 3 (22%): $7.800 \times 0,22 = 1.716$ fornecimentos
4. Macrorregião 4 (18%): $7.800 \times 0,18 = 1.404$ fornecimentos
5. Macrorregião 5 (13%): $7.800 \times 0,13 = 1.014$ fornecimentos

A distribuição dos 7.800 fornecimentos de água foi realizada para refletir a concentração geográfica de prédios nas macrorregiões, garantindo que os recursos destinados ao abastecimento sejam alocados de forma equitativa e eficiente. Essa abordagem permite que cada macrorregião receba a quantidade de fornecimentos proporcional ao número de unidades escolares e administrativas sob sua jurisdição, evitando tanto o subdimensionamento quanto o superdimensionamento de recursos em áreas específicas. Essa divisão técnica e proporcional possibilita atender à demanda regionalizada de forma balanceada e sustentável ao longo do período de contrato, minimizando o risco de falta de abastecimento em qualquer uma das regiões e promovendo a eficiência no uso dos recursos alocados.

Entretanto, é relevante ponderar os percentuais de distribuição de abastecimentos, considerando que a Macrorregião 1, embora tenha a maior concentração de escolas, é a que menos sofre com a falta de água. Este ajuste permitirá uma alocação de fornecimentos mais eficiente, direcionando maior volume para as regiões com maior necessidade.

Para implementar essa ponderação, podemos reduzir o percentual de abastecimentos destinados à Macrorregião 1 e redistribuir essa diferença proporcionalmente entre as demais macrorregiões. Abaixo, apresento uma proposta de redistribuição ajustada com base nessa análise:

1. Macrorregião 1 (1ª e 16ª GREs): Reduzimos de 25% para 20%, considerando a menor necessidade de abastecimento emergencial nesta região.
2. Macrorregião 2 (3ª, 5ª e 15ª GREs): Aumentamos de 22% para 24% para atender regiões com maior demanda.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE OBRAS

3. Macrorregião 3 (2ª, 4ª, 12ª e 14ª GRES): Aumentamos de 22% para 24%, reforçando o abastecimento em uma área com maior necessidade.
4. Macrorregião 4 (6ª, 8ª, 10ª e 13ª GRES): Aumentamos de 18% para 19% para atender às necessidades dessa região, embora em menor proporção que as anteriores.
5. Macrorregião 5 (7ª, 9ª e 11ª GRES): Mantemos em 13%, visto que esta distribuição é proporcional à necessidade dessa região.

Com essa nova distribuição, os quantitativos de abastecimentos ficam assim:

1. Macrorregião 1: 20% de 7.800 abastecimentos = 1.560 abastecimentos
2. Macrorregião 2: 24% de 7.800 abastecimentos = 1.872 abastecimentos
3. Macrorregião 3: 24% de 7.800 abastecimentos = 1.872 abastecimentos
4. Macrorregião 4: 19% de 7.800 abastecimentos = 1.482 abastecimentos
5. Macrorregião 5: 13% de 7.800 abastecimentos = 1.014 abastecimentos

Justificativa do Ajuste

A redistribuição ponderada permite atender melhor as regiões com maior necessidade de abastecimento de água, respeitando a realidade hídrica de cada macrorregião. Esse ajuste preserva a proporção inicial para a Macrorregião 5 e amplia ligeiramente os fornecimentos nas macrorregiões 2, 3 e 4, que enfrentam maiores dificuldades de abastecimento. Essa metodologia visa uma distribuição eficiente e alinhada com as condições regionais de disponibilidade de água.

Essa estimativa de quantitativo e de custo anual representa um cálculo robusto, estruturado para contemplar o pior cenário de demanda, garantindo disponibilidade para o abastecimento emergencial. A metodologia e os valores conservadores asseguram que o serviço atenderá à rede estadual de ensino, preservando a saúde e o bem-estar dos alunos e

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01

**GOVERNO
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

colaboradores. Ademais, a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) proporciona adequação flexível na gestão dos recursos e à demanda real ao longo do ano.

Para fins de dimensionamento da estimativa de quantidades, adotou-se uma metodologia conservadora que busca conciliar realismo operacional com a necessária segurança para atendimento emergencial da rede estadual de ensino da Paraíba. Embora o universo completo seja composto por cerca 610 imóveis (escolas e unidades administrativas), não é razoável presumir que todas essas unidades demandam abastecimento por caminhão-pipa de forma simultânea ou contínua.

A experiência operacional da Secretaria de Estado da Educação e os registros internos demonstram que a maior parte das unidades possui abastecimento regular, sendo a necessidade de caminhão-pipa concentrada em regiões específicas e em períodos críticos. Por esse motivo, para a memória de cálculo, optou-se por utilizar como referência 150 imóveis, número que representa um cenário prudencial, capaz de absorver toda a atual demanda conhecida, além de comportar variações sazonais e eventuais interrupções pontuais no fornecimento por parte das concessionárias.

Importante destacar que a adoção dos 150 imóveis não limita o alcance da contratação nem restringe a cobertura do Sistema de Registro de Preços (SRP). O processo licitatório contempla todos os imóveis da Secretaria, permitindo que qualquer unidade que venha a necessitar seja atendida, ainda que não esteja inserida no quantitativo estimado utilizado para cálculo. O SRP, por sua natureza, assegura essa flexibilidade ao possibilitar a contratação apenas conforme a demanda efetiva, sem obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos registrados.

Assim, a utilização do parâmetro de 150 imóveis para fins de memória de cálculo garante previsibilidade orçamentária, evita superdimensionamento artificial da estimativa e, ao mesmo tempo, preserva a integralidade da cobertura, assegurando que todas as unidades da rede estadual poderão ser atendidas dentro da vigência da Ata de Registro de

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

Preços, independentemente de a demanda real se limitar ou superar o cenário inicial considerado.

Trata-se, portanto, de uma estimativa técnica, prudente e compatível com os princípios da economicidade, proporcionalidade e planejamento, conforme determina o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, além de estar plenamente alinhada à metodologia empregada e às características operacionais da rede de ensino.

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o artigo 18, §1º, inciso V da Lei 14.133/2021, o levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Considerando as necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada, cujo ramo de atividade seja compatível com o solicitado.

SOLUÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS	CUSTO ESTIMADO	METODOLOGIA DE OBTENÇÃO DOS CUSTOS
Contratação de empresa para fornecimento de água por carro-pipa, através de Pregão Eletrônico com sistema de registro de preços (SRP)	Atendimento contínuo e adaptável às necessidades de abastecimento; facilidade para rápida reposição em caso de interrupções; cobertura para diversas localidades	Dependência de fornecedores externos; necessidade de coordenação logística; demanda por fiscalização constante para garantir qualidade	R\$ 37,00 / m ³ de água	Pesquisa de mercado com fornecedores locais da região
Instalação de poços artesianos	Autonomia para abastecimento	Alto custo inicial de instalação e	R\$ 30.000,00 a R\$ 100.000,00	Histórico de contratações

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

em unidades escolares	nas unidades; redução de custo a longo prazo	manutenção; viabilidade limitada a áreas com aquíferos e qualidade de água apropriada	por poço	similares
Transporte de água com veículos próprios do estado	Maior controle sobre o abastecimento; redução de dependência externa	Necessidade de alto investimento em veículos e infraestrutura de manutenção; custos de pessoal e treinamento; responsabilidade integral do estado pela qualidade	R\$ 40,00 / m ³ (excluindo custos de aquisição de veículos e manutenção)	Estimativa baseada em custo de combustível, manutenção e remuneração de equipe, ajustada conforme veículos de transporte comparáveis
Aquisição de cisternas para armazenamento e estocagem de água nos imóveis	Disponibilidade de reserva de água para períodos de escassez; maior segurança hídrica para a escola	Dependência do fornecimento externo para reabastecimento; alta manutenção para limpeza e controle de qualidade	R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00 por unidade de cisterna	Histórico de contratações similares
Construção de reservatórios regionais com distribuição para imóveis próximos	Otimização do abastecimento em várias unidades próximas; redução de custos a médio/longo prazo	Custo inicial elevado; complexidade logística para distribuição entre imóveis; impacto ambiental	R\$ 200.000,00 a R\$ 500.000,00 por reservatório	Histórico de contratações similares

A solução considerada mais viável tecnicamente e economicamente é a contratação de empresa para fornecimento de água por carro-pipa, através de Pregão Eletrônico com sistema de registro de preços (SRP), devido à sua adaptabilidade e ao custo competitivo

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01

**GOVERNO
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

para atender à rede estadual de ensino da Paraíba em situações de interrupção no abastecimento.

A escolha por essa solução justifica-se pela combinação estratégica de flexibilidade, custo-efetividade e capacidade de atendimento em um cenário de abastecimento variável. Esse modelo oferece condições ideais para atender a demanda emergente e contingente das 610 unidades escolares da rede estadual de ensino, especialmente em regiões onde o abastecimento público é intermitente ou inexistente.

A contratação de um fornecedor externo especializado permite à Secretaria de Estado da Educação da Paraíba uma resposta rápida e coordenada para atender interrupções eventuais no abastecimento. A estrutura oferecida pela contratação por SRP, com opções de volumes variáveis, permite ajustar o atendimento de acordo com a real necessidade de cada unidade escolar, independentemente de sua localização ou demanda específica. Isso é particularmente vantajoso em um estado com variações significativas de acesso à água entre as regiões.

Com um custo estimado de R\$ 37,00 por m³ de água, aferido por meio de pesquisa com fornecedores locais, esta solução apresenta uma relação custo-benefício vantajosa em comparação a alternativas que exigem alto investimento inicial e custos de manutenção permanentes, como a instalação de poços artesianos ou a compra de veículos de transporte. A modalidade de pregão eletrônico com SRP possibilita ainda otimizar o processo de compra, permitindo à administração ajustar o consumo à medida da necessidade, evitando custos fixos elevados e dando maior controle sobre os gastos ao longo do tempo.

Utilizando fornecedores locais de carro-pipa, a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba pode garantir que todas as unidades escolares, incluindo as mais distantes ou de difícil acesso, sejam atendidas sem a necessidade de um investimento estatal em infraestrutura e logística. Este modelo de contratação simplifica a complexidade logística, pois transfere a responsabilidade de transporte, qualidade e pontualidade para o

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01

**GOVERNO
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

fornecedor, que deve assegurar veículos e tanques adequados para o transporte de água potável, atendendo aos padrões sanitários vigentes.

A utilização de prestadores de serviço externos especializados reduz os riscos operacionais e a responsabilidade técnica direta da Secretaria quanto ao transporte e armazenamento de água potável. A empresa contratada assume a responsabilidade pelo atendimento dos padrões de qualidade e segurança durante o transporte e abastecimento, liberando a gestão pública da necessidade de treinamento de equipes próprias e de aquisição de certificações específicas para manuseio de água potável. Esse aspecto também garante que os parâmetros de potabilidade sejam continuamente atendidos, com verificações e controles sob a responsabilidade do fornecedor.

O sistema de registro de preços (SRP), combinado com o pregão eletrônico, torna o processo ágil e econômico, permitindo que a administração solicite os serviços conforme a demanda de cada região e apenas quando necessário. Este procedimento não gera despesas fixas, proporcionando economia e evitando desperdício. O SRP ainda garante flexibilidade para que a Secretaria aumente ou reduza o volume contratado sem a necessidade de ajustes complexos no contrato, adequando-se a períodos de seca, picos de demanda, ou a eventuais aumentos de necessidade em regiões críticas.

Esta solução se alinha ao Princípio da Economicidade na Administração Pública, conforme estabelece o artigo 5º da Lei 14133/2021. Em vez de realizar investimentos permanentes de grande monta, que implicariam em custos de manutenção e desgaste, a contratação de serviços por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite o uso otimizado dos recursos, focando no atendimento das necessidades reais das unidades escolares sem gerar ativos de alta depreciação. Além disso, evita a geração de impacto ambiental significativo que alternativas como perfuração de poços ou construção de grandes reservatórios poderiam causar.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01

**GOVERNO
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

Ademais, a escolha da solução proposta promove a eficiência na aplicação dos recursos públicos, em estrita conformidade com os objetivos do processo licitatório estabelecidos no artigo 11 da referida Lei, que visa assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando-se os princípios da economicidade e da justa competição entre os licitantes.

Assim, ao optar pela contratação de serviços de fornecimento de água potável por carro-pipa via Sistema de Registro de Preços (SRP), a Secretaria de Estado de Educação da Paraíba (SEE-PB) adota uma solução escalável, economicamente viável e operacionalmente eficiente, que atende à necessidade emergente de forma segura e eficaz, garantindo o abastecimento das unidades escolares e prédios administrativos, mesmo em condições adversas de abastecimento público. Essa solução oferece segurança, flexibilidade e sustentabilidade, características essenciais para a manutenção de condições de saúde e higiene adequadas nos imóveis da rede estadual.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, conforme art. 23 da Lei 14.133/2021.

Considerando a metodologia descrita no tópico anterior, a estimativa de preço foi elaborada com base em um cálculo abrangente e conservador, realizada através de pesquisa de preço (anexada a este documento) visando atender de forma adequada à demanda de

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

abastecimento de água potável em todos os imóveis da rede estadual de ensino, em um cenário de interrupção total do fornecimento regular. A composição dos valores considera dados atualizados de mercado e a frequência média de atendimento, resultando em uma projeção realista e alinhada aos parâmetros praticados localmente para serviços de fornecimento por caminhão-pipa. A tabela abaixo sintetiza o custo total anual estimado, viabilizando o planejamento orçamentário para essa demanda essencial.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.0	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 1ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	UN	1.560	R\$ 450,00	R\$ 702.000,00
2.0	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 2ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	UN	1.872	R\$ 350,00	R\$ 655.200,00
3.0	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 3ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	UN	1.872	R\$ 350,00	R\$ 655.200,00
4.0	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 4ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	UN	1.482	R\$ 350,00	R\$ 518.700,00
5.0	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, para atender a 5ª Macrorregião, conforme Termo de Referência.	UN	1.014	R\$ 350,00	R\$ 354.900,00
O valor total estimado é de R\$2.886.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil reais)						

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

A solução proposta para atender a demanda de abastecimento de água nos imóveis da rede estadual de ensino da Paraíba consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de água potável por meio de caminhão-pipa. Esse abastecimento será realizado através de pregão eletrônico utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo flexibilidade e atendimento sob demanda. Esta abordagem é ideal para situações em que o abastecimento público de água é interrompido ou ausente, garantindo que todas as unidades escolares possam manter suas atividades com condições adequadas de saúde e higiene.

1. Requisitos Técnicos para o Caminhão-Pipa

De acordo com a ABNT NBR 16882:2020, que estabelece normas para o transporte rodoviário de água potável, em que os caminhões-pipa utilizados devem atender a requisitos específicos para assegurar a qualidade e potabilidade da água transportada.

- a. Tanque Exclusivo e Material Adequado: O tanque deve ser exclusivo para transporte de água potável, sendo construído ou revestido com material liso, anticorrosivo e não tóxico para evitar contaminações. O tanque não pode apresentar perfurações, rachaduras, ferrugem ou qualquer defeito que comprometa sua integridade e a qualidade da água.
- b. Selo de Vedação e Sistema de Respiro: A boca de visita do tanque precisa estar equipada com tampa vedada e sistema de respiro, para evitar a entrada de contaminantes como insetos e poeira. Esse cuidado é essencial para manter a potabilidade da água desde a captação até o abastecimento nas escolas.
- c. Sistema de Drenagem e Inscrição "Água Potável": O tanque deve ser dotado de um sistema de drenagem eficiente para permitir a limpeza completa do compartimento, garantindo a eliminação de resíduos e facilitando a manutenção da qualidade da água. A inscrição "ÁGUA POTÁVEL" deve estar visível em todas as laterais, permitindo fácil identificação e cumprimento das normas de segurança.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01

**GOVERNO
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS****2. Controle de Qualidade e Potabilidade da Água**

A qualidade da água fornecida é um ponto crítico, visto que ela será utilizada para consumo direto e atividades que requerem condições higiênicas em ambiente escolar. Para garantir que a água fornecida atenda aos padrões de potabilidade, a solução proposta inclui as seguintes medidas:

- a. Testes de Cloro Residual e pH: A água deve ser monitorada quanto ao teor de cloro residual livre e pH, assegurando que esteja dentro dos padrões legais. O cloro é essencial para eliminar microrganismos e evitar contaminação durante o transporte, enquanto o pH adequado garante a segurança e o conforto no uso.
- b. Certificação de Procedência: A empresa fornecedora deverá apresentar certificados de procedência da água e comprovantes dos controles de qualidade realizados antes da distribuição. A fonte de captação deve ser aprovada pelos órgãos de vigilância sanitária para garantir que a água é própria para consumo humano.

3. Limpeza e Manutenção dos Tanques

Para evitar contaminações, a NBR 16882 orienta que os tanques dos caminhões-pipa sejam submetidos a processos regulares de limpeza e descontaminação. Esses processos devem seguir um cronograma pré-estabelecido e envolver a aplicação de produtos de limpeza seguros e autorizados, como cloro, com o tempo de contato necessário para eliminar contaminantes. A frequência mínima de higienização recomendada é a cada seis meses ou sempre que houver mudança na fonte de água.

A empresa deverá manter registros detalhados das limpezas realizadas, incluindo data, produtos utilizados e tempo de contato. Esses documentos devem estar disponíveis para auditorias e verificações por parte da Secretaria de Educação, garantindo transparência e conformidade.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

4. Logística e Operação do Abastecimento

A operação de abastecimento por caminhão-pipa exige uma logística bem estruturada para atender os 610 imóveis da rede estadual de ensino, especialmente em regiões de difícil acesso ou em períodos de maior demanda, como durante a seca. As principais diretrizes logísticas incluem:

- a. Rotas e Planejamento de Entrega: A empresa contratada deverá planejar rotas eficientes para garantir que o abastecimento alcance todas as escolas, otimizando tempo e recursos. Esse planejamento envolve o levantamento das condições de acesso às unidades e a organização de horários de abastecimento que não interfiram nas atividades escolares.
- b. Flexibilidade para Atendimento Sob Demanda: A utilização do SRP permite que o serviço seja solicitado conforme a necessidade, sem criar obrigações fixas. Dessa forma, o abastecimento será realizado apenas nas unidades onde houver interrupção no abastecimento público ou necessidade específica, o que proporciona economia e otimização de recursos.

5. Segurança Operacional e Capacidade Técnica

Para garantir a segurança de todos os envolvidos e a manutenção da qualidade da água durante o transporte e abastecimento, a solução proposta inclui requisitos de segurança e qualificação para os operadores:

- a. Capacitação de Motoristas e Operadores: Os profissionais responsáveis pelo transporte e abastecimento de água devem ser devidamente treinados e capacitados para seguir normas de segurança e manuseio adequado da água potável. Esse treinamento inclui procedimentos de higiene pessoal, manutenção dos equipamentos e medidas preventivas contra contaminação.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE OBRAS

- b. Equipamento de Segurança no Caminhão: Os veículos devem estar equipados com kits para verificação de qualidade da água, incluindo medidores de pH e teor de cloro, para garantir que a água fornecida esteja em conformidade com os parâmetros exigidos. Além disso, as mangueiras de abastecimento devem ser armazenadas de forma adequada, protegidas contra contaminação e vedadas nas extremidades.

6. Monitoramento e Fiscalização

Para assegurar o cumprimento de todas as especificações contratuais e a qualidade do serviço prestado, a Secretaria de Educação da Paraíba deve implementar um sistema de monitoramento e fiscalização contínua. Esse sistema pode incluir auditorias periódicas e verificações in loco durante o abastecimento, além da análise dos registros de limpeza e de qualidade da água.

- a. Sistema de Rastreamento e Controle: A solução prevê o uso de tecnologias de rastreamento por GPS para monitorar a rota dos caminhões-pipa, garantindo que o transporte da água siga as rotas estabelecidas e seja concluído dentro do prazo. Esse controle também facilita o acompanhamento em tempo real das entregas e o controle do status de abastecimento nas unidades escolares.
- b. Feedback das Unidades Escolares: As unidades beneficiadas pelo serviço de abastecimento deverão fornecer feedbacks regulares sobre a qualidade da água e a pontualidade dos serviços, permitindo que eventuais problemas sejam detectados e solucionados rapidamente. Esse processo cria um canal direto de comunicação entre a empresa fornecedora e a Secretaria de Educação, garantindo a efetividade do serviço e a satisfação dos usuários.

7. Sustentabilidade e Economia de Recursos

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

Ao utilizar o SRP, a Secretaria de Educação da Paraíba garante a eficiência no uso dos recursos públicos, pois o pagamento será efetuado apenas pelos serviços efetivamente realizados.

Além disso, ao transferir a responsabilidade pela qualidade e logística para uma empresa especializada, o Estado reduz o custo de manutenção de uma frota própria e de pessoal exclusivo para essa finalidade. Esse modelo também favorece a sustentabilidade, evitando o impacto ambiental de instalações físicas permanentes, como poços e grandes reservatórios, em áreas sensíveis.

A solução escolhida, com base na contratação de empresa para fornecimento de água potável por caminhão-pipa, é a alternativa mais adequada para atender as necessidades das unidades escolares da Paraíba. A implementação desse sistema garante que a água potável chegue às escolas sempre que necessário, preservando a saúde dos alunos e colaboradores. Ademais, o modelo permite que a Secretaria de Educação opere com flexibilidade, sustentabilidade e conformidade com normas técnicas e de segurança.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada com o parcelamento da solução em cinco itens, correspondentes aos serviços de abastecimento de água potável para às cinco macrorregiões de ensino do Estado da Paraíba. Tal estruturação é essencial para atender ao modelo de compras adotado pelo Governo do Estado. A divisão em itens permite maior flexibilidade e eficiência na condução do processo licitatório, além de viabilizar a inclusão de serviços idênticos, porém regionalizados, em um único procedimento de contratação. Cada item representará o abastecimento de água potável para as unidades escolares pertencentes a uma macrorregião específica, respeitando as especificidades logísticas e operacionais de cada área, o que contribui para a efetividade da execução contratual.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

A divisão em itens permite ainda que a Administração Pública organize o processo licitatório de forma mais eficiente, facilitando a contratação de fornecedores com capacidade técnica e logística para atender às demandas de uma macrorregião específica. Essa metodologia contribui para a otimização da execução dos serviços, uma vez que a atuação de fornecedores locais propicia maior pontualidade e redução dos custos operacionais relacionados à logística e transporte. Ademais, a divisão em itens promove maior controle sobre a execução do serviço em cada região, permitindo uma fiscalização mais eficaz, detalhada e adaptada às especificidades locais.

O parcelamento por itens é altamente benéfico para a Administração, pois amplia a competitividade entre os fornecedores interessados, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas e para a maximização da economicidade. Caso surjam necessidades de ajustes no cronograma, alterações nas especificidades regionais ou alterações no quantitativo de abastecimento, poderão ser realizadas de forma isolada, item a item, sem prejuízo à execução dos demais contratos. Essa flexibilidade operacional confere maior agilidade e eficiência na gestão da contratação e execução dos serviços.

Assim, o parcelamento em itens, de acordo com as cinco macrorregiões de ensino da Paraíba, representa a solução mais eficiente para garantir o atendimento adequado às necessidades locais, otimizar a execução dos serviços, reduzir custos logísticos e promover a eficiência operacional.

IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de serviços para o fornecimento de água potável por caminhão-pipa busca assegurar condições adequadas de saúde, higiene e continuidade das atividades pedagógicas nas unidades de ensino e prédios administrativos da rede estadual de ensino da Paraíba, principalmente em cenários de interrupção do abastecimento público, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

humanos, materiais e financeiros disponíveis. Com uma cobertura abrangente e segmentada por macrorregiões, o objetivo principal é garantir que a água potável chegue a todas as unidades, preservando o bem-estar de alunos, docentes e colaboradores.

Espera-se que esta contratação produza resultados diretos e mensuráveis em três áreas essenciais: saúde e segurança, operacionalidade e economia de recursos públicos. No âmbito da saúde e segurança, a disponibilidade contínua de água potável nas unidades escolares é fundamental para a manutenção das condições de higiene, contribuindo para a redução de contaminação, proliferação de doenças e consequente diminuição de faltas escolares. Ao atender as especificações de potabilidade estabelecidas por normas de vigilância sanitária, o fornecimento protege diretamente a saúde dos alunos e das equipes de trabalho, assegurando um ambiente adequado para a rotina escolar.

No aspecto da operacionalidade, o serviço permite que as atividades pedagógicas e administrativas sejam realizadas sem interrupções, independentemente de eventuais falhas ou limitações no abastecimento público. Em regiões onde a oferta de água é mais restrita, a presença do serviço de caminhão-pipa assegura que as escolas possam contar com uma reserva de água, evitando a suspensão de aulas e garantindo o funcionamento contínuo das unidades. A divisão do serviço em cinco itens regionais contribui para a eficiência logística, reduzindo o tempo de resposta para o abastecimento e adaptando o atendimento às características de cada área geográfica.

Em termos de economia de recursos públicos, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite à administração contratar o serviço de acordo com a demanda real ao longo do ano, evitando gastos excessivos e maximizando a eficiência do orçamento, como também, atendimento às demandas emergenciais para responder de forma eficaz e imediata. Como o serviço é contratado apenas conforme necessário, os recursos podem ser ajustados ao cenário específico de cada unidade. Em síntese, essa contratação possibilita uma gestão orçamentária flexível e racional, proporcionando à Secretaria de Educação da

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

Paraíba uma solução economicamente sustentável para atender a um dos aspectos básicos da infraestrutura escolar.

Esses resultados pretendidos demonstram a relevância estratégica e operacional desta contratação para a Secretaria, garantindo que todas as unidades da rede estadual de ensino mantenham condições higiênico-sanitárias adequadas e estejam aptas a funcionar regularmente, mesmo em casos de interrupção de abastecimento convencional.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato. Sendo elas:

Atualizar os dados cadastrais das unidades que compõem a rede estadual, incluindo localização, dados de acesso e volume estimado de água necessário para cada unidade. Esse levantamento garantirá que o contrato atenda às demandas reais de cada imóvel e facilite o planejamento logístico dos abastecimentos.

Proceder com a verificação da infraestrutura de armazenamento de água nas escolas, a fim de identificar unidades que possam necessitar de ajustes para garantir o recebimento e armazenamento seguro do volume de água fornecido pelos caminhões-pipa. Esse levantamento pode ser realizado pelas gerências regionais, que poderão fornecer dados detalhados sobre a capacidade e as condições dos reservatórios de água em cada unidade escolar.

Comunicar o plano de abastecimento a todas as unidades escolares da rede e orientar as equipes escolares sobre os procedimentos de acompanhamento e monitoramento dos serviços de abastecimento de água. Isso inclui a criação de um canal de

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

feedback para a identificação e resolução rápida de eventuais problemas durante a execução do contrato, assegurando a eficácia do serviço prestado.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto em discussão.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

O fornecimento de água por caminhão-pipa pode ter alguns impactos ambientais e sociais, especialmente relacionados ao uso de combustíveis fósseis e às emissões de gases poluentes decorrentes do transporte. Para mitigar esse impacto, é recomendável que a Administração, durante o processo licitatório, priorize empresas que demonstrem preocupação ambiental, incluindo práticas de manutenção de frota que reduzam emissões e consumo de combustível, como o uso de veículos mais eficientes e com baixo índice de poluentes.

Além disso, é importante que o abastecimento e a distribuição de água respeitem os recursos hídricos locais. Os fornecedores devem comprovar a procedência da água captada, garantindo que esta é obtida de forma legal e sustentável, sem comprometer o abastecimento de comunidades locais ou a disponibilidade do recurso em ecossistemas sensíveis.

Outra medida mitigadora importante é o monitoramento contínuo da qualidade da água durante o transporte e o abastecimento, evitando a contaminação e desperdício desse recurso. Ao exigir esse cuidado no processo licitatório, a Administração assegura que o

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA DE OBRAS

impacto ambiental do serviço de abastecimento seja reduzido ao mínimo possível, promovendo uma execução sustentável e socialmente responsável.

A Contratada deverá adotar práticas de Sustentabilidade Ambiental, conforme prevê a Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e legislação correlatas, naquilo que couber.

Respeitar e cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Diante deste contexto, podemos enxergar os possíveis impactos sociais causados pelo abastecimento de água potável por caminhão-pipa, são eles:

1. **Risco à saúde pública:** Caso a qualidade da água transportada não seja devidamente monitorada, pode haver contaminação durante o transporte ou no momento do abastecimento, comprometendo a saúde da comunidade escolar e do entorno. A distribuição de água imprópria para consumo humano pode provocar surtos de doenças de veiculação hídrica.
2. **Conflitos pelo uso da água:** A captação de água sem controle ou sem comprovação de origem legal e sustentável pode gerar conflitos com comunidades locais, especialmente em áreas onde o recurso é escasso. Isso pode afetar o abastecimento regular de água de moradores e produtores locais, criando tensão social.
3. **Aumento de poluição atmosférica:** O tráfego frequente de caminhões-pipa, especialmente veículos antigos ou mal conservados, pode elevar os índices de emissão de gases poluentes nas regiões atendidas, afetando a qualidade do ar e

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

contribuindo para o agravamento de problemas respiratórios em populações vulneráveis, como crianças e idosos.

Medidas mitigadoras:

1. **Garantia de qualidade da água:** Implementar exigências técnicas no edital de licitação que obriguem as empresas contratadas a apresentar laudos de qualidade da água antes e durante o fornecimento, bem como adotar protocolos rigorosos de higienização dos reservatórios e caminhões de transporte.
2. **Controle da origem da água:** Requerer dos fornecedores a comprovação documental de que a água captada provém de fontes legalmente autorizadas e ambientalmente sustentáveis, além de realizar vistorias periódicas para garantir o cumprimento dessas exigências.
3. **Sustentabilidade no transporte:** Inserir cláusulas contratuais que incentivem o uso de frota moderna, com baixa emissão de poluentes, e a adoção de práticas sustentáveis, como a manutenção regular dos veículos, conforme as diretrizes da Instrução Normativa nº 01/2010 e outras legislações ambientais pertinentes.
4. **Educação e transparência:** Promover campanhas educativas junto às comunidades escolares sobre o uso consciente da água e os cuidados com sua conservação, além de divulgar de forma transparente os critérios e ações adotados para garantir a segurança e a sustentabilidade do abastecimento emergencial.

Essas medidas fortalecem a responsabilidade social e ambiental do poder público, asseguram o bem-estar da população atendida e contribuem para a preservação dos recursos naturais.

XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE OBRAS**

Após um processo criterioso de planejamento, estudos técnicos preliminares e análise aprofundada das necessidades operacionais da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE/PB), conclui-se que a contratação de serviço de abastecimento de água potável por meio de caminhão-pipa revela-se tecnicamente viável, juridicamente adequada e operacionalmente essencial para garantir condições mínimas de saúde, higiene e regular funcionamento das unidades escolares da rede estadual de ensino, especialmente em regiões com abastecimento público limitado. A flexibilidade proporcionada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) possibilita à Administração Pública adequar as contratações à demanda efetivamente apresentada, promovendo a alocação eficiente dos recursos públicos.

Essa solução viabiliza um atendimento seguro e abrangente, adaptado às diferentes regiões da Paraíba, sendo favorável tanto do ponto de vista logístico quanto financeiro.

XIV. ANEXO DO ETP

- Pesquisa de Preço.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

LUCAS FERNANDES AGUIAR

Gerente de Obras

Matrícula 191.872-9

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**
GERÊNCIA DE OBRAS

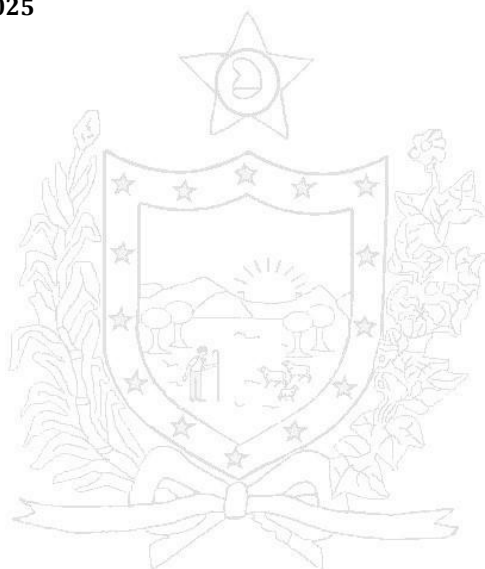
Aprovado na data da assinatura eletrônica.

José Wilson Santiago Filho

Secretário de Estado da Educação da Paraíba

Histórico de versões:

Criado em: 29/08/2025



SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 01/12/2025 - 14:32hs e
[SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:22hs.
Documento Nº: 9022050.79489344-3362 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9022050.79489344-3362>



SEEPRC202537997V01



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MAPA DE CONFERÊNCIA DE QUANTITATIVO DE ÓRGÃOS: SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POR CAMINHÃO PIPA - SEE

PROCESSO Nº : 19.000.000121.2025								ÓRGÃOS																Total
Item	Cod	Descrição	Item	Uni	SEAP	POLICI A CIVIL	SEE																	
1	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em	Item 001	Un	30	0	1560																	1590
2	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em	Item 002	Un	1050	0	1872																	2922
3	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em	Item 003	Un	515	66	1872																	2453
4	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em	Item 004	Un	768	0	1482																	2250
5	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em	Item 005	Un	3398	0	1014																	4412



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MAPA DE ESTIMATIVA DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

PESQUISA: SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POR CAMINHÃO PIPA - SEE

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ITEM	UNID	TOTAL
1	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Item 001	Un	3180
2	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Item 002	Un	5844
3	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Item 003	Un	4906
4	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Item 004	Un	4500
5	88073	SERVIÇO de abastecimento de água potável em carro pipa, conforme Termo de Referência.	Item 005	Un	8824

Consolidado por: Layza Leite Moreira

Data consolidação: 28/01/2026